

**Entrevista  
com  
Octávio  
Pato**

Centrais



## Álvaro Cunhal

No âmbito das comemorações do 75º aniversário do PCP, Álvaro Cunhal participou num comício realizado na sexta-feira, em Évora. No dia seguinte, proferiu em Faro uma conferência sobre o papel do PCP na sociedade portuguesa e, à noite, esteve num jantar de confraternização em Beja.

Págs. 20 e 21

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### CIA em Portugal

A notícia da prevista colaboração da CIA e de outras «secretas» com as suas congéneres portuguesas motiva preocupações e indignações nos quadrantes democráticos. João Amaral dirige requerimento ao Governo.

Pág. 12

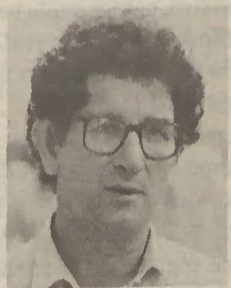
### Os imigrantes e as boas intenções

A Assembleia da República vai debater na próxima semana várias iniciativas legislativas visando a abertura de um novo processo de regularização extraordinária dos cidadãos que residam em Portugal sem autorização legal.

■ Artigo de António Filipe

Pág. 25

### EM FOCO No lugar certo



■ José Casanova  
Pág. 22

### PIDDAC

### A grande desilusão

À apresentação do Orçamento de Estado e, conseqüentemente, do PIDDAC seguiu-se um coro de protestos, que vai aumentando à medida que a sua análise vai sendo aprofundada. «Inaceitáveis» ou «insuficientes» são as palavras que estas dotações invariavelmente merecem.

Pág. 23

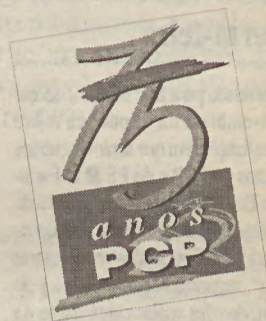
# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Março de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1164 • Director: Carlos Brito

## Grande comício no Norte

# Enérgica oposição



Págs.  
18 e 19

### Carvalhas no Porto

A nossa principal acusação ao PS não é, evidentemente, a de, em quatro meses, não ter resolvido os graves problemas nacionais. A nossa acusação principal é outra: a de que, em quatro meses, não haver domínio decisivo da política nacional em que o PS tenha definido e posto em prática uma orientação realmente diferente da seguida pelos governos do PSD.



### Transportes precisam Mudar de rumo

Pág. 5

A privatização da Rodoviária Nacional e o desmembramento da CP tiveram como resultados uma pior qualidade do serviço prestado às populações, uma drástica redução do emprego e o agravamento das condições de trabalho. Mas na reunião de segunda-feira com os sindicatos, o secretário de Estado dos Transportes não rejeitou a herança dos governos anteriores e manifestou intenções que deixaram preocupados os representantes dos trabalhadores.

## PCP debate Ensino em Encontro Nacional

Págs.  
8 e 9



## EDITORIAL

## Não à desregulamentação!



Carlos Carvalho, acompanhado de Agostinho Lopes, Octávio Teixeira e Vítor Dias, apresentou cumprimentos ao Presidente da República

## RESUMO

13  
Quarta-feira

Agendado para 2 de Março o debate na Assembleia da República sobre regionalização, em que serão discutidos projectos do PCP e do PS ■ O Parlamento Europeu aprova um conjunto de propostas para a revisão do Tratado de Maastricht ■ Cimeira dos "construtores da paz", organizada pelos EUA e pelo Egipto, decidiu apoiar continuação do processo de paz para o Médio Oriente e condenar actos de terrorismo ■ Termina, em Dublin, a primeira fase das conversações preliminares sobre o futuro do Ulster ■ Presos de várias cadeias continuam a enviar petições e abaixo-assinados ao Parlamento, pela aprovação de uma lei de amnistia ■ Dezasseis crianças e um adulto são mortos, por um homem armado, na escola primária de Dunblane, na Escócia.

14  
Quinta-feira

O encerramento da Margem Ocidental e da Faixa de Gaza, imposto por Israel, está a ter graves consequências no plano económico e na saúde das populações ■ O milionário Steve Forbes decide retirar-se da corrida à investidura republicana para a eleição presidencial americana de Novembro ■ CGTP-IN lança apelo social para acabar com a sinistralidade laboral que, em Portugal, ronda a média de 900 mortes por ano ■ Uma notícia publicada em "El País" refere a existência de um plano de transferência de água nos rios luso-espanhóis, a ser financiado pela CE ■ Inquérito do Instituto Nacional de Estatística indica que a tendência de desacceleração da economia portuguesa se deverá prolongar até Junho ■ Hipermercados "ameaçam" de despedimento cerca de 4 mil trabalhadores, em resultado do encerramento aos domingos.

15  
Sexta-feira

Estudo apresentado no Dia Mundial dos Direitos do Consumidor no Centro Cultural de Belém indica que a maioria das queixas se referem aos serviços públicos essenciais ■ O secretário-geral da ONU anuncia novo programa de desenvolvimento para África ■ Ex-director do SIS confessa ilegalidades ■ A União Europeia oficializa, em Ancara, a sua recusa de participar no rearmamento da Federação Croata-Muçulmana da Bósnia, pretendido pelos EUA ■ Câmara baixa do Parlamento russo aprova uma moção restaurando a União Soviética ■ A China anuncia nova série de exercícios militares ao largo de Taiwan ■ Acções de protesto em 13 cadeias portuguesas, envolvendo 1700 presos ■ O Orçamento de Estado é aprovado, com o apoio da bancada socialista e abstenção do PP.

16  
Sábado

Álvaro Cunhal lembra, em Évora e Faro, os 75 anos de história do PCP, e critica a política de direita do governo PS ■ Elevada abstenção nas eleições presidenciais no Zimbábue ■ A Constituição da província sul-africana

na de Kwazulu-Natal é aprovada por unanimidade, após longos meses de negociações ■ Yasser Arafat acusa Irão de ter comandado os recentes atentados que fizeram 61 mortos em Israel ■ Representantes dos comités nacionais do SOS Racismo de 16 países, entre os quais Portugal, participam na Conferência contra o Racismo, realizada na Escola de Comunicação da Benetton, em Itália ■ Vinte guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão são mortos pelo exército turco.

17  
Domingo

A Rússia não participa na reunião do grupo de contacto sobre a ex-Jugoslávia, a decorrer hoje em Genebra ■ Carlos Carvalho critica, no Porto, política do governo PS ■ China adverte Estados Unidos de que a presença de navios americanos no estreito de Taiwan só contribuirá para agravar a crise ■ Os países do Conselho da Cooperação do Golfo condenam as práticas repressivas para com o povo palestino e exigem a retirada israelita dos montes Golá ■ Ministro angolano propõe participação do Brasil na próxima cimeira da Juventude, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ■ Um militar português é gravemente ferido na Bósnia, devido à explosão de uma mina.

18  
Segunda-feira

Comemoram-se os 125 anos da Comuna ■ Quatro jovens timorenses pedem asilo em duas embaixadas na capital indonésia ■ O que restava da população de Grbavica, bairro sérvio de Sarajevo, abandona as suas casas, em véspera da entrada das autoridades croato-muçulmanas ■ Termina em Tunes a Cimeira dos Grandes Lagos, com um compromisso no sentido de resolver o problema dos refugiados ruandeses e a crise no Burundi ■ Greve da fome continua a alastrar nas prisões portuguesas ■ Acordo entre Portugal e os PALOP, para projectos de cooperação e intercâmbio entre jovens ■ Óscar Lopes é distinguido com o Prémio Vida Literária, da Associação Portuguesa de Escritores ■ Luanda congratula-se com afastamento de Joaquim Leiria da RDP.

19  
Terça-feira

O Presidente da República recebe as direcções dos partidos com assento parlamentar que lhe foram apresentar cumprimentos ■ Ministro da Cultura anuncia as linhas mestras da lei orgânica do seu Ministério ■ Vidreiros da Manuel Pereira Roldão exigem soluções do Governo e ameaçam endurecer os protestos ■ Reunião do Conselho Consultivo da Juventude sobre a Conferência Intergovernamental defende introdução de uma disciplina sobre a União Europeia nos currículos do ensino secundário dos Estados membros ■ Termina a segunda sessão de conversações entre o Iraque e a ONU sobre a aplicação da Resolução 986 ■ Reunião de Genebra relança Federação Croata-Muçulmana ■ Exército muçulmano bósnio inicia a sua retirada de Sarajevo.

**N**ão obteve provimento na Assembleia da República a impugnação do PCP, por razões de inconstitucionalidade, da admissão da proposta de lei do Governo que pretende dar força legal ao chamado acordo de concertação social a curto prazo.

As razões dos comunistas lançaram, porém, as maiores dúvidas no espírito de muitos deputados, incluindo de alguns que votaram pelo lado do Governo e dos patrões.

Em consciência muito poucos recusam a existência, pelo menos, de uma clara violação do direito constitucional à livre contratação colectiva.

A própria votação contra a impugnação do PCP que voltou a juntar, como no Orçamento, o PS e o PP no mesmo sentido de voto, agora numa matéria tão eminentemente social, é muito significativa do caminho escolhido pelo Governo de António Guterres e imposto à sua base parlamentar.

Ficou mais claro que, como salienta a contestação dos deputados comunistas, «o que o Governo pretende, cedendo ao grande patronato, e com a colaboração de outros parceiros sociais, é seguir a caminhada do PSD na desregulamentação completa das relações laborais, enfranqueando ainda mais a posição dos trabalhadores». A impugnação do PCP e o debate a que deu origem ajudaram, assim, a esclarecer a operação da «concertação a curto prazo» e, por isso mesmo, a enfraquecer a posição do Governo.

O que é imperioso combater e rejeitar, neste momento, é o próprio texto perverso da proposta de lei, copiado afinal do acordo de concertação social, impedindo que ele seja aprovado e não desviar a discussão para as formas ainda mais preversas como possa vir ser interpretado ou aplicado se for aprovado.

É do texto da proposta de lei que os deputados comunistas falam, quando afirmam que «representa um retrocesso inadmissível em conquistas históricas dos trabalhadores, destinando-se a permitir uma maior exploração da sua força de trabalho, e não a reduzir o horário de trabalho por forma a que os trabalhadores beneficiem da evolução tecnológica com maior disponibilidade de tempo para a sua realização pessoal» e acrescentam mais à frente que ela «espezinha verdadeiramente a Constituição da República e os direitos dos trabalhadores na mesma consagração».

**É** o texto da proposta de lei e não qualquer interpretação abusiva que estabelece, logo no artº 1º, um novo conceito de «períodos de trabalho efectivo», o que implica, como cuidadosamente se explica, a «exclusão de todas as interrupções de actividade, resultantes de acordos, de normas de instrumentos de regulamentação colectiva ou da lei».

É o texto da proposta de lei que estabelece de forma absolutamente arbitrária que «a duração normal do trabalho semanal é definida em termos médios com um período de referência de quatro meses».

Porquê este absurdo?

Para proceder «à desconstrução da Norma de organização semanal de trabalho», como se explica na contestação dos deputados comunistas, e, em consequência, esvaziar o próprio conceito de semana de 40 horas e permitir, ao contrário, semanas de trabalho até 48 ou 50 horas e jornadas diárias até 10 horas de trabalho, sem-

pre e só em função dos interesses e conveniências do patronato.

É o texto da proposta de lei que estabelece, também, que, mesmo para as empresas que já reduziram o horário de trabalho a partir de 1990, é o presente regime que lhes será imposto.

É o texto da proposta de lei que estabelece, igualmente, que «o objecto do contrato de trabalho abrange, ainda, as actividades para as quais o trabalhador tem qualificação e capacidade, e que têm afinidades ou ligação funcional com as que correspondam à sua função normal, ainda que não compreendidas na definição da categoria respectiva».

O que quer dizer que, em face desta norma, tão capciosamente armadilhada, qualquer trabalhador, seja qual for a sua categoria, fica obrigado a fazer qualquer tarefa, por mais distante da sua profissão, que o patrão lhe incumba sob pena de incumprimento do contrato.

É claro que a proposta de lei contém algumas almofadas para amaciar as resistências e votos piedosos a contar com a boa vontade do patronato. Diz, por exemplo, em certo passo que «na organização dos horários de trabalho, deverá, sempre que possível, visar-se a generalização de um dia de descanso complementar».

Mas quem é que determina se é possível? Expressões como estas, que não têm qualquer valor jurídico, põem em evidência o largo arbítrio que é conferido aos patrões.

A proposta de Lei não podia deixar de admitir, como faz, que convenções colectivas posteriores «poderão regular as mesmas matérias num sentido mais favorável aos trabalhadores e às empresas», mas ao colocar nas mãos do patronato um instrumento desta violência contra os direitos dos trabalhadores, está a liquidar o sentido da contratação

colectiva.

Resumindo: o grande patronato impôs ao Governo um embuste para esvaziar de conteúdo a reivindicação da semana das 40 horas e obter, por acréscimo, maior arbítrio na organização dos horários de trabalho e na exploração dos trabalhadores e o Governo quer agora dar ao embuste a dignidade e a força da lei.

O processo legislativo na Assembleia da República está agora dependente do período de consulta pública que está a decorrer.

É da maior importância que este período seja plenamente aproveitado para se intensificar o trabalho de esclarecimento, de mobilização e de acções de massas de vigoroso protesto para que o embuste patronal da «flexibilidade» e da «polivalência» não seja transformado em lei.

Nesta perspectiva, parece muito positivo o Plenário de Urgência dos Sindicatos ontem realizado na cidade do Porto e a decisão de se avançar para uma grande jornada de luta no próximo dia 11 de Abril.

É imperioso que todos os trabalhadores compreendam a necessidade de dizer NÃO a esta proposta de lei do Governo, que configura um violentíssimo ataque aos seus direitos, dos mais graves verificados desde o 25 de Abril.

Os comunistas continuarão na primeira linha deste combate e continuarão a combiná-lo, como tem acontecido, com as comemorações do 75º aniversário do PCP.

## Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socin Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socin Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º A,  
— 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Limbó — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Le: 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;  
25 números: 3 487\$50

EUROPA  
50 números: 24 750\$00

ESPAÑA  
50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

# Ângelo e os «angélicos»

O requerimento dirigido pelo deputado João Amaral ao Governo, sobre a «ingerência da CIA e outros Serviços Secretos americanos nos Serviços de Informações portugueses», provocou natural preocupação na opinião democrática do país e teve repercussão destacada em alguns meios de comunicação social, como aconteceu com a TSF.

Obviamente as contundentes perguntas do deputado comunista também suscitaram imediatas intervenções pretensamente desdramatizadoras, e em antecipação à resposta do Governo, da parte de alguns «reputados especialistas» nestas matérias.

O requerimento, que o «Avante!» trata desenvolvidamente noutra lugar, inquietou-se e insurge-se especialmente com a possibilidade do Governo português se preparar para entregar à CIA a lista dos «agentes secretos» dos Serviços de Informações portugueses e mais ainda fazer-lhe a entrega desses funcionários «em pessoa».

O antigo ministro da Administração Interna da AD, Ângelo Correia, figura rodada nos corredores da NATO e famigerado inventor da «insurreição dos pregos»,

hoje grande frequentador de conselhos de administração, foi dos primeiros a sair a terreiro para tranquilizar a opinião pública quanto a eventuais colaborações com a CIA.

Asseverou que era «tudo legal» e para «bem da humanidade». Com larga cópia de palavras quis deixar a ideia de que a CIA faz é «o combate à droga, ao contrabando de armas, ao terrorismo e (não pôde omitir) à subversão».

Entretanto, dando-se conta de que estava a tocar uma música demasiado celestial, concedeu: «Bem, pode haver alguns problemas para a soberania. Não podemos ser angélicos...»

É essa precisamente a questão: os que são e sobretudo os que se fazem «angélicos».

Há um abundante conhecimento que não deixa dúvidas sobre a natureza da CIA como instrumento privilegiado de ingerência e da dominação dos Estados Unidos noutros países e povos. Sabe-se como em numerosos casos está envolvida nos derubamento de regimes democráticos, atentados sangrentos, homicídios, chantagens e crimes de toda a espécie para fazer valer

os interesses americanos e sustentar a exploração capitalista.

Portugal conheceu de perto o peso e as consequências dessa ingerência, como está cada vez mais documentado.

É por isso que os «angélicos» provocam uma especial indignação. E sobretudo quando não se chamam Ângelo, mas têm nomes como Magalhães e outros e vêm sustentar que: «é preciso não mitificar o poder da CIA».

Curiosamente foi um ex-director de operações do SIS, Tavares Nunes, que trouxe a público algumas revelações úteis.

Confirmou que agentes do SIS tinham recebido formação da CIA e de outros serviços secretos estrangeiros e, mais importante, reconheceu que há razões para haver preocupações. Pois, afirmou, o objectivo desses serviços secretos é «penetrar».

Bem se pode dizer que a questão que está colocada ao Governo de António Guterres é de se saber se vai ou não «angelicamente» facilitar a penetração.

■ Carlos Brito

# A árvore e a floresta

No ponto a que as coisas já chegaram, não é muito arriscado prever que dificilmente o Governo do PS se venha a sair bem da estranha e suspeita história da compra pela Portugal Telecom da rede de transmissão de sinal da TVI.

Bem pode o Primeiro-Ministro, como fez em declarações à SIC na passada na quinta-feira em que distanciava o Governo da fixação do valor do negócio, querer criar a ideia de que o Governo está à margem deste processo.

Baldadamente, porque, logo de seguida, apareceu o Ministro João Cravinho a falar com imenso detalhe e empenho sobre a questão e de há muito que não faltam notícias a colocar o Ministro Jorge Coelho no centro desta operação de ajuda à TVI (agora, por pura coincidência, presidida por Carlos Monjardino) à custa da generosidade e sobretudo dos dinheiros de uma empresa (ainda) de maioria de capitais públicos.

A respeito deste caso, não é possível deixar de anotar que, quando a TVI, entre as razões que invoca para legitimar a bondade deste negócio, inclui a expectativa que lhe teria sido criada - ou pelo menos, não lhe teria sido explicitamente denegada - pelo Governo anterior de poder vir a utilizar a sua rede para entrar no negócio das telecomunicações, nos faz imediatamente recordar os anos a fio em que a Igreja Católica invocava uma promessa de Sá Carneiro e do PSD para fundamentar que lhe fosse atribuído o 2º canal da RTP.

O menos que se pode dizer é que já era tempo de este sector da vida nacional perceber que promessas ou expectativas criadas por governantes, ao arripio das leis em vigor ou em contradição com elas, não

têm qualquer valor e não podem converter-se em compromissos de Estado, pelo menos de um Estado de direito e laico.

Importa também observar que as críticas aparentemente convergentes em relação a este negócio podem ter motivações e critérios de natureza muito diferentes, sendo praticamente certo que algumas se sustentam não em razões de transparência ou de protecção do interesse público mas de mera ciuemeira, concorrência empresarial ou escaramuças entre interesses privados.

Com efeito, sem prejuízo da compreensível maior sensibilidade da comunicação social para um caso que diz respeito ao próprio sector, não é de excluir que sejam aquelas razões que possam estar na base do destaque mediático conferido a este assunto.

Na verdade, já se falou mais da operação TVI-PT-Governo PS que, sendo feia, inadmissível e reprovável, terá uma provável expressão financeira de cinco ou seis milhões de contos, do que alguma vez se falou desse escândalo incomparavelmente maior e de consequências imensamente mais negativas que se dá pelo nome de privatização da Portugal Telecom - a empresa que acabou por ser avaliada em cerca de 600 milhões depois de avaliações anteriores terem ascendido a valores entre 1000 e 1200 milhões de contos, e depois de o seu próprio Presidente, Luís Todo Bom (cf. «Expresso» de 3/12/94), ter situado o seu valor entre 800 e 1000 milhões de contos.

Dito isto, só falta desejar - ingenuamente, bem o sabemos - que o justo interesse pela árvore ajude a acordar todos os que tem estado distraídos com a floresta.

■ Vítor Dias

# Para onde vamos?

Os indicadores do desemprego referentes ao mês de Fevereiro - que atingem o dramático número de 484 mil desempregados - conjugados com as informações de que a economia portuguesa está a caminhar a passos largos para a recessão, evidenciam uma situação de verdadeira derrapagem económica e social de cuja gravidade e consequências o Governo parece não ter tomado plena consciência.

É um facto que o executivo, num tique herdado dos seus predecessores do PSD, assim que teve eco do agravamento das estatísticas logo se apressou a anunciar mais um «plano de combate ao desemprego».

Sobejam porém as razões para duvidar que a panaceia do «mercado social de emprego», da criação de postos de trabalho pelos próprios desempregados, e

outras medidas congéneres, vá ser muito mais eficaz que os anteriores «planos» do PSD.

E sobejam as razões, também, para pôr em causa a sinceridade dos propósitos do Governo do PS; ao proclamar o «combate ao desemprego» com o prosseguimento de uma política económica que diariamente gera mais despedimentos e mais desemprego.

Atenda-se a que o Orçamento do Estado, cuja proposta foi apresentada pelo Governo na AR e que entrará em vigor no dia 1 de Abril, assenta inteiramente nos dogmas de Maastricht. Que ele sacrifica as possibilidades de desenvolvimento do país e de efectivo combate ao desemprego, aos interesses que estão a impor a marcha forçada para a moeda única e a passagem à terceira fase

da União Económica e Monetária. E por isso ele foi justamente identificado como sendo um Orçamento para o desemprego.

Atenda-se, igualmente, à política laboral do PS, com a flexibilização dos horários e a polivalência, que irão acarretar a curto prazo ainda mais despedimentos e mais desemprego.

E recorde-se o fatalismo com que o PS foi adiantando a ideia de que «nos sectores expostos à concorrência internacional não é mais possível continuar a adiar reestruturações para proteger postos de trabalho».

O principal responsável pela continuação do agravamento do desemprego, o Governo, está assim encontrado.

Não constitui uma ironia da vida que, ao mesmo tempo que o

PS afunda o país com o seu fundamentalismo maastrichtiano e com a sua subordinação aos interesses do grande capital transnacional, se comecem já a ouvir vozes no capital nacional a contestar, também, um tal caminho?

E não é significativo que o presidente do BFE e ex-Ministro das Finanças do PSD, Miguel Cadilhe, tenha defendido há poucos dias a necessidade da «flexibilização dos critérios e dos calendários», que a «economia portuguesa não deve entrar numa marcha forçada para conseguir a convergência nominal à custa da convergência real», e que «os calendários que figuram no Tratado» estão ultrapassados e dificilmente serão cumpridos?»

■ Edgar Correia

# TERRORISMO

## o mal e a caramunha

O terrorismo existe sob múltiplas formas e tem causas e motivações muito diversificadas. Falar da «ameaça terrorista» e de combate ao «terrorismo internacional» em geral encerra graves perigos de manipulação. Importa não deixar alimentar a confusão entre o puro banditismo e violência das redes de crime internacionalmente organizado; a provocação dos serviços secretos; o terrorismo como forma de luta politicamente assumida; acções desesperadas de carácter praticamente espontâneo, geradas por situações de dramática degradação social e/ou opressão nacional e discriminação religiosa.

Desde a sua fundação, em luta contra certas práticas do anarco-sindicalismo, o PCP sempre combateu os métodos de acção individual e o terrorismo como forma de luta política. A violência libertadora como resposta à opressão e ao terror das classes dominantes está nos antípodas da violência terrorista. A experiência portuguesa e internacional mostra que o extremismo político terrorista, independentemente das intenções proclamadas, dá pretextos à repressão contra as forças progressistas e atrasa a construção de autênticas alternativas libertadoras e revolucionárias, que só podem sê-lo se assentes na organização e mobilização das massas populares.

Vem isto a propósito da recente «Cimeira antiterrorista» de Charm el-Cheikh, dita dos «construtores da paz». Cimeira que parece ter ficado bastante aquém dos objectivos dos EUA (até por força das contradições que se manifestam no campo imperialista em relação à rica e estratégica região do Médio Oriente), mas que revela a determinação de explorar a fundo o filão «antiterrorista» no combate à inevitável resistência e luta contra a política de exploração e opressão inerente à «nova ordem» imperialista. A rapidez com que foi convocada, a espectacular participação de Clinton (a par dos directores da CIA e da Mossad) na reunião do gabinete israelita e as medidas de cooperação militar anunciadas, o considerado «histórico» aperto de mão de Peres e Saud al-Fayçal (Arábia Saudita) - tudo isto indica que os sangrentos atentados do Hamas serviram de pretexto para pôr em prática projectos conspiratórios visando reforçar o eixo EUA - Israel - reacção árabe para fazer naufragar a justa reclamação do povo palestino de construção do seu próprio Estado independente e soberano, golpear as forças progressistas do mundo árabe, assegurar a hegemonia dos EUA na região. Cimeira que se insere sem dúvida na mãozinha recíproca que Clinton e Peres se dão em ano de eleições, mas que visa voos bem mais altos.

O cinismo e a hipocrisia dos EUA e de Israel não têm limites. É público e notório que, independentemente das vicissitudes do seu percurso, o Hamas foi alimentado para combater a Intifada e como esperança de alternativa à OLP, precisamente pelos EUA, Israel, Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo. É público e notório que na Bósnia lado a lado com os grandes amigos norte-americanos da Armija, se encontram desde 1993 milhares de «moudjahidin» vindos desse Irão que agora de novo se pretende diabolizar. É público e notório que altos responsáveis terroristas do FIS e da GIA argelinos (que assassinaram milhares de pessoas sem que por isso sejam objecto das exaltadas manifestações de repúdio que agora se verificam em relação a Israel) se acoitam nos EUA, na Grã-Bretanha, na Alemanha e que a City londrina é placa giratória dos seus chorudos financiamentos.

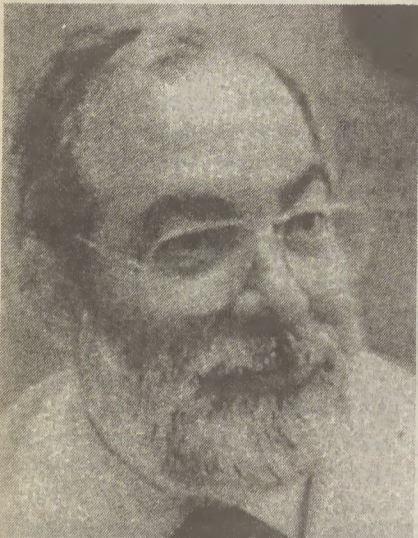
Os exemplos desta sinistra hipocrisia podiam prosseguir quase indefinidamente. De facto, o imperialismo e os seus serviços secretos fazem «o mal e a caramunha». Alimentam o «terrorismo» para acusar de terroristas os que se opõem à sua política de exploração e opressão (lembram-se de Arafat «terrorista»? ). Decretam «guerra ao terrorismo» para intensificar por toda a parte os atentados contra a democracia, reforçar as medidas de controle policial no plano internacional, justificar o militarismo e a política de intervenção nos assuntos internos de Estados soberanos, ou seja para relançar o mais brutal e perigoso de todos os terrorismos, o terrorismo de estado. O «castigo colectivo» que Israel está a impôr aos palestinos aí está para o comprovar.

■ Albano Nunes



## Letria «rescindido»

A administração da RDP rescindiu na passada segunda-feira o contrato com Joaquim Letria para o programa «Cobras e Lagartos», que foi encerrado, acusando-o de «desvio sistemático» da linha editorial da Antena 1, de ter «ultrapassado todos os limites» e ter enveredado pela «ofensa pessoal». A rescisão surge num acumular de campanhas provocatórias conduzidas por Letria no tempo de antena que dispunha - aliás, graças a um estranho e chorudo contrato assinado com a anterior administração PSD desta emissora estatal em vésperas da sua substituição, nomeadamente contra o



governo e o Estado angolanos, quase causando um incidente diplomático. Nessa campanha, o «radialista» não se coibiu de chamar «rapazes» e «pretos» aos dois últimos embaixadores angolanos em Portugal, levando as provocações ao ponto de ofender os dirigentes angolanos e o próprio presidente José Eduardo dos Santos com afirmações racistas e ofensivas da sua honra.

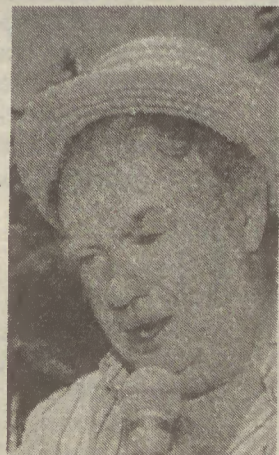
Para culminar, Letria chamou «castrados» e «censores» aos próprios administradores da RDP que lhe foram consentido os dislates. Refira-se, entretanto, que do contrato de Letria com a Antena 1 constava a existência de uma assistente paga do seu bolso que «filtrava» todos os telefonemas, o que explica a curiosa particularidade de raramente aparecerem na emissão posições divergentes em relação às do autor de «Cobras e Lagartos»...

## As cartas de João Jardim

Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, é acusado de ter utilizado ilegalmente os ficheiros da Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) para efeitos de propaganda eleitoral, quando se está a poucos meses das eleições legislativas regionais. A «história» começou com a promessa de João Jardim de que iria dirigir-se aos madeirenses «por carta». Só que, em vez de enviar um mailing sem endereço - prática corrente nestas situações - recorreu a uma listagem de nomes e moradas dos consumidores de energia eléctrica, obtidos nos ficheiros da EEM, uma empresa totalmente pública.

Entretanto as dezenas de milhares de «cartas» dirigidas aos madeirenses, assi-

nadas pelo próprio João Jardim, totalizam 17 páginas cada com pormenores exaustivos da «obra» do executivo regional nos



últimos quatro anos, desde os tanques de rega e as torneiras aos troços de estrada...

Resta averiguar quem pagou este balúrdio de correspondência eleitoral - se o PSD/Madeira, se todos nós, contribuintes.



## Os maus lençóis da economia portuguesa

Segundo um estudo do «Expresso» assinado por Ana Garrido, Portugal está a viver a pior década desde 1960, numa evolução semelhante à eu-

ropeia. «A partir de 1963, o ano do primeiro choque petrolífero, o crescimento médio da economia portuguesa entrou em desaceleração», assinala a

articulista. E, de década em década, tem sido cada vez pior. «Nos anos 80 o crescimento médio foi de 2,7%, com uns escassos 0,3 pontos acima da média comunitária. Os anos 90 prometem ser negros, com os

primeiros cinco anos já perdidos, em divergência do rendimento médio da União Europeia», conclui o estudo.

Entretanto, ainda segundo o «Expresso», a economia portuguesa está a crescer a um ritmo

inferior aos 1,3% registados no último trimestre de 1995, podendo aproximar-se do crescimento zero até final do segundo semestre, conclusão tirada da síntese mensal de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística (INE).

## Berlusconi: mais escândalos

A condessa Stefania Ariosto, companheira de Vittorio Dotti, chefe do grupo parlamentar do partido de Silvio Berlusconi, Forza Italia, fez declarações à Justiça italiana que estão a envolver o ex-primeiro-ministro, e de novo candidato ao cargo, em mais um escândalo de corrupção.

A condessa denunciou o paga-

mento de «luvas» a juizes por empresas «com sede em Milão», para evitar investigações judiciais, apontando concretamente o juiz Renato Squillante, um magistrado romano que foi detido no passado dia 12, altura em que estas acusações foram tornadas públicas. Há mais cinco magistrados sob investigação neste caso. A condessa afirma ter sido testemunha directa de pelo menos duas dessas entregas de dinheiro, ambas em Roma, uma numa festa e outra à saída de um local nocturno, garantindo que o dinheiro foi entregue a Squillante.

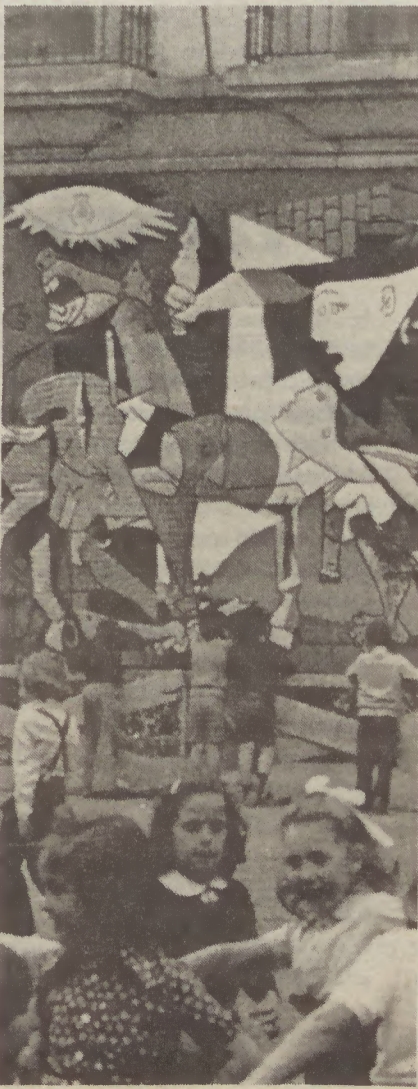
Entretanto, nos últimos dias, a imprensa italiana revelou que o principal visado por esta investigação - inicialmente identificado como «um conhecido empresário milanês» - é, nem mais nem menos, que Silvio Berlusconi que, ainda segundo a condessa, terá oferecido, por altura do Natal, jóias às mulheres de diversos juizes.

## EUA enfiam carapuça

A embaixada dos EUA em Madrid, após pressões infrutíferas para impedir a atribuição de um prémio, por parte dos soberanos espanhóis, ao diário brasileiro «Correio Braziliense» por uma série de artigos sobre uma alegada rede internacional de comércio de crianças roubadas, fez sair um comunicado em Madrid onde se afirmava: «Consideramos que é muito desconcertante ver um governo da Europa Ocidental a

associar-se com ficção perigosa e maléfica, conferindo-lhe deste modo credibilidade.»

A autora dos artigos premiados, Ana Beatriz Magno, afirmou depois de receber o prémio: «Não percebo por que é que os norte-americanos ficaram neste estado, dado que as minhas histórias não mencionavam cidadãos norte-americanos nem o Estado dos EUA.» Refira-se que os textos premiados eram essencialmente sobre



adopções internacionais ilegais de crianças, com apenas dois casos de crianças brasileiras que foram raptadas no Brasil e depois devolvidas com um rim a menos. Pelos vistos, os EUA enfiaram a carapuça. E viram nestas denúncias uma ameaça a tão repugnante tráfico, como se deduz das declarações de um porta-voz da embaixada dos EUA em Madrid, afirmando também na altura que «semelhantes histórias» poderiam «causar problemas sérios a longo prazo no que diz respeito às adopções internacionais e às doações de órgãos».

Incrível... e verdadeiramente «desconcertante».

## FRASES

«Saio, mas nas minhas condições.»

(Gomes Fernandes, PS, sobre a sua saída de vereador da Câmara do Porto - «Expresso», 16.03.96)

«Não sou um comandante a prazo na PSP.»

(Gabriel Teixeira, Comandante-Geral da PSP - «Semanário», 16.03.96)

«Mais uma vez se começou a construir a casa pelo telhado, ou seja, criou-se um gabinete que vai fiscalizar e exigir onde nada tem para fiscalizar e exigir. Deixemo-nos de aventuras, deixemo-nos de exigências, quando não se dá nada em troca.»

(José Carreira, da Associação Sócio-Profissional da PSP - «O Diabo», 19.03.96)

«Enquanto o ministro Alberto Costa não resolve o problema, sugiro-lhe a distribuição, em todas as esquadras, de algumas toneladas de Prozac.»

(Maria Filomena Mónica - «Independente», 15.03.96)

«O mandato era de dois anos, estávamos a meio do mandato. Ele (Nogueira) quis fazer um congresso, ninguém lho pediu. Eu próprio dei a opinião que era mau. (...) Ele tinha aparentemente estabilidade.»

(Joaquim Ferreira do Amaral - «Semanário», 16.03.96)

«Se o Dr. Luís Marques Mendes é alguém na política, deve-o às suas qualidades mas, fundamentalmente, à minha persistência em dizer sempre que ele era bom, inclusive aos ouvidos do professor Cavaco Silva.»

(Fernando Alberto Ricardo da Silva, PSD, ex-Governador Civil de Braga, citado em «Público», 16.03.96)

«Não sei se (Marcelo Rebelo de Sousa) terá «endurance» suficiente para se aguentar dois ou três anos até ao próximo congresso.»

(Francisco Pinto Balsemão - «Independente», 15.03.96)

«O professor é muito brilhante, mas não aquece.»

(«alguém» comentando a «performance» de Rebelo de Sousa no «Fórum da Maia», citado em «Público», 17.03.96)

«Santana Lopes espregueia uma oportunidade.»

(«ideia que cresce entre os sociais-democratas», segundo o «Expresso», 16.03.96)

«Tenho a certeza de que Pedro Santana Lopes se vai candidatar.»

(«um seu apoiante», segundo o «Expresso», 16.03.96)

«É a estratégia da tenaz.»

(«as mesmas fontes», segundo o «Expresso», 16.03.96)

«É preciso que haja cuidado com a linguagem. Haja decência.»

(Macário Correia, no debate sobre o OE na AR, citado em «Público», 16.03.96)

«Entre o guerreiro e o eremita, o que é preciso (no PSD) é um médico. Antes que se tenha de chamar o padre.»

(Mário Melo Rocha - «Diário de Notícias», 16.03.96)

«É verdade. E é por isso que precisamos de dar espaço à religião e ao diálogo crítico com a religião.»

(João Carlos Espada - «Público», 18.03.96)



## TRABALHADORES

# Intenções do Governo preocupam os sindicatos

## Transportes precisam mudar de rumo

A privatização da Rodoviária Nacional e o desmembramento da CP tiveram como resultados uma pior qualidade do serviço prestado às populações, uma drástica redução do emprego e o agravamento das condições de trabalho. Mas, na reunião que teve segunda-feira com os sindicatos do sector, o secretário de Estado dos Transportes não rejeitou a herança deixada pelos governos do PSD e manifestou intenções que deixaram preocupados os representantes dos trabalhadores.

«Logo após as eleições, reivindicámos do Governo que fossem suspensos todos os processos de privatização em curso e se voltasse a reanalisar toda a política seguida nos últimos 10 anos pelos governos de Cavaco Silva», relata Amável Alves, que dirigiu a delegação sindical. O coordenador da FSTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) sublinha que «é necessária uma alteração da política, e não apenas herdar um processo que não via os transportes como direito social».

### Direito reconhecido mas não garantido

Na reunião com o secretário de Estado dos Transportes e o secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento Social, solicitada pelos sindicatos, estes defenderam que «o transporte público de passageiros é um direito social das populações e, como tal, deve ser assegurado pelo Estado, para o que deveria manter-se no sector público um núcleo importante de empresas de transportes»; Amável Alves,

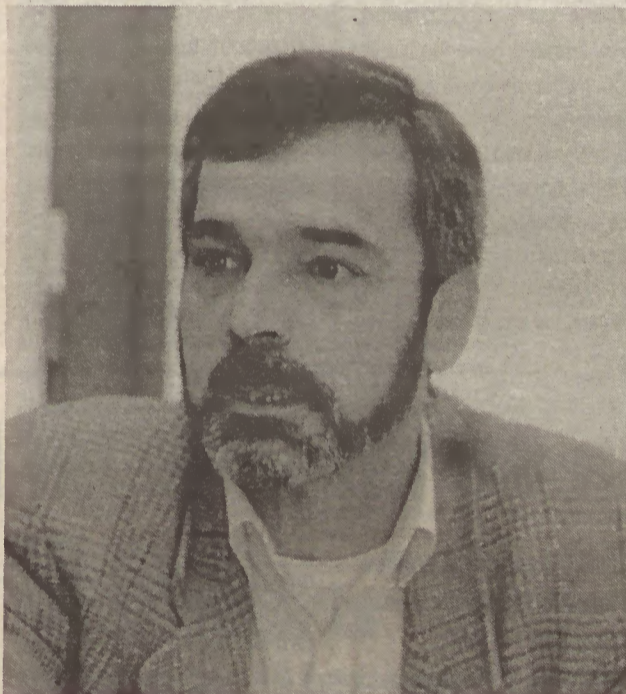
que também integra a Comissão Executiva da CGTP-IN, realça que «o Estado, quanto a nós, deve deter os meios para levar à prática uma política de transportes nacional, para garantir o direito ao transporte colectivo de passageiros em condições de equilíbrio das várias regiões e de todos os estratos sociais».

Os sindicalistas tiveram como resposta que o Governo entende a mobilidade como um direito das populações, o qual o Estado deverá garantir e reconhecem que este é um princípio diferente do que defendiam os anteriores governos. Mas o executivo do PS não considera importante quem detém a propriedade dos transportes, e aposta na celebração de contratos de concessão entre o Estado e as empresas, pagando subsídios que cubram os serviços deficitários.

«Vão assim os patrões sentar-se à mesa do Orçamento, retirando lucros nas carreiras rentáveis e recebendo subsídios pelas explorações deficitárias, sem sequer haver garantia dos níveis de qualidade da prestação destes serviços», comenta Amável Alves, lem-



O Governo reconhece o direito universal à mobilidade, mas continua a abdicar dos meios para garantir que todos têm acesso a transportes colectivos de qualidade



Amável Alves, da Comissão Executiva da CGTP-IN, dirigiu a delegação sindical recebida segunda-feira no Palácio Penafiel

brando que «o Estado, por aquilo que sabemos, não tem um sistema de fiscalização que obrigue os concessionários a cumprirem as regras» e que, com fraca concorrência de empresas públicas, a tendência dos operadores privados é «aumentar os lucros à custa da qualidade do serviço, à custa dos salários e direitos dos trabalhadores, à custa da redução de emprego e do aumento do tempo de trabalho».

«Temos muitas dúvidas de que o sistema de concessão a empresas privadas garanta efectivamente os transportes como serviço social. Vai haver piores transportes, mais caros e que não chegarão a algumas regiões» - conclui Amável Alves.

### Partir a CP é mau para todos

Relativamente ao transporte ferroviário, os representantes do Ministério não explanaram tão claramente os projectos que estão a preparar. Mas José Manuel Oliveira, que integrou a delegação como dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, manifesta igualmente «sérias preocupações quanto às opções deste Governo», uma vez que «declarações públicas dos membros do Governo e informações que vão surgindo na comunicação social mostram que querem continuar pelo caminho do desmembramento» da CP.

Além disso, acrescenta

aquele membro da Comissão Executiva da FSTFP/CGTP, «ouve-se falar muito do futuro, mas sem ter em conta os problemas do presente e a experiência do passado».

Sublinhando que os problemas da CP têm a ver com a política que é definida para o sector e a gestão praticada na empresa, José Manuel Oliveira afirma que «a CP, como empresa estratégica responsável pela prestação de um serviço público, será aquilo que o Governo quiser, o seu desenvolvimento e os grandes investimentos necessários não podem estar dependentes das receitas e dos lucros».

O futuro do caminho-de-ferro «não tem a ver com critérios de rentabilidade, mas com uma política que cative os passageiros, em vez de os afastar: tem que se cumprir horários, tem que haver um mínimo de avarias, tem que haver uma maior regularidade de transporte, tem que haver investimentos em infra-estruturas e material circulante; e tem que haver um comando único, um centro de decisão, em vez de cada empresa estar a puxar para si, como hoje sucede». Apesar de ser evidente que, «nestes dez anos, todos - os trabalhadores, as populações, a própria CP e o Estado - ficámos a perder com o desmembramento», da parte do Governo, «não se vê vontade de mudar a orientação seguida até agora», constata José Manuel Oliveira.



É duvidoso que o sistema de concessão a empresas privadas garanta efectivamente os transportes como serviço social. Para os sindicatos, é mais certo que isso signifique, como se tem visto, piores transportes, mais caros e que não chegarão a algumas regiões



## TRABALHADORES

## Transportes precisam mudar de rumo

# Público e privado ou certo e errado?

Nas polémicas acerca do que está mal no sector dos transportes, os defensores da entrega dos lucros a empresas privadas desde sempre tentaram atirar as culpas para o facto de as grandes transportadoras estarem nas mãos do Estado. Contrariando esta ideia insistentemente repetida ao longo de anos, Amável Alves e José Manuel Oliveira defenderam, nas entrevistas que deram ao «Avante!», que a questão não deve ser posta nestes moldes. Em vez de criticar uma empresa só por ser pública ou elogiá-la só por ser privada, há é que avaliar as opções políticas e as medidas de gestão; e estas, na CP e na RN, têm sido erradas, como mostram alguns exemplos referidos por aqueles sindicalistas.

## Como mataram o ramal de Reguengos

Desde 1980, ao mesmo tempo que as forças contrárias ao processo de nacionalização vão ganhando poder, começa-se a sentir na CP uma ofensiva que tinha por base um projecto totalmente diferente, apontando para a redução de milhares de postos de trabalho, o encerramento de linhas, a destruição do Acordo de Empresa e a divisão dos trabalhadores. A gestão começa então a ter como orientação criar condições para poder justificar a transfiguração da CP.

Por volta de 1983-85, com o Governo do Partido Socialista que tinha Rosado Correia como ministro da tutela, é desencadeada a ofensiva para o encerramento de linhas e ramais, com o argumento de que não davam lucros, não eram procurados... Só que antes foram tomadas medidas de gestão que conduziram a essa quebra da procura. Uma dessas medidas, largamente utilizada na altura, foi o desfasamento dos horários dos comboios em relação aos horários dos autocarros.

Foi assim que mataram, por exemplo, o ramal de Reguengos. Muitos trabalhadores dos concelhos limítrofes deslocavam-se diariamente para Évora; havia um autocarro que chegava a Reguengos de manhã, com ligação a um comboio que partia 5 minutos depois para Évora; de tarde era o autocarro que partia depois de chegar o comboio. Antes do ministro vir anunciar o encerramento do ramal, a CP alterou o horário e pôs o comboio a partir 5 minutos antes da camioneta chegar. Claro que o tráfego de passageiros diminuiu abruptamente.

Situações como esta houve inúmeras por todo o País.

## Situação económica difícil e artificial

Uma resolução do Conselho de Ministros declarou, em 1985, a RN como empresa em situação económica difícil. Como então foi denunciado, a RN não estava em situação económica difícil, tratou-se apenas de um artifício para pôr em causa aquela grande empresa pública, que estava em fase de expansão e consolidação, gozava de prestígio a nível nacional e internacional, e tentar estragar-lhe a imagem.

A partir dessa altura deixaram de ser pagas à RN as indemnizações compensatórias que o Estado deveria atribuir pela prestação de serviço público. A RN esteve 10 anos a prestar serviços sociais deficitários sem receber qualquer indemnização

por parte do Estado, o que conseguiu devido aos meios que obtinha noutras áreas rentáveis, como os expressos, o turismo, o transporte suburbano. Por orientação da tutela, posta em prática pelos homens que os governos nomearam para a empresa, foram drasticamente diminuídos os postos de trabalho (de 15 mil trabalhadores restam hoje, em todas as empresas que resultaram da cisão, cerca de 7 mil). Reduziram os direitos dos trabalhadores e forçaram a contenção dos salários. Não foram feitos investimentos na frota, que começou a degradar-se, e a qualidade do serviço piorou.

## Tardios metros de superfície

Anos depois de terem encerrado linhas e ramais, assiste-se hoje a uma onda de reclamações para a construção de metropolitanos de superfície, até de câmaras que não mostraram grande empenho em combater aquela opção da CP e dos governos. A necessidade das populações que se reflecte nesta reivindicação poderia ter obtido resposta em devido tempo por parte da CP, com menos custos, adequando oportunamente o material circulante à procura - aquilo que foi feito nos países do Norte da Europa e que tem sido defendido na União Internacional dos Caminhos-de-Ferro.

Todos os grandes empreendimentos conhecidos apontam para o aproveitamento das estruturas ferroviárias existentes, com material circulante mais ligeiro. Só que, entretanto, a estrutura ferroviária degradou-se (nalguns sítios, como a linha do Sabor, até os carris já foram roubados!).

# Plano cavaquista decuplicou o défice da CP

O Plano de Modernização e Reversão do Caminho-de-Ferro, que deveria ser aplicado entre 1988 e 1994, foi aprovado pelo primeiro governo de maioria absoluta de Cavaco Silva. Foi fortemente contestado pelos sindicatos, e José Manuel Oliveira nota que só foram aplicadas as medidas negativas que o plano continha.

Neste período, foram encerrados cerca de mil quilómetros de via, sobretudo no interior do País; fecharam mais de 200 estações; a CP foi desmembrada em 12 empresas...

Mas, não foram feitos, ou estão muito atrasados, os grandes investimentos previstos para modernizar o caminho-de-ferro; e ficaram longe de ser alcançadas as metas definidas e propagandeadas pelos autores do plano: uma viagem de comboio entre Lisboa e o Porto não passou a demorar duas horas e meia no final de 1994, nem foi reduzido a zero o défice financeiro da empresa.

O que se passou, denuncia o dirigente da federação dos Ferroviários, foi que a empresa liquidou mais de 7 mil postos de trabalho nos últimos 10 anos, perdeu milhões de passageiros, já nem consegue garantir a pontualidade dos horários, o material circulante degradou-se e atinge níveis de imobilização e avarias nunca vistos, e o défice saltou

de 5 milhões para cerca de 50 milhões de contos anuais.

Estes resultados têm por companhia grandes negócios, em curso ou em perspectiva, num sector que movimenta milhões de contos e não pode deixar de merecer a cobiça do capital privado. É público, por exemplo, o interesse da multinacional ABB em obter algumas áreas da CP.

Mas já hoje há muitas empresas a girar em torno do caminho-de-ferro, estando entregue a empreiteiros grande parte do trabalho de manutenção e renovação da via. Só a renovação da via Norte representa mais de cem milhões de contos.

Antes do desmembramento, a CP explorava 3600 quilómetros de via e tinha mais de 30 mil funcionários, garantindo quase todo o trabalho que tinha a ver com a ferrovia, à excepção da matéria-prima e da produção de material circulante. Hoje a CP faz apenas o serviço de comboios e alguma manu-

tenção. Deixou de elaborar projectos, deixou de os executar e já nem sequer os fiscaliza.

Se uma parte do défice da CP corresponde a lucros dos empreiteiros (que não garantem os níveis de qualidade anteriores), outra boa parte deve-se aos lucros que ficam em empresas saídas da CP.

## Desmembramento não serve

Criticando o rumo até agora seguido no caminho-de-ferro, José Manuel Oliveira precisa que «não defendemos esta CP, tal como está, entendemos é que a solução para os problemas não passa pela continuação do desmembramento». Independentemente de nunca ter sido aquilo que os trabalhadores desejavam, «a verdade é que a CP, como empresa única, prestava melhor serviço do que depois de dividida», o que justifica a existência de um comando único, podendo haver contabilidade separada das infra-estruturas e da parte comercial, podendo haver autonomia na gestão contabilística e funcional, mas havendo um centro que defina os interesses e as prioridades para a empresa.

# O que se alterou na RN depois da privatização

Aprovada a lei-quadro das privatizações, a Rodoviária Nacional foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dividida em 13 empresas que a partir de 1992 começaram a ser vendidas. Amável Alves apontou algumas diferenças que são hoje notórias.

De imediato verificou-se uma redução substancial do serviço que era prestado. Foram cortadas carreiras, deixando sem transporte público várias regiões do interior do País, pura e simplesmente abandonadas por não proporcionarem os lucros pretendidos pelos operadores privados.

Nas regiões urbanas, houve

uma redução drástica da frequência de circulação dos autocarros. A capacidade de resposta às necessidades das populações foi substancialmente reduzida, sobretudo nas horas de menor afluência. Hoje é frequente estar à noite uma hora à espera de um autocarro. As empresas privadas - acusa o

coordenador da Festru - não estão a cumprir os contratos das concessões, mas o Estado não procede à devida fiscalização.

Quando atacavam a RN pública, diziam que a dimensão nacional da empresa era um empecilho ao seu desenvolvimento e modernização e à adequada resposta às necessidades



Enquanto muitas carreiras no interior do País foram abandonadas, nas zonas urbanas passaram a circular menos autocarros



## TRABALHADORES

# Convergindo na primeira quinzena de Abril CGTP marca novas acções pelas 40 horas com direitos

Foi convocada para ontem uma reunião de emergência do plenário nacional de sindicatos, no Porto, para aprovar as formas de luta a propor aos trabalhadores com o objectivo de travar a flexibilidade dos horários e a polivalência de funções.

O Conselho Nacional da Inter, que reuniu sexta-feira e sábado na escola de hotelaria de Bicesse, decidiu fazer «um sério aviso» ao patronato e ao Governo. Sem concretizar o tipo de acções que darão corpo a esta jornada, a direcção da central apelou a que os trabalhadores e suas estruturas façam convergir as lutas para as primeiras duas semanas do próximo mês.

O principal motivo de protesto continua a ser o «acordo de concertação social de curto prazo» e o compromisso do Governo, dali decorrente, de impor com força de lei os princípios da flexibilidade dos horários de trabalho e da polivalência de funções e categorias profissionais. A proposta de lei foi entregue pelo executivo no Parlamento

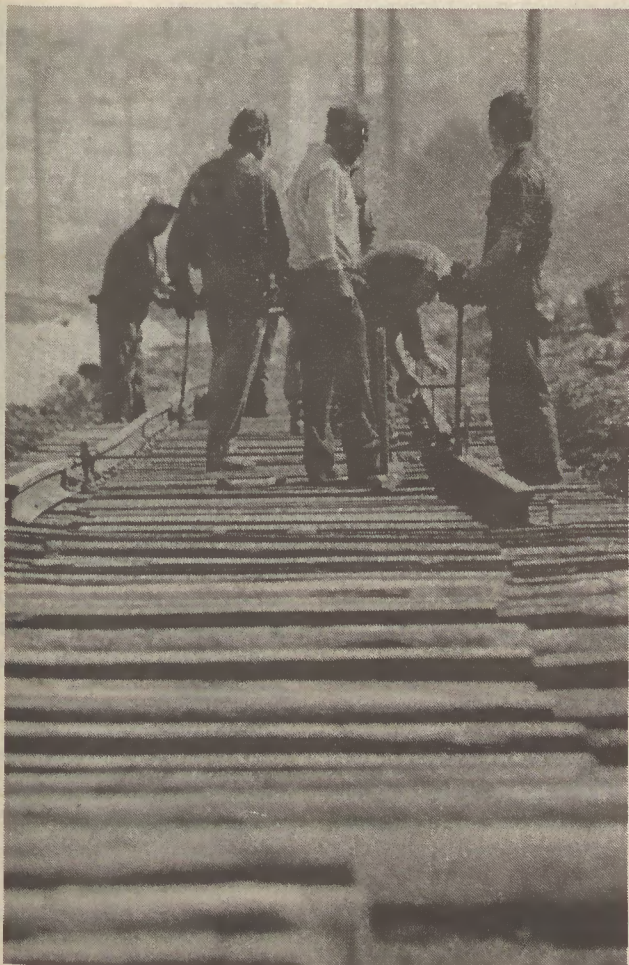
na semana em que se iniciou o debate do Orçamento do Estado e dias depois a CGTP levou a cabo uma primeira jornada de protesto, com plenários, greves e acções de rua.

Mas os trabalhadores e os sindicatos protestam ainda contra o comportamento que, já depois de aprovada a «concertação de curto prazo», algumas associações e entidades patronais têm assumido nos processos de revisão das convenções colectivas de trabalho.

Além de analisar a situação social e laboral - análise que

originou a decisão de pedir audiências urgentes ao primeiro-ministro e aos partidos com representação parlamentar -, o Conselho Nacional discutiu também o anteprojecto de teses a apresentar ao 8º Congresso da CGTP, que decorrerá a 31 de Maio e 1 de Junho.

No calendário de realizações da central destaca-se ainda o 6º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, que decorre amanhã, no auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com a participação de cerca de 200 delegados de todo o distrito.



Quase todo o trabalho de manutenção e renovação da via férrea foi entregue a empreiteiros

Poderiam assim evitar-se casos como o que sucedeu com a reparação dos barcos que ligam Lisboa e o Barreiro: a doca onde eram reparados, no Barreiro, os barcos da CP (Soflusa) ocupava cerca de um terço da mão-de-obra directa de todo aquele grupo oficial (EMEF); a Soflusa entendeu colocar a reparação a concurso, alegando que procurava um preço mais baixo; as reparações, que eram feitas por uma empresa do grupo CP, passaram a ser feitas numa empresa do Seixal e a

doca foi desactivada. Qual foi o resultado? As avarias aumentaram, é raro o barco que, depois de regressar de uma grande reparação, não tem anomalias. E para fazerem as grandes reparações, foram buscar equipamento à doca que era da CP. Quanto à EMEF, foi de tal modo afectada por este negócio que já levantam dúvidas acerca da viabilidade das oficinas do Barreiro. Isto só sucedeu por não haver uma estratégia de grupo e cada empresa puxar para si.



Os trabalhadores vão continuar a lutar para que a polivalência e a flexibilidade não ganhem força de lei na Assembleia da República (foto do desfile promovido pela CGTP no dia 7 de Março, em Lisboa)

## Lista unitária vence na Lisnave

Votaram na lista A, unitária, 1617 dos 2256 trabalhadores que acorreram às urnas no dia 14, para eleger a Comissão de Trabalhadores da Lisnave (que agora integra também os estaleiros da Mitrena, da ex-Solisor/Setenave). Apresentou-se a sufrágio outra lista, conotada com o PS e a UGT, que obteve 560 votos.

A lista vencedora, que conquistou 8 lugares no total de 11 eleitos, divulgou um comunicado em que considera que «estes resultados constituem uma grande vitória dos trabalhadores», perante o «momento particularmente difícil» que se vive nos estaleiros navais. A lista A interpreta a escolha dos trabalhadores como «o voto da resistência e naqueles em que acreditam que são capazes de travar o passo à administração e as medidas consignadas no chamado acordo de concertação social».

Na empresa «vive-se um clima de grande instabilidade e

incerteza», denuncia a lista vitoriosa, afirmando que «a administração tem-se mostrado incapaz de encontrar as soluções adequadas para que sejam ultrapassadas as reais dificuldades da empresa, sendo sempre tentada a recorrer ao método de remediar os problemas à custa dos trabalhadores», que «utilizaram o seu voto para dar uma resposta clara aos objectivos da administração», «reforçando a sua unidade, defendendo os seus direitos, garantindo o futuro».

Reunida no passado sábado, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP decidiu saudar esta «expressiva vitória dos trabalhadores da Lisnave». Os comunistas sadinos consideram que «a derrota da lista B, patrocinada pela UGT, o monopolista Mello e o PS, é ao mesmo tempo a derrota da tentativa de quebrar a resistência dos trabalhadores da indústria naval à ofensiva que se intensifica contra os seus interesses e direitos».

## Greve dia 27 no material eléctrico

A associação dos industriais de material eléctrico e electrónico, na reunião da semana passada com os sindicatos, não apresentou qualquer contraproposta de revisão salarial e quis impor um protocolo negocial que fazia depender a negociação dos salários da aceitação de retirada de direitos.

A proposta patronal de alteração do clausulado do contrato colectivo de trabalho (vertical) do sector apontava para a imposição da polivalência (através da alteração radical do regime de enquadramentos, perfis e carreiras profissionais) e da flexibilidade dos horários de trabalho.

No comunicado em que denuncia esta «atitude provocatória e violadora da lei da contratação colectiva», a comissão negociadora sindical encabeçada pela FSTIEP/CGTP refere que «numa atitude de abertura negocial, apresentou um proto-

colo que assegurava, desde já, a negociação prioritária da tabela salarial, seguindo-se a negociação das restantes matérias, o que foi recusado pela ANIMEE».

A associação patronal «moustrou-se completamente intransigente» e «foi indecentemente apoiada pelas organizações da UGT». Vai daí, «impôs como condição para marcar nova reunião de negociações a assinatura do seu protocolo, recusando-se assim a negociar com quem não se vergou às suas exigências».

Em protesto, os representantes da FSTIEP abandonaram a reunião e decidiram marcar uma greve de 24 horas para a próxima quarta-feira, em todo o sector de fabricação de material eléctrico e electrónico, sublinhando que «só a luta firme dos trabalhadores poderá garantir uma revisão justa dos salários e, ao mesmo tempo, a defesa dos direitos e do próprio CCTV».

## CT da Telecom contra compra da Reti

«Mais uma vez, como no passado recente, retirando lucros ao Estado, o Governo quer que sejam os contribuintes a pagar estas negociações privadas», comenta a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, num comunicado em que considera a anunciada aquisição da rede de distribuição de sinal da TVI como «um negócio da China à custa da PT». O dinheiro para acudir às dificuldades da estação «poderia sair do Orçamento do Estado, mas como dava muito nas vistas, sai dos lucros da PT enquanto pública».

Classificando negócios destes como «atentados ao património da empresa», a CT da Telecom afirma que «as dificuldades da

TVI ou de outras empresas, fruto do esbanjamento de recursos por actos de gestão incompetentes, não podem ser pagas pela PT como fretes políticos ou como muleta para maus negócios».

Além dos cerca de 6 milhões de contos que teria de pagar por «uma rede degradada e obsoleta», a Portugal Telecom teria ainda que arcar com «outro tanto» para proceder à necessária reparação e renovação da Reti, dispendendo assim «12 milhões que muito poderiam servir para aumentar o investimento, tão deapaupeado ultimamente, melhorando as condições do serviço que prestamos aos nossos utentes», denuncia a Comissão de Trabalhadores.

## atização

das populações. A verdade é que, com a venda aos privados, criou-se um monopólio, com uma parte substancial das empresas nas mãos do grupo Barraqueiro, que por sua vez tem forte ligação à multinacional francesa Générale des Eaux.

Era preciso renovar a frota. Mas o que se tem visto é que as empresas vão comprar ao estrangeiro autocarros em segunda mão, abatidos nas frotas dos países do Norte da Europa! Tem havido alguma renovação nos autocarros de turismo, mas para as carreiras normais vêm é autocarros velhos. É visível que os serviços normais de transportes colectivos privados não primam pela qualidade. A frota que não é rentável não merece investimentos.

Os patrões, contra tudo o que estava garantido na lei, tomaram ainda uma série de medidas contra os direitos dos trabalhadores, garantidos no Acordo de Empresa da RN, cujo conteúdo, formalmente, transitou para as empresas resultantes da cisão. Passou a ser regra a contratação precária (a prazo, a recibo verde, à tarefa...), os horários de trabalho deixaram de ser respeitados, os complementos de reforma

começaram a ser postos em causa. E piorou a situação dos trabalhadores em todo o restante sector, que tinham na RN um baluarte de luta e um estímulo para o seu combate.

As empresas já possuem hoje mecanismos que permitem elevar os horários de trabalho até 16 e 17 horas diárias, fazendo com que muitos motoristas sejam de tal maneira absorvidos pelos ritmos de trabalho, que ficam sem disponibilidade sequer para a família. Esta situação seria generalizada e agravada se passassem a dispor também dos instrumentos da flexibilidade e da polivalência que o Governo quer impor por lei e que permitiriam, por exemplo, que apenas o tempo efectivo de trabalho contasse para o horário: para cumprir 8 horas diárias, um trabalhador teria que manter-se ao serviço durante muito mais tempo, dependendo apenas da forma como os patrões administrassem as interrupções. É aquilo que se conheceu no sector antes do 25 de Abril, na altura com o nome de *intermitências*, e que os trabalhadores já mostraram repudiar, nomeadamente com a forte adesão à jornada de dia 7 de Março.



# PCP debate Educação num Encontro Nacional

Texto: Henrique Custódio  
Fotos: Jorge Caria



Com a presença de cerca de 200 pessoas, entre as quais muitos independentes, realizou-se no passado sábado, num hotel de Lisboa, o Encontro Nacional do PCP Sobre Educação e Ensino designado por «Educação: Estratégias para a Mudança». Os trabalhos funcionaram em três painéis, foram abertos por Edgar Correia, o membro da Comissão Política responsável pelas questões de Ensino, e encerrados com uma intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que assistiu a grande parte da iniciativa. A avaliação nas escolas esteve particularmente em foco.

Na realização deste Encontro, onde não houve «o propósito de entrar em espaços especializados de investigação e debate»,

operou-se «a procura de uma apreciação global para algumas das questões mais tradicionais (mas nem por isso menos impor-

tantes) suscitadas pela avaliação em educação», nomeadamente: «feita a reforma curricular, ou melhor, a reforma dos programas dos ensinos básico e secundário, os alunos aprendem mais ou aprendem menos? E aprendem melhor ou pior? O que se ensina e o que se aprende é o que se deveria ensinar e aprender? O que é que se avalia em relação aos alunos? E como? Pode-se ter confiança nos resultados dessa avaliação?».

Outras questões sobre avaliação postas em debate interrogaram «as escolas que temos», «como desempenham a sua função», «que condições proporcio-

## Intervenção de Carlos Carvalhas

### «Uma paixão muito pouco apaixonada»

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerrou o Encontro Nacional sobre Educação e Ensino com uma intervenção de que apresentamos alguns extractos. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção.

(...)

Queria mais uma vez agradecer o generoso convite que me fizeram para estar aqui convosco neste Encontro Nacional sobre Educação e Ensino, subordinado ao tema «Educação: Estratégias de Mudança», em que os camaradas procuraram, sem perderem de vista a reflexão global, centrar o debate e a análise sobre os complexos temas dos processos de avaliação.

É reconhecido mesmo pelos nossos adversários e mesmo por aqueles que julgam ter o «monopólio do coração» sobre estas matérias, a actuação, o desvelo e a seriedade das propostas e o verdadeiro empenho com que o Partido Comunista Português encara a Educação, tendo-a considerado desde sempre e no concreto como uma das grandes prioridades nacionais, isto é, de importância estratégica no desenvolvimento harmonioso e integral dos cidadãos e do progresso global da sociedade.

São também conhecidas e reconhecidas as seis grandes linhas de orientação que condensam a proposta de uma nova política educativa que o PCP propôs no seu Programa Eleitoral.

E dado que estão no Governo aqueles que declaravam então uma súbita e pública paixão pela educação com muitos pontos comuns programáticos com os nossos, o mais natural seria que tudo estivesse a correr pelo melhor. E dizemos a correr pelo melhor sem pretendermos que o PS resolvesse em quatro meses o que se foi agravando e agudizando ao longo dos anos.

Mas o que é que com rigor e sem sofismas se começa a ver?

Que o que estava escrito no «Contrato de Legislatura» do PS se foi evaporando sucessivamente no programa do Governo, no "Pacto Educativo para o Futuro" e agora na concretização da política ministerial.

É certo que o Governo deu algumas respostas positivas, como por exemplo, em relação aos vencimentos dos professores, aos vencimentos dos professores do ensino superior, em relação à candidatura ao 8º escalão, ou em relação à suspensão do pagamento das propinas, algumas também arrancadas a ferros, apesar de estarem inscritas no seu Programa.

Mas também não é menos certo que em relação ao investimento, ao conteúdo do ensino e em relação a aspectos fundamentais da escola o que se começa a desenhar é uma paixão muito pouco apaixonada, uma paixão cada vez mais abstracta, com o afastamento entre o discurso e as medidas concretas.

#### Recentes medidas desdizem promessas

Nós continuamos a insistir e a defender que o país necessita de uma verdadeira reforma educativa, de orientação verdadeiramente democrática, tendo como objectivo central um ensino de qualidade para todos os portugueses.

Mas é isso que está a acontecer? Não se estão já a avançar com medidas que vão levar a instabilidade à escola, à insatisfação e a indignação pais, alunos e professores?

Não se está já através das mais recentes medidas relativas, por exemplo, ao acesso ao ensino superior a desdizer aquilo que ainda recentemente se propagandeava?

Vejam algumas questões no concreto e começamos pelo Orçamento de Estado, agora aprovado, em que o próprio Relatório da Comissão de Educação, elaborado por deputados do PS, relata que "os investimentos do Plano revelam uma desaceleração; que desce as dotações de investimento para o Ensino Superior; para a inovação educacional; para o Ensino Especial".

Que não é assegurado o compromisso da construção de Pavilhões Gimnodesportivos:

Que o investimento na rede pública do ensino pré-escolar é quase zero.

Na verdade o aumento global do Orçamento do Ministério é quase unicamente para as despesas correntes.

Mas poderá dizer-se "fez-se o que se pôde, não há dinheiro para mais..."

Simplesmente e infelizmente não é verdade.

O Governo mantém-se, por exemplo, beneficiário de milhões de contos, que no essencial vão para as actividades financeiras e especulativas e tem até o despudor em propor o aumento das benesses aos grandes proprietários absentistas nalgumas centenas de milhares de contos de indemnização pelo processo de Reforma Agrária, agora a título de juros dos anos anteriores a juntar aos milhões que já tinham recebido do PSD.

Em relação ao acesso ao ensino superior é também de anotar, criticamente, como a área responsável do Partido para estas questões já o fez, o facto de o Governo do PS manter no essencial das orientações estabelecidas pelos governos do PSD, que no que respeita à concretização do despacho sobre a avaliação do ensino secundário de Couto

meadamente qualquer referência aos valores, princípios e objectivos de política educativa democrática, tal como estão consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, e nos quais a acção governativa deve evidentemente enquadrar-se.

E não pode deixar de ser negativamente apontado o facto do conceito de "ensino público" praticamente não constar do documento do Ministério da Educação, em vivo contraste com indícios valorizadores do ensino privado e da mercantilização dos saberes. Leiam-se, por exemplo: a necessidade de "redefinição do papel do Estado"; a "maior participação das diversas forças sociais (...) na execução (sic) de políticas educativas"; a ôcomplicação dos utentes (sic) nos custos do ensino superior".

Ao fim de vários meses, mantém-se praticamente intocado o património da política educativa cavaquista.

#### «A escola não paira intocável acima das ideias dominantes»

Uma outra linha central para a política de educação é sem dúvida a do pré-escolar que o PS tão justamente sublinhou em palavras, nomeadamente em campanha eleitoral.



dos Santos, que prevê uma acrescida selectividade através da institucionalização de exames nacionais de conclusão do ensino secundário, que em relação à manutenção de um sistema de acesso ao ensino superior particularmente injusto.

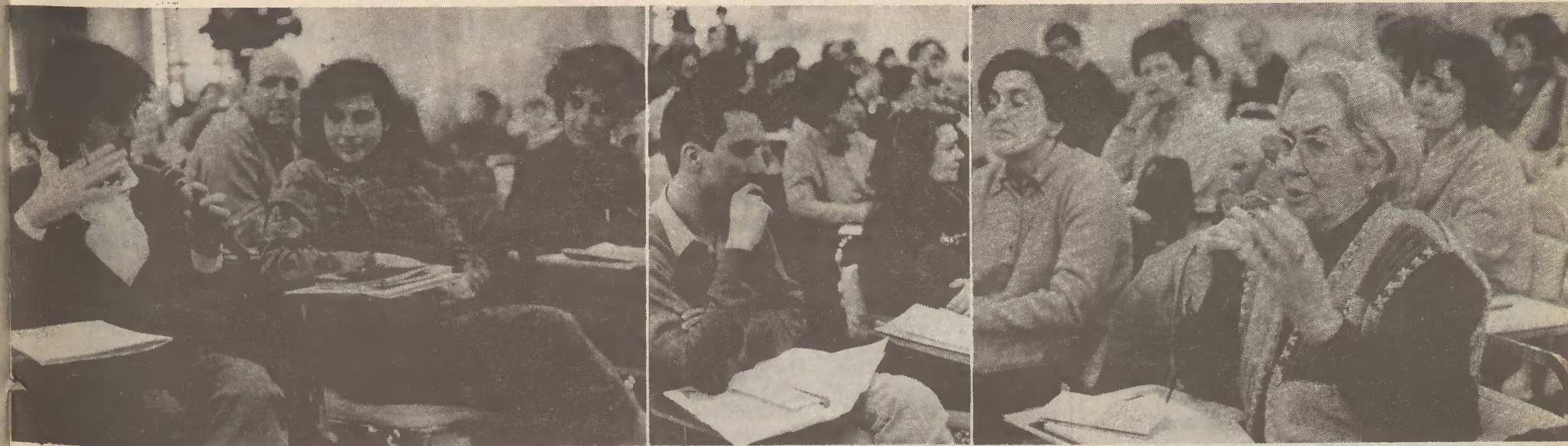
E tudo isto com a ausência de debate público prévio, de questões de reconhecida complexidade – científica e pedagógica, educativa e social – e cuja crucial importância para o futuro de dezenas de milhares de jovens ninguém pode ignorar.

Quanto ao chamado "Pacto Educativo para o Futuro" e como também já foi dito no Seminário Nacional do PCP sobre o ensino superior é incompreensível que o Ministério da Educação omita, no-

veis responsabilidades constitucionais do Estado, no que respeita à criação de um sistema público de educação pré-escolar. E tentar fazer crer que o alargamento da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar competia a outras entidades, nomeadamente às autarquias locais (às quais, aliás, foram negados recursos humanos e materiais para poderem intervir muito mais) e sobretudo às IPSS, muitas das quais deveriam depois repercutir sobre as famílias o custo da educação pré-escolar (as "mensalidades").

O PCP, como sabeis, entende que o acesso da generalidade das crianças à educação pré-escolar, para mais nas condições concretas do nosso país, depende em grande medida da existência de uma





nam a quem nelas ensina e aprende» e «qual o valor do desempenho profissional dos professores», tendo por pano de fundo «a certeza de que urge democratizar e modernizar a educação e o ensino em Portugal e de que as decisões de política

educativa poderão ser mais consistentes e coerentes, se fundamentadas em resultados de uma avaliação credível e no resultado de um alargado debate em que se cruzem diferentes perspectivas e diferenciados ângulos de análise».

### Os problemas da avaliação

O Encontro foi, ele próprio, um contributo para esse debate, ao desenvolver uma discussão muito diversificada no quadro de três painéis que se realizaram ao longo do dia e tendo por tema central a avaliação nas escolas.

O primeiro painel, moderado por Almiro Lopes, funcionou durante a manhã e teve por referência a «Avaliação dos Currículos e dos Programas», onde foram analisados os «modelos de organização curricular», os «objectivos de aprendizagem nos

ensinos básico e secundário», a «extensão dos conteúdos», os «apoios e complementos educativos», a «área - escola», a «formação pessoal e social», a «articulação vertical entre diversos níveis de ensino», a «adequação dos currículos à vida» e a «estrutura curricular dos cursos tecnológicos». Usaram aqui da palavra Manuela Lourenço, Margarida Bento e Rui Curto.

Já na parte da tarde, o segundo painel, moderado por Ana Carita, abordou a «Avaliação das Aprendizagens», focando os sistemas de avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário

e acesso ao ensino superior, as avaliações formativa e especializada, as provas globais e exames, a acção escolar e aprendizagem e as novas tecnologias e aprendizagem e teve por oradores Graça Fernandes, Lília Santos, Lucinda Sobral Henriques e Vanessa Silva.

O terceiro painel, que antecedeu a sessão de encerramento onde discursou o Secretário-Geral do PCP, foi moderado por Manuela Esteves e tratou da «Avaliação das Escolas e dos Professores», discutindo os «indicadores e processos para avaliação das escolas», a «ava-

liação interna e avaliação externa das escolas», a «avaliação da escola e projecto educativo», os «indicadores e processos para avaliação do desempenho dos professores» a «formação contínua», os «efeitos da avaliação das escolas e do desempenho dos professores» e a «escola e a comunidade». Estas questões foram abordadas por Ana Páscoa, Inês de Castro e Mário Nogueira.

Deste Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino resultou um Comunicado final que transcrevemos nestas páginas.



### rede pública e da plena assumpção pelo Governo das responsabilidades determinadas pela Constituição.

Temos sublinhado vivamente a ideia de que as condições para o sucesso educativo, se começam a construir logo nos primeiros anos.

Por isso, foi por nós apresentado na Assembleia da República na última Legislatura um Projecto de Lei, que já foi reapresentado na presente legislatura, com medidas para o desenvolvimento da rede pública de Educação Pré-Escolar. Queremos honrar os nossos compromissos e confrontar o PS com as suas responsabilidades e promessas.

### E a questão da educação como outras, não é independente da situação económica e social e dos problemas da civilização.

Uma política que navega com as bandeiras de Maastricht, uma política de concentração de riqueza como a que está a ser seguida, levará à contracção da economia, ao aumento das falências e a maior desemprego.

Depois surge a questão: que saídas profissionais, que perspectivas para a juventude?

E até aparecerão vozes a dizerem que temos alunos a mais...

A política de educação pode ser também uma importante alavanca de transformação. Mas não se julgue que se pode reformar a sociedade mediante alguns retoques na educação.

### A escola não paira intocável acima das ideias dominantes, que são as ideias da classe dominante, nem paira acima das classes sociais.

(...)

E mesmo quando a escola é um caso à parte, as horas que o aluno aí passa são apenas um momento da sua vida, que dificilmente poderá combater o ensino, infinitamente mais tenaz, persistente e organizado, ministrado pela rua, pela rádio, pela imprensa, pela televisão, o computador, o cinema... Como já alguém disse, os professores não são apóstolos de «almas virgens».

Ao contrário do que alguns pretendem difundir, os professores não recebem nas suas mãos a «alma virgem» das crianças pela simples razão de que o grande capital já lhes ensinou «às escondidas» tudo o que ele quer que sintam e que acreditem.

Por isso, a nossa luta e o nosso combate pelo aprofundamento da democracia em todas, sublinho todas as suas vertentes: política, económica, social e cultural.

Por isso o nosso combate no plano da política educativa e no plano da política económica, financeira, no plano da política de privatizações e de concentração de riqueza.

(...)

## Comunicado final

# «Estratégias para a mudança»

Do Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, realizado em Lisboa no passado sábado, saiu um Comunicado final, que transcrevemos.

«O tema escolhido para este Encontro foi abordado em três painéis que trataram respectivamente da avaliação dos currículos e dos programas, da avaliação das aprendizagens e da avaliação das escolas e dos professores, tendo suscitado um debate vivo e participado acerca do estado actual da escola em Portugal e, sobretudo, acerca dos caminhos para a melhorar e desenvolver.

«É sabido que, nos últimos anos, durante a vigência dos governos do PSD, teve lugar um processo de «reforma» do sistema educativo que pretendeu alterar substancialmente os conteúdos de ensino (através da revisão dos programas escolares), a administração da educação (incluindo o fim do modelo vigente de gestão democrática das escolas) e as carreiras dos professores, entre outros aspectos.

«Os participantes no Encontro manifestaram posições muito críticas sobre soluções adoptadas em todos estes domínios, posições essas alicerçadas agora, nos resultados visíveis das medidas tomadas que se revelam, em muitos casos, profundamente negativas.

«Foi considerado ser muito preocupante o facto de, aparentemente, o actual Governo pretender pôr uma pedra sobre a «reforma» - nem sequer admitindo falar dela. Ora existiu uma «reforma». Não decerto a que os portugueses, e, em particular, os estudantes, os professores e as famílias esperavam. Não decerto a que era necessária ao País.

«A ideia força mais importante que emergiu deste Encontro é a de que urge proceder a uma avaliação global e sectorial da «reforma» e, mediante os seus resultados, tomar decisões respeitantes às mudanças estratégicas necessárias para a superação da crise actual.

Os portugueses têm o direito de saber, de modo rigoroso, se os alunos dos ensinos básico e secundário, agora que essa «reforma» foi dada por terminada, aprendem mais ou aprendem menos, se aprendem melhor ou pior, se o que se

ensina e aprende é o que se deveria ensinar e aprender, como é feita a avaliação das aprendizagens dos alunos e se se pode ter confiança nos seus resultados.

«Os portugueses têm, igualmente, o direito de saber, de modo rigoroso, que escolas temos, como desempenham a sua função, que condições proporcionam a quem nelas estuda e a quem nelas trabalha, qual o valor do desempenho profissional dos professores. Têm todo o direito de saber que planos e compromissos concretos assume o Governo no que respeita à indispensável generalização da rede pública (incluindo naturalmente a rede autárquica) da educação pré-escolar.

**«É muito preocupante o facto de, aparentemente, o actual Governo pretender pôr uma pedra sobre a «reforma» - nem sequer admitindo falar dela. Ora existiu uma «reforma». Não decerto a que os portugueses (...) esperavam. Não decerto a que era necessária ao País»**

«Mas também subsistem, e não é menos grave, fortes razões de desconfiança em todos os intervenientes no processo educativo, acerca de mudanças que não passam de figuras de retórica.

«Não basta ao Governo actual prometer diálogo e negociação para o futuro e no imediato tomar medidas sem qualquer dessas preocupações, como acaba de fazer com o injusto regime de acesso ao ensino superior que aprovou.

«Nem basta evocar princípios genéricos e orientações imprecisas (chame-se-lhe «Pacto Educativo» ou de outra maneira qualquer) sem que, de imediato, se associem a clareza de intenções e a perspectivação de medidas concretas que respondam aos inadiáveis problemas com que o sector educativo está confrontado.

«Democratizar e modernizar a educação e o ensino, em Portugal, passa hoje, vitalmente, por ter a coragem de assumir medidas concretas adequadas e compatibilizadas entre si, tanto no plano quantitativo e material, como no plano qualitativo.

«O Encontro Nacional sobre Educação e Ensino confirmou que o PCP está, como sempre esteve, disposto a dar o seu contributo, certo de que pela educação se pode contribuir significativamente para melhorar o presente e o futuro de Portugal e dos portugueses.»

**«Não basta ao Governo actual prometer diálogo e negociação para o futuro e, no imediato, tomar medidas sem qualquer dessas preocupações, como acaba de fazer com o injusto regime de acesso ao ensino superior que aprovou»**



## 75 anos do Partido Comemorações prosseguem

Continua a chegar à Redacção do «Avante!» informação sobre as iniciativas comemorativas do 75º aniversário do PCP, realizadas pelas várias organizações do Partido em todo o país.

### AVEIRO

Para além de várias realizações de carácter político, a DORAV assinalou a efeméride com o lançamento de um lote de mil garrafas do melhor vinho da Bairrada. Trata-se de uma «selecção especial», de denominação de origem controlada «vinho Bairrada tinto», «Frei João», da colheita de 1991, com rótulo numerado alusivo ao 75º aniversário do PCP. O preço por unidade é de mil escudos e as encomendas poderão ser dirigidas ao Centro de Trabalho de Aveiro do PCP (Tel. 381506).



**FREI JOÃO**  
Vinho Bairrada Tinto  
DENOMINAÇÃO DE ORIGEM CONTROLADA  
COLHEITA DE 1991  
375 ml e 12 % vol.



Seleção Especial de 1000 Garrafas

1921 - 75.º ANIVERSÁRIO DO PCP - 1996

DORAV - Direcção da Organização Regional de Aveiro do Partido Comunista Português

### COIMBRA

A Célula dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), por sua vez, levou a efeito, na passada sexta-feira, um jantar-convívio no Restaurante «Cantinho dos Reis», que contou com a participação de Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP.

«Não é a esquerda que está no poder», afirmou o dirigente comunista, considerando que «o grande patronato, pela mão do PS e através deste Acordo de Concertação Social, obteve as reivindicações que há muito perseguia» e que «o PCP é, sem dúvida, a oposição de esquerda à política que o PS está a imprimir ao País».

«Dar força ao sentido de mudança, estimular o desenvolvimento do protesto e da luta contra a manutenção de uma política de direita, apresentar propostas concretas» são as grandes linhas de trabalho dos comunistas que deverão também afirmar-se e intervir como oposição de esquerda e fortalecer o PCP, disse Sérgio Teixeira a terminar a sua intervenção.

### ALEMANHA

Dezenas de camaradas e amigos da região de Düsseldorf-Colónia, também festejaram no sábado, dia 16, na cidade de Solingen, os 75 anos da fundação do PCP.

Depois de algumas intervenções sobre a história do partido e o actual momento político, seguiu-se uma tarde de convívio com música portuguesa e poemas de Ary dos Santos. Um delicioso bolo de aniversário, confeccionado por camaradas e decorado com a bandeira do PCP, foi motivo para a angariação de fundos.

Numerosas crianças associaram-se à simpática festa, tocando e cantando o «parabéns-a-você» e brincando nos jardins e floresta junto ao edifício do encontro.

### PONTA DELGADA

No dia 6 de Março, no Centro de Trabalho de Ponta Delgada, realizou-se um animado convívio, onde largas dezenas de militantes e simpatizantes festejaram a data comemorativa. No momento de cortar o bolo de aniversário, o dirigente comunista Decq Mota apelou a um maior esforço organizativo e ao empenhamento de todos nas tarefas políticas da actualidade.

Na tarde do mesmo dia, a DORAA promoveu uma Conferência de Imprensa onde o camarada Mário Abrantes realçou o papel do PCP na vida política regional e nacional.

### ANGRA DO HEROÍSMO

Em Angra do Heroísmo, no dia 8 de Março, a Comissão da Ilha Terceira promoveu um convívio destinado a assinalar o Aniversário do Partido e o Dia Internacional da Mulher. Para além de muitos militantes e simpatizantes, contou-se com a presença de diversos convidados, entre os quais alguns dos mais destacados sindicalistas da ilha.

No momento das intervenções, apresentadas por António Nunes, usaram da palavra Teresa Nunes, que se referiu ao Dia Internacional da Mulher, e Decq Mota que realçou a importância de que se reveste o crescimento da CDU nas próximas eleições regionais.

### HORTA

Também os comunistas da Horta comemoraram o aniversário da fundação do Partido, com um almoço-convívio que juntou muitas dezenas de militantes, simpatizantes e convidados.

Durante as intervenções, o camarada Emírcio Escobar, membro da DORAA, anunciou a realização da 5ª Assembleia de Organização da Ilha do Faial, no próximo dia 23. O camarada Decq Mota, por seu lado, afirmou que o objectivo central da CDU/Açores é conseguir que nos Açores «seja feita uma política melhor para os que estão pior», objectivo que só é possível com o reforço eleitoral da CDU.

## Regionalização

# Comunistas propõem diálogo

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP (OIRA) enviou um convite às federações do PS de Beja, Évora e Portalegre e às estruturas concelhias dos quatro concelhos do Sul de Setúbal para participarem num encontro com o objectivo de se proceder a uma avaliação mais aprofundada do processo de regionalização.

O encontro, a realizar no próximo dia 30 de Março, em que participam para além do OIRA, as Direcções Regionais de Beja, Évora e Portalegre e o Organismo de Direcção do Sul de Setúbal do PCP, visa procurar uma solução consensual bem como a metodologia de trabalho que garanta o maior envolvimento e participação das instituições e agentes de todo o Alentejo no processo e assegure as condições para que as eleições para os órgãos regionais tenham lugar já em 1997, refere-se num comunicado do OIRA, divulgado sexta-feira da passada semana.

O organismo do PCP esteve reunido para apreciar as reacções à proposta de regionalização do Alentejo avançada pelos comunistas, congratulando-se por aquela ter sido «aceite e considerada» pela generalidade das cerca de 600 entidades e personalidades da região, a quem já foi dado conhecimento do seu conteúdo.

Por outro lado, o PCP avalia positivamente «o animado debate que a proposta tem vindo a suscitar na sociedade alentejana», realçando a multiplicidade de inicia-

tivas sobre a regionalização que estão a ser agendadas e promovidas pelas mais diversas entidades.

Reafirmando disponibilidade para participar em todas as iniciativas para que foi convidado, o PCP entende que é através do debate «sem preconceitos ou ideias cristalizadas» que se pode «contribuir para o necessário esclarecimento de todos os interessados e encontrar as melhores soluções para o Alentejo».

Entretanto, o OIRA do PCP exige que o actual Governo PS contrarie desde já a centralização de serviços imposta durante a década cavaquista, tomando medidas para que estes regressem nomeadamente às cidades Beja e

Portalegre, de onde nunca deviam ter saído.

Para os comunistas, «o PS não pode andar a condenar a política centralista do PCP e a gritar que vai tudo para Évora e ao mesmo tempo estar no Governo e não fazer nada para fazer regressar aos outros distritos os serviços que lhes foram retirados».

Convidando todos os outros partidos a assumirem publicamente o apoio à descentralização efectiva e distribuição equilibrada dos diferentes serviços do Estado pelos vários núcleos do Alentejo, o PCP responsabiliza o PS por manter a actual concentração em Évora.

### Castelo Branco

Também a Concelhia de Castelo Branco do PCP esteve reunida para debater o processo de regionalização, concluindo que «tem de ser invertido», o processo de «fortalecimento da Comissão Coordenadora da Região Centro e o crescente esvaziamento

de Castelo Branco com a concentração de serviços fundamentais em Coimbra».

A concelhia considera que a discussão sobre a criação da futura região administrativa deve ser iniciada no âmbito da Assembleia Municipal que deve promover um amplo e aberto debate e auscultar as juntas e assembleias de freguesia e muito particularmente as populações.

Manifestando «total disponibilidade» para participar em debates sobre esta matéria, a concelhia do PCP anunciou que irá propor na próxima sessão da Assembleia Municipal a criação de um Grupo de Trabalho para estudar e analisar os diversos projectos e conduzir um amplo debate necessário, bem como irá desde já encetar contactos com diversas estruturas e entidades do concelho para auscultar e apurar opiniões sobre as propostas apresentadas, designadamente sobre a do PCP, que prevê a criação da região da Beira Interior, constituída pelos distritos de Castelo Branco e da Guarda.

## Tenões

# CDU reforça votação

A CDU viu reforçada a sua votação nas eleições intercalares realizadas no passado dia 3 deste mês para a Assembleia de

Freguesia de Tenões, no concelho de Braga. A coligação manteve o seu eleito no respectivo órgão, mas subiu de 99 para 116 votos expressos, o que representa um aumento de 17 por cento.

Neste acto eleitoral, sublinha uma nota do PCP, «o desfecho final foi poderosamente influenciado pela actuação das forças que detêm o poder e o usam partidariamente e sem qualquer hesitação». A DORBraga afirma que «o PS através da intervenção do presidente da Câmara e outros elementos abusaram do poder municipal (...) criando a ideia que em sectores descontentes da população de que só com uma Junta do mesmo partido da Câmara será possível resolver os principais problemas com que a freguesia se debate. No próprio dia do sufrágio», prossegue o comunicado, «a edição do jornal Correio do Minho, órgão público de informação (é ainda propriedade do Estado cedida à Câmara Municipal) publicava uma página dedicada ao acto eleitoral onde referia

com destaque e desenvolvimento (foto do cabeça de lista e linhas dos respectivos programas sob um título que serve de propaganda) as candidaturas do PS e do PSD, remetendo a CDU a uma simples menção no início da notícia».

Com esta «grave e escandalosa desigualdade de tratamento», o PS conseguiu a maioria absoluta por escassa margem, tendo a CDU ficado apenas a três votos para eleger o segundo candidato, obtendo a sua melhor votação de sempre na freguesia, com 21 por cento do eleitorado. O grande derrotado foi o PSD, partido que detinha a maioria anterior.

Refira-se que a CDU enviou exposições à Comissão Nacional de Eleições denunciando o desrespeito do princípio da igualdade de tratamento de todas as candidaturas e à Alta Autoridade para a Comunicação Social pela violação por um órgão de informação dos princípios de igualdade e isenção previstos na Lei.

## Quem mente ao mineiros?

Em comunicado, a Regional de Beja do PCP interroga-se sobre quem estará a mentir aos mineiros e à população de Aljustrel: o Governo ou o presidente da empresa EDM?

Segundo indicam os comunistas, o presidente da EDM, nomeado pelo Governo, omitiu informação aos trabalhadores e à câmara municipal sobre o processo de viabilização das pirites alentejanas, revelando, mais tarde, à imprensa, que aquele poderá passar pelo despedimento de 170 a 270 pessoas.

O PCP interroga-se sobre a verdadeira estratégia do Governo e sublinha que se mantêm todos

os motivos de preocupação. Na sua análise, consta-se que continua de pé a intenção de reduzir drasticamente o número de trabalhadores; não é clara a vontade de viabilizar de forma integrada as Pirites e a Somincor, solução que era apontada como a melhor; enquanto a criação da Sociedade de Desenvolvimento Regional pode significar que o Governo quer ver-se livre das Pirites, para rapidamente privatizar a EDM.

O PCP manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores das minas e à população de Aljustrel defendendo uma solução que salvguarde os interesses dos mineiros da região e do País.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Augusto Badalinho

Faleceu, com 89 anos de idade, Joaquim Augusto Badalinho, natural de Montemor-o-Novo. Era o militante do Partido mais velho do concelho, tendo aderido às suas fileiras desde meados da década de 30. Preso quatro vezes pela PIDE, o camarada Badalinho teve um papel destacado na formação e desenvolvimento do Partido em Montemor-o-Novo.

#### Gilberto Cruz

Faleceu, com 81 anos de idade, Gilberto Cruz, membro da Direcção Regional da Madeira do PCP. Resistente antifascista de longa data, o camarada Gilberto Cruz inscreveu-se no Partido logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, tendo sido eleito para a Direcção Regional nas diversas assembleias realizadas.

\*\*\*

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Rectificações

No discurso de Álvaro Cunhal no comício de Lisboa do passado dia 8 deste mês, publicado no último número saiu a gralha que agora se corrige. Na frase «...um movimento sindical de classe, independente, unido e democrático.» deveria estar «...um movimento sindical de classe, independente, unitário e democrático.»

Aliás, no segundo parágrafo, algumas linhas acima, há uma referência explícita à CGTP e ao «movimento sindical unitário».

Ainda na edição anterior, na notícia inserida na página 8, sobre um jantar promovido pelo Sector Intelectual do Porto, escrevemos por lapso que participaram cerca de 30 pessoas, quando na iniciativa estiveram de facto cerca de 300 pessoas.

Por fim, na secção Camaradas Falecidos, noticiámos erradamente a morte de Guilherme Vieira Pedro, quando nos referíamos ao falecimento da camarada Guilhermina Vieira Pedro, que contava 71 anos de idade e estava organizada em Algueirão Mem Martins, no concelho de Sintra.



Lisboa realiza Assembleia a 13 de Abril

# Reforçar a influência do Partido

A anteposta de Resolução Política que irá ser apresentada à 3ª Assembleia de Organização, marcada para o dia 13 de Abril no Coliseu dos Recreios, está a ser discutida por todos os comunistas de Lisboa.

«São diferenciadas as nossas origens e situações sociais, as nossas formações culturais e profissionais (...) mas o Partido Comunista Português, (...) une-nos na luta contra a exploração, a mercantilização brutal da vida, a competitividade desapidada e selvagem que reduz os indivíduos a pequenas peças de uma sociedade anónima», diz o documento.

Considerando que «a evo-

lução da situação económica, social e cultural do distrito» foi «marcada pela política de direita seguida nos últimos anos», o documento em discussão aponta cinco linhas prioritárias de trabalho: a acção junto dos trabalhadores, junto das populações, junto da Juventude, junto dos intelectuais e junto dos reformados.

O documento caracteriza a situação económica e analisa o trabalho desenvolvido pelo partido no distrito de Lisboa e aponta medidas para alargar a influência do PCP.

«Que caminhos e meios e tipos de intervenção são os mais eficazes com vista à aproximação da nossa influ-



ência eleitoral à nossa influência social?» é uma pergunta que a Organização de Lisboa se coloca, tendo em vista

a luta que os novos tempos e as medidas governamentais em matéria de direitos dos trabalhadores indiciam.

## PCP/Açores rejeita novos serviços do Estado

As recentes declarações do ministro da Economia, Daniel Bessa, sobre uma remodelação dos serviços do seu Ministério, que implicaria a criação de delegações em várias regiões do País, nomeadamente nas «ilhas», suscitaram indignação no PCP/Açores, que a recorda que «as ilhas referidas pelo Ministro da Economia constituem duas Regiões Autónomas do Estado Português com estatuto próprio e com órgãos de governo dota-

dos de competência político-administrativa»

A declaração divulgada por José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, indica ainda que a «resolução dos problemas específicos da economia regional não se obtém através da instalação nas regiões autónomas de novos serviços periféricos do Estado, mas obter-se-á sim, quando o Estado e os órgãos regionais adoptarem e executarem articuladamente, no plano global e no plano regional, políticas especifi-

cas e adequadas a economias insulares e distantes».

Os comunistas açorianos entendem ainda que «não é aceitável que através de medidas ditas orgânicas se procure, novamente, afastar da região os centros de decisão e execução relativos aos problemas específicos».

Notando que no seu programa eleitoral nacional e no programa regional o PCP defende que «os únicos serviços periféricos do Estado que devem

estar sediados nas regiões autónomas deverão ser aqueles que correspondem às áreas directamente dependentes dos órgãos de soberania», Decq Mota afirma que «esta posição corresponde à defesa do sistema constitucional da autonomia» e que «outras posições corresponderão quer a visões distorcidas da autonomia quer, eventualmente, a visões condenáveis que radicam no apetite de utilização político-partidária de serviços públicos».

## Seminário do PCP debate reforma do SNS

Os comunistas realizam no próximo dia 30 de Março, em Lisboa, um seminário sobre o a Reforma Democrática do Serviço Nacional de Saúde. A iniciativa, promovida pela Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP, tem início pelas 10 horas, no Teatro Taborda, e é aberta a todos os interessados «seja qual for o seu posicionamento político ou ideológico», afirma-se no texto que anuncia o seminário.

Os trabalhos decorreram em três painéis, o primeiro dos quais é dedicado ao «Financiamento, direcção e gestão do SNS». O segundo abordará os direitos do utentes e aspectos como o acesso, o atendimento, os custos e a participação no SNS.

Antes do encerramento, previsto para as 18 horas, a problemática do medicamento estará em foco no último painel, onde se debaterão, entre outros aspectos, a participação medicamentos, a produção nacional para o SNS, os genéricos e a garantia de qualidade.

Na base deste seminário está o entendimento de que a

defesa do Serviço Nacional de Saúde constitui um dos mais importantes problemas com que o país está confrontado. Para o PCP é urgente reformar o SNS, no sentido de fazê-lo regressar à filosofia e inspiração democrática e humanista inicial, ajustá-lo às novas condições de progresso tecnológico, aos problemas que o crescimento dos custos e a evolução organizativa colocam, aos novos e mais exigentes padrões de saúde possíveis e que por isso devem ser acessíveis a todos os seres humanos.

## Governo aberto em Bragança

Em véspera da anunciada visita do primeiro-ministro ao distrito de Bragança, a Direcção Regional de Bragança do PCP questiona o Orçamento para 1996, que não contempla «medidas de ataque à desertificação e interioridade da nossa região», e refere a necessidade de «o governo procurar conhecer os problemas mais gritantes e apresentar propostas para a sua resolução».

Estão neste caso, entre outros, a «situação da empresa Grunig, do Cachão, da Agricultura e dos Agricultores Transmontanos, do sector

mineiro e da riqueza, desaproveitada, que o distrito tem na área da indústria extractiva, da reabertura das Linhas de Caminho-de-Ferro do Tua e Sabor, da construção da IP2 - Troço Pociño/Macedo de Cavaleiros, da construção do IC5 - troço Franco/Vila Flor/Alfândega da Fé/Mogadouro».

A Direcção Regional de Bragança do PCP sublinha, em particular, que «o desenvolvimento do Nordeste só será possível e viável através da elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento».



## UISEU

A Direcção da Organização Regional de Viseu e a Comissão Concelhia de Lamego realizaram no passado domingo, no Restaurante «O Marquês», em Lamego, um almoço-convívio que contou com a participação de mais de 70 militantes e amigos do PCP. Durante o almoço, em que também participou José Teles, membro do CC e coordenador da DORV, usou da palavra Maria da Piedade Morgadinho, membro da Comissão Central de Controlo. Começando por saudar todos os presentes, a dirigente comunista dirigiu uma palavra particular aos jovens, a quem cabe «conduzir a luta dos trabalhadores e do povo português». E, invocando as lutas dos comunistas portugueses, lembrou «que também nas terras do distrito de Viseu houve importantes batalhas políticas», referindo a propósito a luta dos trabalhadores sapateiros que, em Maio de 1943, saíram à rua manifestando-se contra o desemprego.

Sob a inspiração das comemorações do 75º Aniversário, e no quadro da preparação do seu V Congresso, a Organização de Viseu da JCP vai abrir, no próximo dia 22, às 21 horas, um novo espaço de convívio e debate, que funcionará no Centro de Trabalho do PCP, em Viseu.

«Não é preciso ser militante da JCP para frequentar o nosso novo espaço», dizem os responsáveis pela iniciativa, «basta apenas quererem divertir-se e reflectir em conjunto, com os olhos abertos sobre a realidade que nos cerca.»

Outra iniciativa inovadora dos jovens comunistas, no âmbito deste espaço e única na região, é a abertura de um posto informático, onde qualquer jovem que queira, pode navegar na Internet através da sua rede. No acto da inauguração, aberto a todos os jovens interessados, ocorrerá um momento musical com o músico viseense Carlos Clara Gomes.



## SANTARÉM

O 75º aniversário do PCP foi assinalado, no distrito de Santarém, com múltiplas e bem participadas iniciativas, nos dois últimos fins-de-semana.

Destaca-se, entre todas, o almoço comemorativo realizado na capital de distrito, no seguimento de uma Assembleia da organização concelhia, que contou com a intervenção de João Amalal e reuniu mais de 250 participantes. Merecem também saliência os almoços comemorativos da Chamusca e da Golegã, ambos antecedidos de Assembleias das respectivas organizações concelhias, tendo intervindo, no primeiro, Eugénio Pisco e no segundo, Carlos Brito.

Outros almoços comemorativos realizaram-se: em Coruche, com 170 participantes e a intervenção de Vítor Dias; em Alpiarça, com 130 participantes e a intervenção de Luís Sá; na Barquinha, incluindo a organização do Entroncamento, com a intervenção de Albano Nunes; em Abrantes (S. Miguel de Rio Torto), com a participação de Carlos Brito. Em Torres Novas, realizou-se um debate conduzido por Barata Moura e Sérgio Ribeiro.

As comemorações prosseguem nos próximos fins-de-semana, com destaque para o debate com Álvaro Cunhal, que terá lugar no próximo dia 22 em Coruche, e a reunião de quadros que terá lugar em Alpiarça, no próximo dia 30 de Março, e que será encerrado por Carlos Carvalhas, numa sessão pública.

## AJUDA/LISBOA

Integrado no ciclo de debates promovido pelo Núcleo de Jovens do PCP da Freguesia da Ajuda, por ocasião da passagem do 75º aniversário do PCP, realizou-se no dia 9 de Março, no Centro de Trabalho da Ajuda, um debate subordinado ao tema «PCP: Passado».

O debate, que foi acompanhado com o maior interesse por uma assistência interveniente, contou com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Central de Controlo, que falou da fundação do PCP, do seu funcionamento na clandestinidade, da sua luta e principais dificuldades.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Colaboração entre "secretas"

## Uma história de devassa e ingerência

## Expo 98



Adensam-se as dúvidas e interrogações quanto à forma como está a decorrer o processo que envolve a Expo

98. Por causa estão, sobretudo, segundo relatos vindos a público em órgãos de comunicação, os atrasos que poderão comprometer a realização de vários projectos dentro do prazo previsto, bem como a derrapagem orçamental que poderá inviabilizar o objectivo de autofinanciamento do empreendimento. Atento à situação está o deputado comunista Luís Sá que diligenciou já junto do Governo no sentido de saber se este está em condições de assegurar a realização atempada das obras previstas, e, bem assim, se são ou não necessárias medidas de revisão de projectos ou outras para concretizar o empreendimento nos prazos previstos.

No requerimento, dirigido ao Primeiro-Ministro, Luís Sá indaga também sobre a evolução do empreendimento em matéria de custos e de receitas, deixando ainda a pergunta quanto a eventuais carências de informação ou dificuldades de acompanhamento do empreendimento por parte do Governo.

## Revisão da Constituição



Na sua última reunião, a conferência de líderes agendou para o dia 2 de Maio, por proposta do PS, o debate na

generalidade do projecto de lei deste partido que cria as regiões administrativas. A propósito deste agendamento, que marca o arranque em plenário do processo de regionalização, o Grupo comunista divulgou publicamente uma nota onde reitera a sua "disponibilidade para participar nesta importante reforma democrática", recordando simultaneamente o seu papel pioneiro em todo este processo, testemunhado, por exemplo, no facto de ter sido o primeiro partido em diversas legislaturas, incluindo a actual, a apresentar projectos de lei sobre esta matéria e a propor um calendário fixando prazos para o seu desenvolvimento que teriam em 30 de Novembro a data-limite para consulta às assembleias municipais, nos termos da Constituição, conducente à instituição em concreto.

Ao mesmo tempo que admite como positivo o anúncio agora feito pelo PS - se ele efectivamente corresponder a uma real vontade política de instituir as Regiões Administrativas, com poderes e capacidade financeira relevantes -, o Grupo Parlamentar do PCP chama igualmente a atenção para a necessidade de não perder de vista outras importantes batalhas, como sejam o combate à política económica e social e a luta em torno da revisão da Constituição.

A notícia da prevista colaboração da CIA e de outros serviços secretos norte-americanos com as suas congéneres portuguesas em domínios como a formação do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares está a motivar reacções de perplexidade e indignação em vários quadrantes democráticos.

Sem que até ao momento tenha sido objecto de qualquer desmentido por parte do Governo, o assunto veio a público através dos órgãos de comunicação social, que noticiaram,

inclusive, ter sido o tema amplamente tratado em encontro entre o ministro da Defesa Nacional, António Vitorino, e o secretário da Defesa norte-americano, William Perry.

O mais escandaloso da situação - que provocou já uma tomada de posição do deputado comunista João Amaral em requerimento por si dirigido ao Governo - reside no facto de esta colaboração significar - essa é pelo menos a ilação que com inteira legitimidade se pode tirar - a passagem para uma potência estrangeira, neste caso os EUA, de uma lista com os nomes dos "agentes secretos" dos Serviços de Informações Portugueses, designada-

mente dos que trabalham na área que mais lhe poderá interessar, isto é, na área das informações estratégicas de defesa nacional.

Mais ainda, como observa João Amaral no texto onde questiona o Governo sobre a intenção de este manter ou abandonar esta "colaboração", trata-se não apenas do fornecimento da lista, como, adicionalmente, a pretexto da «formação», da "entrega desses funcionários em pessoa para que os contactos

fiquem devidamente estabelecidos e cimentados".

Conhecida que é a desproporção de meios neste capítulo entre os EUA e Portugal, "é como pôr o lobo a guardar o rebanho", sublinha João Amaral, que encara esta atitude do Governo como uma inadmissível entrega dos serviços de informação portugueses à "devassa, à ingerência e ao controlo daquelas agências norte-americanas".

## Em causa diploma sobre duração do trabalho

## PS e PP fecham os olhos a violações à Constituição

Os deputados do PS e do CDS/PP chumbaram o recurso interposto pelo PCP para a não admissibilidade da proposta de lei sobre a duração do horário de trabalho. Prevaleceu assim a posição destes dois partidos, expressa no Relatório elaborado pelo "popular" Jorge Ferreira, favorável à admissão do diploma governamental, contra a opinião do PCP que alertou para as graves inconstitucionalidades nele existentes. O PSD absteve-se.

Coube à deputada comunista Odete Santos elencar de novo as graves violações à Lei Fundamental contidas na proposta do Governo, cujo grande objectivo, precisou, é o de "satisfazer as reivindicações do grande patronato que há muito reivindicava a apropriação das horas, minutos e segundos da vida dos trabalhadores e das suas famílias".

Não menos chocante é ainda o facto - e este foi um aspecto que não escapou à atenção de

Odete Santos - de a primeira e urgente medida adoptada pelo Governo na área da legislação ser logo esta de conferir ao patronato a possibilidade de dispor como entender do tempo dos trabalhadores - o que não deixa deser sintomático e revelador das suas opções de classe -, ainda por cima com a agravante de ser tomada num momento de crescente desemprego e de crescente precarização do trabalho.

Nos seus objectivos, como

detalhadamente noticiámos na última edição do "Avante!", a proposta do Governo PS visa introduzir na duração de trabalho o conceito de trabalho efectivo, pretendendo simultaneamente alterar a base da organização de trabalho, isto é, passar da base actual que é o dia (porque é em cada dia que se repousa) para a fixar em ciclos (na circunstância, e para já, de quatro meses).

Aniquilar direitos já obtidos

em contratação colectiva sobre duração do horário de trabalho e sua redução, com vista a impor novas regras mais restritivas desses direitos, tal é, em suma, outro dos objectivos inscritos no diploma governamental, que pretende, por outro lado, como assinalou Odete Santos, impor a chamada polivalência ou mobilidade profissional, ou seja, a realização de tarefas não compreendidas no objecto do contrato de trabalho.

## Orçamento do Estado para 1996

## A continuidade que defraudou a mudança

Depois de uma maratona que se desenrolou por mais de um mês entre as comissões especializadas e o plenário, o Orçamento do Estado para 1996 conheceu o seu epílogo com a aprovação pela Assembleia da República. Sem surpresa, sexta-feira passada, assistiu-se à exacta repetição do sentido de voto expresso anteriormente na apreciação na generalidade, com o PS a contar com a preciosa abstenção do CDS, perante o voto contra do PCP e PSD.

Cumprido o ritual, no seu significado mais profundo, bem pode dizer-se que este é um Orçamento que "não responde às necessidades de desenvolvimento do País, nem às reclamações de melhoria da qualidade de vida dos portugueses", como bem assinalou, sintetizando a posição do Grupo comunista, o deputado João Amaral.

Fundamentando o seu ponto de vista, na declaração final proferida em nome da sua bancada, o deputado do PCP lembrou concretamente que este Orçamento desfez todas as expectativas geradas em torno do desejo de mudança - "não há mudanças reais e efectivas", frisou -, desreputando compromissos eleitorais e mantendo no fundamental uma linha de continuidade no que se refere às

grandes orientações e prioridades do Governo anterior que inevitavelmente terão repercussões no aumento do desemprego, no acentuar dos desequilíbrios regionais, na manutenção de situações de carência em áreas essenciais para o bem-estar das populações.

Assim sendo, como trataram de demonstrar de forma inequívoca ao longo do debate os deputados comunistas, não res-

tam igualmente dúvidas sobre quem vai ser penalizado com o Orçamento, do mesmo modo que são bem conhecidos os quadrantes que o aplaudem. A estes se referiu João Amaral, lembrando a propósito as declarações de apoio da CIP e da CAP, para em conclusão admitir numa alusão ao comportamento do PS que "por muito longe que tenha ido o revisionismo ideológico dos

socialistas portugueses, talvez ainda corem de vergonha quando são obrigados a argumentar que «o que é bom para o capital haverá de ser bom para os trabalhadores...».

Depois de verberar severamente a política de continuidade que releva deste Orçamento, cuja "marca de classe", observou, está bem patente nas esferas económica e social, João Amaral deixou ainda um aviso

ao Governo para que se cuide quanto aos protestos e reclamações que a sua política inevitavelmente provocará - "o País vai reagir com frontalidade", disse -, porquanto, "são as mesmas reclamações e protestos que esta mesma política feita então pelo PSD suscitava, há meses, quando o PS estava na oposição, reclamações e protestos que então o PS dizia apoiar".

## Regularização de imigrantes

O Grupo Parlamentar do PCP promove no próximo dia 25, segunda-feira, uma reunião de trabalho com associações representativas das comunidades imigrantes. Na agenda, as soluções a consagrar na Lei que determinará as condições do processo de regularização extraordinária dos cidadãos residentes no nosso país sem autorização legal.

Esta iniciativa da formação comunista insere-se no quadro de preparação do debate sobre esta matéria que marcará a agenda plenária do dia 28, data em que serão submetidos à apreciação dos deputados uma proposta de lei governamental e projectos de lei da autoria do PCP e do Partido "Os Verdes".

Nos seus objectivos, o diploma comunista visa despoletar um processo de regularização extraordinário de acesso fácil, "embora não facilitista" - como se pode na sua nota preambular -, participado, amplamente divulgado" e que contribua simultaneamente para "uma melhor integração dos cidadãos imigrantes na sociedade portuguesa".

Trata-se ainda, na perspectiva do PCP, de pôr cobro ao que considera ser a "escandalosa exploração de mão-de-obra clandestina" existente em Portugal, contribuindo ao mesmo tempo para a "erradicação de situações de marginalidade social que hoje persistem dada a situação ilegal de muitos cidadãos", cujo número, segundo cálculos insuspeitos rondará os 40 mil.

Convicto que a concretização destes objectivos interessa não apenas aos cidadãos directamente visados mas também a toda a comunidade, o Grupo comunista propõe que este novo período de regularização abranja os cidadãos estrangeiros que residam em Portugal desde data anterior a 1996 e que disponham de condições económicas para assegurar a sua subsistência. No que se refere aos cidadãos originários dos países de língua oficial portuguesa, segundo o articulado do diploma do PCP, admite-se que estes possam em qualquer caso regularizar a sua situação desde que residam no nosso país desde a data em que se iniciou o anterior processo de regularização.

Entre as medidas previstas no projecto comunista, destaca para as que contemplam formas de suprir a impossibilidade de obter declaração da entidade patronal relativa à prestação de uma actividade remunerada, bem como a que propõe a participação de um representante das associações representativas dos cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa.

Importante, do ponto de vista do PCP, é ainda a criação descentralizada de locais de recepção de requerimentos a possibilidade de recurso contencioso com efeito suspensivo até trânsito em julgado da decisão desfavorável a requerimento apresentado, bem como a atribuição de apoios específicos às associações com vista à sua participação directa no processo de regularização.



## INTERNACIONAL

# Conferência Intergovernamental PE define prioridades apesar de marginalizado

A «Europa dos cidadãos» vai uma vez mais passar à margem da revisão do Tratado de Maastricht

O presidente do Parlamento Europeu, Klaus Hansch, apelou à presidência em exercício da União Europeia (Itália) para convencer o Reino Unido e a França a associar o PE à reforma do Tratado de Maastricht.

O apelo foi feito no plenário do PE, em Estrasburgo, a semana passada, quando a Assembleia definiu posições sobre a Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão das regras de funcionamento e das instituições da União Europeia.

Invocando a necessidade de democratizar e de tornar mais transparente a UE, Klaus Hansch defendeu que a CIG precisa de contar com a experiência do PE, objectivo que Paris e Londres parecem apostados em vetar.

Pauline Green, trabalhista britânica que lidera o maior grupo do PE - socialista -, questionou-se sobre as razões que levariam duas das mais antigas democracias europeias a agir de tal forma. «Estes governos (francês e britânico) não se apercebem de que se arriscam a confirmar junto dos cépticos da Europa que a UE não é para eles?», interrogou-se a líder socialista, que acusou os dois estados de «gorar as expectativas do povo europeu».

A presidente em exercício

da UE, a ministra dos Negócios Estrangeiros italiana, Susanna Agnelli, comprometeu-se a envidar todos os esforços para que o PE se possa exprimir no quadro da Conferência Intergovernamental, agendada para 29 de Março, em Turim, Itália.

Uma curiosa preocupação, sobretudo tendo em conta que o futuro Tratado da União Europeia não tem de ser ratificado pelo Parlamento Europeu. Este facto, que não parece merecer contestação, coloca o problema de saber até que ponto os países que defendem a presença do PE na CIG, como é o caso da Alemanha, não o fazem apenas para «legitimar» as decisões que venham

a ser tomadas com a capa do único órgão eleito da UE, remetido na verdade para um mero papel consultivo.

O reforço dos poderes do PE e dos Parlamentos nacionais, que os comunistas portugueses defendem, são nesta polémica, lamentavelmente, questões marginais.

## As prioridades do PE

Embora marginalizado, o Parlamento Europeu definiu na passada quinta-feira as suas prioridades políticas para a Conferência sobre a reforma do Tratado da União Europeia.

O parecer, não vinculativo, foi aprovado por 267 votos a favor, 120 contra e 71 abstenções.

De acordo com o documento aprovado, o PE pretende uma melhor definição da cidadania europeia e um maior respeito dos Direitos do Homem, prevendo, para tal, uma protecção jurídica total para os cidadãos europeus a assegurar pelo Tribunal de Justiça da UE.

No domínio da segurança, preconiza-se a comunitarização de vários aspectos da cooperação entre os Estados-membros, designadamente no respeitante a políticas de asilo, imigração, luta antidroga e antifraude.

Sustentando que «o emprego deve constituir o cerne de todas as políticas europeias», e salvaguardando não pretender com isso «um desequilíbrio da União Económica e Monetária», o Parlamento defende a inclusão no Tratado de um novo capítulo intitulado «União para o Emprego», que defina objectivos e processos comuns para a sua prossecução. Propõe também a criação de um «Comité para o Emprego», encarregado de coordenar



as políticas de emprego dos Estados-membros e da União.

No plano institucional, o PE quer ver reforçados os seus poderes: reivindica o direito de parecer sobre as nomeações dos membros dos tribunais de Contas, de Justiça e de Primeira Instância, do Conselho de Administração do futuro Banco Central Europeu e do director da futura polícia europeia (EUROPOL).

O PE considera essencial, por outro lado, manter na Comissão Europeia o princípio de pelo menos um comissário por país, rejeitando a redução de membros do executivo comunitário proposta pelo Grupo de Reflexão.

Exige ainda o direito de eleger o presidente da Comissão sob proposta do Conselho Europeu.

No Conselho de Ministros, a regra da maioria deve tornar-se na regra geral, defende o PE, que reserva a unanimidade às questões como a da revisão do Tratado e de natureza constitucional (alargamento da UE e recursos próprios).

No domínio da política externa, as decisões da União

devem, segundo o PE, passar a ser tomadas por «maioria qualificada (associando «pequenos» e «grandes» países)», admitindo-se que qualquer Estado-membro que não aprove uma operação militar comum possa invocar uma derrogação (possibilidade de ser dela excluído), mas sem entravar a acção comum dos restantes.

O documento aprovado no Parlamento defende, por outro lado, a gradual transformação da União da Europa Ocidental (UEO) em braço armado da União Europeia, funcionando como pilar europeu da Aliança Atlântica (NATO), deixando de fora os Estados-membros tradicionalmente neutros, se estes o desejarem.

Além disso, propõe a criação de um corpo de paz europeu voluntário, para a execução de operações humanitárias dentro e fora da UE.

Em matéria de finanças comunitárias, o PE prevê o estabelecimento, a partir de 1999, de um sistema de recursos próprios (impostos europeus), mas sem que isso se traduza em carga fiscal suplementar para os cidadãos.

## Votos contra e votos a favor

As prioridades políticas do Parlamento Europeu para a Conferência Inter-Governamental (CIG) sobre a reforma do Tratado de Maastricht mereceram dos eurodeputados portugueses apreciações distintas. Enquanto os eurodeputados do PS e do PSD votaram a favor, os deputados do PCP e do PP votaram contra, ainda que por razões distintas, o conjunto das teses aprovadas no PE.

No texto saído do plenário, os deputados comunistas, sem deixar de valorizar o que consideram positivo, criticam, entre outras coisas, o facto de ignorar os riscos decorrentes da convergência nominal nos domínios do emprego e da coesão económica e social, justamente as questões que mais preocupam os cidadãos europeus.

Por outro lado, como sublinhou Joaquim Miranda, no documento agora aprovado o PE aponta «velhos caminhos», e abre a porta à criação de um núcleo-duro de países e da consagração de uma Europa a várias velocidades», o que é inaceitável para o PCP.

Motivo de apreensão e de discordância é ainda a impossibilidade de realização de referendos, bem como a subordinação da política de emprego as regras do processo de adopção da moeda única (União Económica e Monetária). Na opinião do PCP, esta orientação não só

não dará resposta à resolução do grave problema que representa a existência de 18 milhões de desempregados na União Europeia, como ainda tenderá a agravar a situação do emprego.

Diferentes foram as motivações do PP para não aceitar a posição do PE. «Votamos contra porque o relatório aprovado não resolve o problema institucional», disse Rosado Fernandes, mais interessado em «valorizar o papel do Conselho de ministros da União e os parlamentos nacionais», em vez de reforçar, como faz o PE, a Comissão e o Parlamento Europeu. «A Comissão, que está farta de fazer asneiras contra os interesses dos Estados-membros, devia ter menos poder», declarou Rosado Fernandes, citado pela Lusa.

O PP considera ainda que «o Parlamento (Europeu) não tem nada que meter o nariz nos trabalhos da CIG», pois «como o nome indica, trata-se de uma conferência de governos». Uma posição que contrasta com a opinião unânime do PCP, PSD e PS, todos discordantes da exclusão do Parlamento Europeu da CIG, e tanto mais difícil de entender quando o que está em causa é justamente a revisão das regras de funcionamento das instituições comunitárias.

Para os socialistas e sociais-democratas, o documento aprovado consagra as principais aspirações portuguesas no quadro da CIG.

## Emigrantes na Suíça reivindicam «presença consular»



Trabalhadores portugueses na Suíça reivindicam reabertura de serviços consulares em Bellinzona

Os trabalhadores portugueses residentes no cantão do Ticino, Suíça, exigem a reposição da «presença consular» em Bellinzona, recentemente encerrada sem qualquer explicação.

A reivindicação foi apresentada na Conferência Cantonal de emigração, organizada pelo sindicato SEI, Sindicato da Construção e Indústria, realizada este mês, em Bellinzona.

De acordo com a moção aprovada sobre a matéria, os trabalhadores portugueses, através dos seus representantes, reprovam a atitude do Consulado Geral de Portugal em Zurique, ao encerrar aqueles serviços, e solicitam ao Governo português para que intervenha no sentido da respectiva reabertura, criando ao mesmo tempo as condições necessárias ao seu bom funcionamento.

Recorda-se que o referido serviço consular

começou a ser solicitado pela comunidade portuguesa no ano de 1984. Após várias negociações entre o então Sindicato SEL (actual SEI), a embaixada de Portugal em Berna, e várias instâncias governamentais, o serviço consular acabaria por ser criado em Fevereiro de 1991. São conhecidas as reacções positivas da comunidade portuguesa da região à iniciativa. Os contactos com o Consulado foram facilitados, acabando designadamente a necessidade de perder um ou mais dias de trabalho para tratar de assuntos com esta instância.

Problemas de ordem interna, entretanto registados, acabaram por prejudicar o bom funcionamento dos referidos serviços, que viriam a ser encerrados sem qualquer justificação aceitável. Uma medida que os portugueses residentes em Ticino não aceitam.



## INTERNACIONAL

## Bósnia EUA apostam no rearmamento

Os Estados Unidos viram malograda em Ancara a sua tentativa para obter dos seus parceiros europeus, árabes e muçulmanos um compromisso imediato sobre o rearmamento da Federação croato-muçulmana da Bósnia.

Dos 32 países que participaram na conferência, convocada por Washington, apenas os Estados Unidos e a Turquia anunciaram contribuições concretas para financiar o rearmamento da Federação.

Os Estados Unidos vão contribuir com 100 milhões de dólares para a aquisição de equipamento militar e a Turquia com dois milhões de dólares para a formação de oficiais do futuro exército croato-muçulmano.

O equipamento e a formação do exército federal bósnio

está estimado em 800 milhões de dólares.

A União Europeia, representada em Ancara a título de observador, reafirmou a sua recusa em participar, no imediato, no programa de rearmamento proposto pelos Estados Unidos.

O representante italiano, enquanto presidente em exercício da UE, insistiu na prioridade dada pelos Quinze à reconstrução civil da Bósnia.

A UE advertiu, por outro lado, que a reunião de Ancara podia comprometer a conferência internacional de Viena sobre controlo e limitação dos armamentos na ex-Jugoslávia, sob a égide da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

A conferência de Viena, prevista nos acordos de paz de Dayton, deve terminar em meados de Junho.

Os Estados Unidos justificaram a realização da conferên-

cia de Ancara antes de terminar a de Viena com a importância de estabelecer um equilíbrio militar na Bósnia. O que na prática significa que o grande negócio das armas, que ao longo de quatro anos alimentou a guerra na Bósnia, irá prosseguir, agora em nome da necessidade de garantir a precária paz agora instalada.

A segunda conferência de países doadores para a reconstrução da Bósnia deverá entretanto realizar-se em 12 e 13 de Abril, em Bruxelas.

O objectivo da reunião é recolher os 1,2 mil milhões de dólares necessários para financiar até ao final do ano projec-

tos de reconstrução considerados prioritários.

O porta-voz da Comissão Europeia, Klaus van der Pas, disse que a União Europeia obteve promessas de financiamento no valor de 900 milhões de dólares, mas não há garantia de se atingir o total considerado necessário.

Os projectos prioritários incluem a reconstrução de estradas, redes de abastecimento de água e electricidade, escolas e hospitais.

Carl Bild, o alto representante responsável pela aplicação do protocolo civil dos acordos de Dayton, advertiu que esses projectos estão em risco porque os países doadores têm-se mostrado muito lentos em disponibilizar os fundos prometidos.

A primeira conferência de países doadores reuniu em 20 de Dezembro, em Bruxelas, mais de 50 países e dezenas de organizações internacionais, que contribuíram com cerca de 600 milhões de dólares para a primeira parte do plano de reconstrução da Bósnia no primeiro trimestre de 1996.

### Manifestação de 50 mil camponeses

No Paraguai, cerca de 50 mil camponeses manifestaram-se de forma pacífica contra o «rápido empobrecimento» das suas famílias e o «estado de abandono» a que o Governo os vota, apontando como principal responsável a política neo-liberal do Presidente Juan Carlos Wasmosy. O ano passado, o Presidente vetou a lei de expropriação contra Roberto Antebi, dono de metade do departamento de Conceição (400 mil hectares).

Neste país sul-americano, dois por cento da população controla 98 por cento das terras cultiváveis, enquanto 72 por cento dos camponeses vivem em estado de pobreza.

### Massacre na Escócia

Milhares de ramos de flores, bonecos de peluche, poemas e mensagens amontoam-se à porta da escola de Dunblane, na Escócia, palco do massacre de 16 crianças e uma professora, na semana passada. No domingo, foi observado um minuto de silêncio em todo o país em memória das vítimas. Realizou-se uma manifestação evocativa semelhante em diversas estações de caminho-de-ferro da Grã-Bretanha e no aeroporto de Gatwick.

### Tchetchénia

A aviação russa lançou violentos ataques contra as aldeias de Bamout, Stary Atchkhoi e landi, na Tchetchénia, bastiões dos independentistas que os russos não conseguem controlar, após vários meses de bombardeamentos aéreos e de artilharia. Recentemente, os independentistas tchetchenos conseguiram controlar uma parte da capital durante vários dias.

### China/Taiwan

A China suspendeu as manobras militares aeronavais próximos de Taiwan por alguns dias. Entretanto, os residentes da ilha de Matsu, no estreito da Formosa, começaram já a deixar a ilha numa «evacuação voluntária», segundo as autoridades.

### Iraque

Amputações, execuções sumárias, prisões arbitrárias, envenenamentos, violações, torturas com jactos de ácido sulfúrico e choques eléctricos são práticas correntes no Iraque, segundo um relatório na ONU divulgado na sexta-feira e divulgado pela Lusa. A questão central reside na concentração de poderes nas mãos de poucas pessoas e na ditadura férrea de Saddam Hussein.

### Colômbia

O ministro dos Negócios Estrangeiros, o ministro do Interior e o ministro das Comunicações colombianos foram vinculados formalmente pelo procurador-geral ao processo sobre a alegada eleição do presidente Samper com dinheiros do

### «Um acto elementar de justiça»

## Quota portuguesa de açúcar aumenta

O aumento da quota portuguesa de produção de açúcar de 10 mil para 70 mil toneladas anuais, aprovada pelo Parlamento Europeu com os votos favoráveis do PCP, vem permitir a construção de uma açucareira no nosso país, necessidade profundamente sentida nestes dez anos de adesão à UE.

Durante este período, a produção nacional tem sido transformada em Espanha, o que significa que Portugal perdeu cerca de 600 mil toneladas relativas à sua quota anual. Ainda não foi construída a unidade açucareira há vários anos prometida e prevista para a região de Coruche, nem foi possível aumentar de forma significativa as áreas de plantação.

Optando pela importação de açúcar bruto, as duas refinarias existentes tiveram margens de lucro na ordem dos 302 dólares por tonelada para um custo de produção de 55 dólares. Cada atraso anual na construção da açucareira correspondeu a uma entrada de cerca de 20 milhões de dólares nos seus cofres.

Em 1986, foi atribuída a Portugal uma quota de produção

que gerou legítimas expectativas para o desenvolvimento da beterraba (até 1974 praticamente inexistente). «Esta quota não sofreu qualquer evolução positiva durante este lapso de tempo, nem sequer em 1995 - aqui de forma ainda mais incompreensível e inadmissível - quando o regulamento de 1981 foi modificado», explicou Honório Novo, eurodeputado comunista.

O Alentejo é a área potencial para esta cultura, o que contribuiria para travar a desertificação e o desemprego crescente que aqui se regista. A beterraba assume-se como uma forte alternativa de emprego.

«De facto, a possibilidade, apontada por vários estudos, de se vir a dispor de uma superfície cultivada superior a 10 mil hectares produzindo a prazo mais de meio milhão de toneladas, e ainda os cerca de 250 postos de trabalho a gerar pela açucareira, mostra a irresponsabilidade de certos interesses privados, sobretudo daqueles que deixaram arrastar esta situação durante um tempo inacreditável», sustentou o eurodeputado

comunista no PE, na semana passada.

Resta acrescentar que se prevê a conseqüente produção de subprodutos rentáveis como o melaço (23 mil toneladas) e a polpa prensada (83 mil toneladas).

«A aprovação desta proposta constitui um acto da mais elementar justiça, procurando-se finalmente reparar uma situação de claro menosprezo pela defesa de interesses colectivos dos portugueses», considerou Honório Novo durante a sessão de debate.

## Lutas na Grécia

### Produtores de lacticínios endurecem posições

A zona envolvente do edifício municipal de Katerini, na Grécia, foi palco de algumas manifestações dos produtores de lacticínios e de gado que ali se deslocaram para protestar, no final de Fevereiro. Segundo o jornal diário do Partido Comunista da Grécia, o Rizospastis, iniciativas semelhantes ter-se-ão realizado em Argos e em Evros, onde os produtores se preparavam para encerrar a Câmara de Didymoteicho.

### Greve na construção civil

No dia 6 de Março, os trabalhadores da construção civil gregos estiveram em greve durante 24 horas, após várias iniciativas em que reclamaram a substituição do Governo. As exigências passam pelo aumento dos pos-

tos de trabalho (em Atenas, o desemprego nesta área ronda os 60 por cento), o fim da contratação ilegal e com baixos salários de estrangeiros no mercado negro, a legalização das 7 horas de trabalho diário e das 35 horas semanais sem a diminuição dos salários, e pensões que permitam uma vida condigna depois da reforma.

### Dimensão explosiva nas prisões

Segundo o Rizospastis, a situação nas prisões gregas assumiu uma dimensão explosiva, com inúmeras revoltas e levantamentos em Patras, Diabata, Thessaloniki e Lasithi. Na ilha de Corfu, a situação mantém-se fora de controlo, enquanto que em Patras existem possibilidades de os detidos se entreguem às autoridades.

## Encontro com a FESETE

# É urgente uma política sectorial para os têxteis

Com o objectivo de analisar as últimas posições da Comissão Europeia sobre a abertura do mercado da UE aos têxteis e vestuário de países terceiros, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis (FESETE) organizou, na passada quinta-feira no Porto, um encontro bilateral com as associações patronais.

Tendo como pano de fundo a estagnação no crescimento do mercado europeu gerado pelo aumento exponencial das

importações, em detrimento da capacidade competitiva das empresas têxteis da UE, os participantes desta iniciativa constatarão que a Comissão Europeia «adoptou uma postura conformista e laxista face aos graves problemas» registados.

As sucessivas concessões a favor de países terceiros, sem qualquer preocupação de reciprocidade, «parece indicar que a indústria têxtil e de vestuário europeia muito dificilmente

poderá contar com uma política industrial e comercial, por parte da Comissão, que defenda os seus interesses», afirmam, num comunicado enviado à imprensa.

«No documento apresentado não constam medidas concretas destinadas a corrigir ou minimizar os efeitos nefastos que a progressiva liberalização dos mercados, aliada à fraca expansão do consumo, produzirão sobre esta indústria na UE», especificam.

A adopção de uma política sectorial é apontada como uma estratégia de futuro vital para a sobrevivência da indústria têxtil, de forma a «substituir medidas pontuais e casuísticas de eficácia duvidosa e que muito pouco ou nada têm contribuído para o desenvolvimento do sector».

As linhas orientadoras dessa política passariam pelo respeito pelo princípio da reciprocidade em todas as negociações bilaterais com

países terceiros, respeito pelo acordo têxtil alcançado no âmbito do GATT com a observação do período transitório acordado de 10 anos, o reforço do combate às fraudes, ao desvio de tráfico e ao dumping, a criação de programas destinados a apoiar as empresas têxteis europeias, bem como de programas destinados a reconverter os trabalhadores que venham a perder o seu posto de trabalho nos próximos anos.



## O grupo dos Dez os enteados e as regras do jogo

A semana passada decorreu em Estocolmo, na Suécia, uma curiosa reunião. Representantes de dez Estados-membros da União Europeia (UE), entre os quais Portugal, sentaram-se à mesa para congeniar uma cooperação acrescida em matéria de política de emprego. No horizonte, a Conferência Intergovernamental (CIG 96) que vai rever o Tratado de Maastricht, no próximo dia 29 em Turim, Itália.

A convite do governo sueco, e para além de Portugal, estiveram representados Austria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda e Luxemburgo.

A curiosidade começa nas presenças. No dizer do porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros sueco, Carl Fredrik Johansson, «estes são os países que têm vontade de aumentar a cooperação europeia na luta contra o desemprego».

As ausências explicar-se-iam por exclusão de partes, mas para que não restassem dúvidas, o chefe da delegação sueca na CIG 96, Gunnar Lund, fez questão de afirmar que a Suécia decidiu voluntariamente não convidar a Alemanha, França, Reino Unido, Holanda e Itália, porque estes países «não mostraram interesse particular pela questão do emprego nem o seu apoio às ideias» de Estocolmo.

E que ideias foram essas? Nada mais nada menos que a admissão da possibilidade de incluir um capítulo especial sobre o emprego no novo tratado revisto.

«Existe um apoio claro neste grupo a favor de uma alteração do Tratado (de Maastricht) e o ponto de vista predominante é o de que um capítulo separado seria provavelmente a melhor maneira de conseguir o objectivo», disse a propósito Gunnar Lund.

O curioso é que os intrépidos e preocupados membros do «Grupo dos Dez» concordaram em «não propor alterações do Tratado que entrem, revejam ou modifiquem a União Económica e Monetária». Com esta ressalva, legítimo se torna concluir que a reunião de Estocolmo não passou de uma pequena rebeldia face aos «grandes» que primaram pela ausência, muito útil para consumo interno dos países presentes, mas manifestamente inconsequente. Desde quando o desemprego se combate com capítulos que não põem em causa as políticas de fundo?

Mas as reuniões tipo «apaziguar de consciências» parecem estar na moda. No passado dia 10, em Lisboa, dirigentes socialistas europeus também se juntaram para produzir um punhado de boas intenções e oferecer à opinião pública as suas profundas reflexões sobre os transviados caminhos comunitários. Aí se ouviu o primeiro-ministro, António Guterres, reconhecer que «a União Europeia tem um filho e um enteado». O filho, disse, é a união monetária e as políticas impostas pelos critérios de convergência para a moeda única; o enteado, claro, é o emprego e a sempre adiada coesão social.

Identificada a União Europeia como mãe do capital e madrasta dos trabalhadores, que preconizam os socialistas europeus? Sempre na linguagem metafórica, «que se passe a ter dois gémeos».

A reunião de Estocolmo, dois dias depois, viria demonstrar que os sentimentos «maternais» ainda não cresceram o bastante para mudar de rumo e passar à prática.

O caso nem sequer é novo. Já em 1993, quando Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia, apresentou o seu célebre Livro Branco, também o emprego era «a preocupação central». Há enteados assim.

E por falar em reuniões, vale a pena referir o colóquio promovido no sábado, em Paris, justamente dedicado ao tema «A França e a Europa ante a mundialização». Organizado pelo Partido Socialista Francês, o colóquio debateu o futuro da construção europeia. Jacques Delors aproveitou a oportunidade para defender uma mudança das «regras do jogo». Entre outras coisas, «reforçar a coesão nacional» dentro de cada país da UE. Segundo agora descobriu, «se os nossos compatriotas não têm um sentimento de pertença a um conjunto nacional, ficarão desorientados». Uma tese para defender uma lista de competências exclusivamente nacionais, todas, naturalmente, de âmbito social.

Também o antigo primeiro-ministro francês, Michel Rocard, reflectiu no tema. E descobriu que as razões da criação da União Europeia - a paz e a prosperidade - «já deram tudo o que tinham a dar», pelo que hoje há que reflectir nos objectivos a formular para o futuro.

Um desses objectivos - quem diria? - talvez seja o combate aos efeitos de um tempo - quereria dizer de uma política? - em que nos confrontamos com a «vingança de tudo o que faz dinheiro - vingança e ataques monstruosos contra a regulamentação política, contra o aparelho de um Estado de direito, contra os direitos do cidadão». Assim vai a Europa dos Quinze, dos Dez, dos Cinco. De reflexão em reflexão até à CIG-96, onde - quem pode duvidar? - os critérios de convergência para a moeda única serão considerados irreversíveis, e as questões do emprego e da coesão social encherão parágrafos de belas intenções, de preferência em anexo. Há «gémeos» assim.

## Regresso ao futuro da União Soviética

A aprovação na Duma (câmara baixa do parlamento russo) de uma moção restaurando, «de jure», a União Soviética, está a provocar uma crescente agitação na Rússia e nas repúblicas que hoje formam a Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Apesar de não ter carácter vinculativo, a moção, aprovada por 250 votos a favor e 98 contra, revela como os Acordos de Bielovejsk de 1991, em que os líderes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia declararam extinta a União Soviética e criaram a CEI, estão longe de ser um assunto encerrado.

A deliberação, recomendando à presidência russa que elabore «medidas para a reintegração» das ex-repúblicas soviéticas e promovendo um referendo nacional sobre a questão de «reforço gradual da unidade dos povos da ex-URSS», vale sobretudo pelo seu carácter simbólico. Num momento em que a Rússia, a exemplo do que se passa em todo o espaço da ex-URSS, se debate com profundas contradições e o agudizar dos problemas económicos e sociais, a iniciativa da Duma não pode ser considerada apenas «provocatória», como a classificou Boris Ieltsin. Com as eleições presidenciais de 16 de Junho no horizonte e com as sondagens a darem clara preferência ao candidato comunista - mesmo depois da aprovação da resolução -, a medida não pode deixar de ser entendida como a expressão do profundo descontentamento latente na

sociedade com um processo que está a transformar a Rússia num mero peão do xadrez político norte-americano.

As «medidas extraordinárias» prometidas por Ieltsin caso o

«Lamentavelmente, a União (Soviética) que existiu já não existirá. Mas é inequívoco que devemos construir um novo Estado unido com todos os que o queiram. Qual será essa união, dependerá da vontade de todos nós. Talvez seja ainda mais estreita do que foi»

projecto fosse aprovado pelo parlamento, o que lhe daria efeitos jurídicos, soam, neste contexto, claramente a ameaça.

Não deixa de ser significativo que o porta-voz do Presidente, Serguei Medvedev, tenha vindo a público garantir que «Boris Ieltsin, como garante da Constituição, fará tudo o que for necessário para salvaguardar o actual sistema».

Esquecidos do referendo em

que mais de 70 por cento da população rejeitou a extinção da URSS, os actuais dirigentes parecem incapazes de interpretar a própria realidade que os está a forçar a rever as formas de cooperação.

A Rússia e a Bielorrússia, por exemplo, resolveram anular reciprocamente as dívidas bilaterais. Os respectivos presidentes, Ieltsin e Lukachenko, devem assinar, nos finais deste mês, um acordo ampliando a integração económica entre os respectivos países.

A hipótese de reunificação numa união não baseada em princípios ideológicos, mas que tivesse a moeda, fronteiras e mesmo departamentos governamentais comuns, está em cima da mesa.

Face ao caos económico e político reinante, e à manifesta perda de influência na cena política internacional, as actuais repúblicas da CEI pouco ou nada teriam a perder no regresso a um futuro comum.

É o que parece defender Aleksandr Lukachenko. Afirmando não querer ser banal repetindo que não se pode entrar duas vezes na mesma água, Lukachenko reconheceu que «lamentavelmente, a União (Soviética) que existiu já não existirá». Mas acrescentou: «É inequívoco que devemos construir um novo Estado unido com todos os que o queiram».

«Qual será essa união, dependerá da vontade de todos nós. Talvez seja ainda mais estreita do que foi», acrescentou.

narcotráfico. Os três dirigentes são suspeitos de responsabilidade no enriquecimento ilícito em favor de terceiros, documentos falsos e encobrimento.

### Reconstrução civil versus

#### Rearmamento

Dos 32 países que participaram na conferência sobre o rearmamento da Federação Croato-Muçulmana, apenas os EUA e a Turquia anunciaram contribuições concretas para esse fim. A UE, representada a título de observador, insistiu na prioridade dada pelos Quinze à reconstrução civil da Bósnia, reafirmando a sua recusa em participar de imediato no programa de rearmamento proposto pelos Estados Unidos.

#### Flores palestinas

Centenas de palestinos manifestaram-se no sábado contra o bloqueio imposto há três semanas por Israel aos territórios autónomos, lançando flores e tomates para o ar. «Não à política da fome» e «Não à violência, sim à paz» foram as palavras de ordem entoadas. O bloqueio está a custar milhões de dólares por dia em salários e exportações perdidos à economia palestina, tendo o desemprego aumentado para 70 por cento.

#### Encontro

##### intertimorense

Burg Schlaining, na Áustria, foi palco do II Encontro Intertimorense que contou com a presença de 30 representantes de correntes políticas de timorenses. O bispo de Díli, D. Ximenes Belo, foi o grande ausente.

#### Odysseas Elitis

O Nobel da Literatura, Odysseas Elitis, faleceu no início da semana em Atenas. «Personifico a Grécia nos meus poemas. Todos os belos e os amargos momentos sob o céu de ática», costumava dizer. A obra mais importante do poeta é «Ele é digno».

#### Delito de opinião

O Egipto, a Argélia e a Síria são os países com maior número de presos políticos no mundo árabe, denunciou a Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem que informou que mais de 45 mil pessoas foram presas por delitos de opinião. Este número engloba 3500 detidos árabes em Israel. Por outro lado, a situação no Líbano «agrava-se de forma cada vez mais preocupante».

#### Sarajevo

As 24 horas de terça-feira, a cidade de Sarajevo reunificou-se, sob a administração da Federação Croato-Muçulmana que estende a sua autoridade aos cinco bairros sérvios. Os 60 mil sérvios que ali moravam abandonaram já a cidade. A reunificação da cidade precede em algumas horas o estabelecimento das fronteiras internas definitivas da República Sérvia da Bósnia e da Federação Croato-Muçulmana.

## Palestina

### Israel ignora direitos humanos

As medidas israelitas de combate e retaliação dos atentados terroristas registados em Israel nos últimos tempos constituem, pela forma indiscriminada com que são aplicadas, um verdadeiro atentado aos mais elementares direitos humanos.

O levantamento, a semana passada, do confinamento de cidades e aldeias no interior da Cisjordânia, não ilude a gravidade do bloqueio da zona no seu todo e na Faixa de Gaza, imposto por Israel em 25 de Fevereiro.

Milhares de trabalhadores continuam sem poder ir para os seus empregos, o que custa à economia palestina milhões de dólares por dia.

A situação é dramática: o desemprego entre os palestinos atingiu os 70 por cento; a assistência médica está em colapso, com pessoas a morrer por falta de cuidados; a escassez de alimentos generaliza-se; as escolas encontram-se a braços com uma situação caótica em grande parte devida ao facto de 50 por cento dos professores da Cisjordânia serem afastados dos locais de trabalho pelas barragens militares.

Israel, aparentemente insensível às consequências do bloqueio, que atingindo a população em geral arrisca radicalizar posições e abalar o delicado processo de paz em curso, exige que o pre-

sidente palestino, Yasser Arafat, detenha os líderes dos militantes islâmicos implicados na recente vaga de atentados. Como se a própria existência de tais grupos não fosse resultado da política seguida durante décadas na região e da espoliação do povo palestino dos seus mais elementares direitos.

Arafat já advertiu que o bloqueio, que impede dois milhões de palestinos de entrarem em Israel, pode dar origem a novos ataques.

«Este bloqueio - declarou - oferece uma plataforma muito boa àqueles que estão contra a paz.»

Um alerta semelhante foi lançado no Cairo pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe, na opinião dos quais o bloqueio «ameaça o processo de paz».

No comunicado final da sua reunião, sexta-feira, na capital egípcia, os chefes da diplomacia da Liga afirmam que «o castigo maciço e o bloqueio imposto por Israel sobre a autonomia palestina constituem uma ameaça contra o processo de paz». O documento reitera ainda a necessidade de os árabes recuperarem Jerusalém oriental anexada por Israel em 1967.

«Jerusalém» - sublinham - «tem uma importância especial para os árabes e muçulmanos. Por isso, a recuperação da soberania palestina e árabe na cidade, como capital do futuro Estado palestino, é uma condição-chave para a reconciliação no Médio-Oriente.»



# Os 50 anos do MUD Juvenil

**EM FOCO**  
Entrevista  
com  
Octávio Pato

**E**m 28 de Julho de 1946, realiza-se no Lumiar, uma reunião que ia ficar na história da luta antifascista. Nomes hoje conhecidos da política nacional, da cultura e da ciência, então jovens e na sua maioria comunistas, constituíram-se em Comissão Central do que ia ser o MUD Juvenil. Octávio Pato, então um jovem comunista e hoje dirigente do PCP - membro do Secretariado do Comité Central -, fez parte desse grupo que arrancou com um movimento de massas da juventude. É sobre esse tempo e essas lutas que conversámos. (Entrevista conduzida por Leandro Martins, fotos de Jorge Caria)

**Comemoram-se os 50 anos da fundação do MUD Juvenil. Como surgiu a necessidade da criação deste movimento específico no seio do Movimento de Unidade Democrática que nascera no ano anterior?**

Havia a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. E o Partido constatava que esta era, em grande medida, uma organização relativamente fechada e sem grande projecção e influência de massas. Ora, no período de 1945, após a 2ª Guerra Mundial, aparece o MUD e abrem-se perspectivas do desenvolvimento da luta de massas e até de certas possibilidades de ordem legal ou semilegal. O MUD nasce em Outubro de 1945 e, na base do MUD, começam a surgir várias organizações mais ou menos legais da juventude. Apareceu, por exemplo o MAUD - Movimento Académico de Unidade Democrática -, designadamente em Lisboa. Aparecem outras organizações em várias regiões do País, começam a criar-se as condições necessárias para a criação de um movimento muito mais largo do que era a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas.

Fazem-se várias reuniões preparatórias para se discutir se de facto devemos ou não trabalhar para uma organização mais larga do que a FJCP. Em algumas delas participaram o Alvaro Cunhal e outros camaradas.

**Na altura da criação do MUD Juvenil, eras funcionário do Partido?**

Vim para funcionário do Partido em Setembro de 1945. E fiquei em contacto com as organizações da FJCP da região de Lisboa. Quando se concluiu que estavam criadas as condições para um movimento unitário, unificado e autónomo da juventude democrática, a Direcção do Partido entendeu que eu viesse a integrar a direcção desse mesmo movimento. E a minha clandestinidade passa a ser semiclandestina...

Isto mostra a audácia e a maleabilidade orgânica da Direcção do Partido. A situação tinha-se alterado e eu ainda tinha condições para actuar de forma mais ou menos legal. E então, eu que em Vila Franca era conhecido por Octávio Pato - ninguém me conhecia por Rodrigues -, no MUD Juvenil fiquei a ser apenas Octávio Rodrigues... Quanto à minha residência, andei um pouco aos saltos, daqui para acolá...

Continuando a ser funcionário do Partido - na situação de semilegal - cheguei a fazer um discurso no cemitério dos Prazeres, numa sessão sobre o 31 de Janeiro, em homenagem ao Magalhães Lima. Nos jornais apareceu que "em nome das jovens gerações falou o Octávio Rodrigues". A Pide estava lá, certamente, mas não me identificava com o comunista de Vila Franca que tinha passado à clandestinidade.

**O Partido tem assim um papel determinante na formação do MUDJ...**

Podemos dizer que o MUDJ é a criação de um movimento juvenil unificado, mais amplo do que era a FJCP. Muito mais amplo. A base orgânica e de quadros que esteve na base do MUDJ eram os jovens comunistas da FJCP. A própria Comissão

Central do MUD Juvenil, na primeira reunião que se fez, em 28 de Julho de 1946, no Lumiar, ficou constituída por Francisco Salgado Zenha, João Sá da Costa, José Borrego, Júlio Pomar, Maria Fernanda Silva, Mário Sacramento, Mário Soares, Nuno Fidelino Figueiredo, Octávio Rodrigues, Rui Grácio e Óscar dos Reis. De todos estes, só não eram membros do Partido o Sá da Costa, o Fidelino Figueiredo e o Rui Grácio.

Nessa reunião do Lumiar encontraram-se jovens comunistas que nunca se tinham visto - levei lá vários jovens. Sabes como era, à porta de um cinema, por exemplo, vem um com um jornal, faz uma pergunta, recebe uma resposta, está certo, vamos daí. E foi assim que vários jovens foram para essa reunião.

O MUD Juvenil correspondeu a uma medida que foi tão acertada por parte do Partido que em 1946, no IV Congresso (II Ilegal), é decidida a dissolução das juventudes comunistas.

Foi tão justa essa decisão que o camarada Cunhal afirmou em 47, na reunião do Comité Central de Junho, menos de um ano depois da formação do MUD Juvenil e com o seu impetuoso desenvolvimento, que este "constitui, pelo que é e pelas perspectivas imediatas que se lhe oferecem, o mais importante movimento de massas juvenil jamais existente no nosso país".

**E o que era então o MUD Juvenil?**

Em 47, quando se desencadeia a semana da juventude, de 21 a 28 de Março, o MUD Juvenil contava nas suas fileiras com 20 mil aderentes. Hoje, em democracia, não há nenhuma organização política de juventude nem nunca houve depois de 74, que tivesse esse número. É certo que esta era uma organização unitária, que procurava traduzir os problemas específicos e as reivindicações da juventude. Criou esta projecção de massas por

## Comemorações do 50.º aniversário do MUD Juvenil

Realiza-se no próximo sábado, dia 23 de Março, um almoço-convívio de antigos militantes do MUD Juvenil, evocativo da 1ª Semana da Juventude realizada em Portugal, em 1947. O almoço terá lugar no Restaurante Montes Claros, em Monsanto, e é aberto à participação de familiares e amigos (para inscrições, ver Agenda).

As comemorações do quinquagésimo, de iniciativa de uma Comissão Promotora, pretendem levar a efeito, ao longo do ano, uma série de eventos, de que se destacam a realização de uma exposição artística e documental, em Outubro, na SNBA, em Lisboa, um sarau artístico em data a anunciar, e um programa de colóquios. É também objectivo da Comissão fomentar e apoiar realizações locais integradas nas comemorações. Do grupo inicial da Comissão Promotora fazem parte António Carvalho, Aurélio Santos, Fernando Pulido Valente, Francisco Castro Rodrigues, Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, Luísa Irene Dias Amado, Mário Casquilho, Mário Ruivo, Octávio Pato, Ramon de La Féria e Sérgio Carvalho Duarte.



MUD Juvenil

que foi ao encontro dos anseios e aspirações da juventude e, por outro lado, correspondia aos anseios democráticos e desejo de liberdade que atravessava o País de norte a sul e de forma particularmente vigorosa entre a juventude. O MUD Juvenil teve um papel importantíssimo na formação de associações académicas, foi a partir daí que passou a haver direcções eleitas ou semieleitas, da mesma forma que nos sindicatos os jovens deram um grande contributo para a acção crescente que os sindicatos passaram a ter na vida dos trabalhadores portugueses.

**Na altura em que se cria o MUD Juvenil e quando vais trabalhar aí, que tarefas tinhas a teu cargo?**

As minhas tarefas eram de âmbito nacional. Andei por todo o lado. A fazer reuniões ao Algarve, ao Alentejo, ao Ribatejo e ao Oeste, a Coimbra, ao Porto, mas trabalhava muito especialmente em Lisboa, que era o meu poiso, e na margem Sul. Tinha reuniões com jovens do MUD Juvenil e, em alguns casos, procurava ter encontros com dirigentes do PCP nas várias regiões, para coordenar acções, ouvir opiniões sobre quadros, promover reuniões com vista à implantação do Movimento nessas regiões.

Esta acção semilegal, como membro da Comissão Central do MUDJ, durou apenas até meados de 1947. Depois há de novo um recuo. O Partido avançou comigo para uma situação semiclandestina, mas a partir da repressão que se foi desencadeando, o Partido decidiu que eu recuasse. O Octávio Rodrigues deixou de aparecer nas reuniões do MUDJ, só ia às reuniões de membros do Partido.

**Data dessa época o teu encontro com Mário Soares...**

Sim, a partir de 46.

**Que actividade política é que ele desenvolvia na altura?**

O Mário Soares, é inegável, teve um papel importante no movimento académico em Lisboa e na formação do MUD Juvenil.

**É verdade que ele te deu guarida no Colégio Moderno?**

Não é exactamente como está no livro da Maria João Avellez, que diz que eu vim de Vila Franca e passei à clandestinidade porque havia o perigo de ser preso em consequência de umas lutas que tinham tido lugar - ora essas lutas não foram em 46, foram as greves de 8 e 9 de Maio de 44. É verdade que me envolvi nelas, mas não fui para a clandestinidade nessa altura. Só em 1945. E, talvez em meados de 46, a família de Mário Soares deu-me guarida num anexo que havia na mesma rua do Colégio Moderno. Não era no Colégio, era no dormitório de alguns estudantes internos. E aí estive cerca de 15 dias, um mês no máximo. E passei a dormir noutras casas. Por exemplo na Farmácia do Sr. Baptista, pai da Ermelinda Cortesão, que era casada com Eduardo Luís Cortesão, situada aqui no Rego, na Francisco Tomás da Costa, conheces, tem um primeiro andar, eu dormi ali durante muito tempo, meses. Sozinho, uma situação levada da breca, a farmácia fechava e eu ficava lá...

**E não podias aviar remédios...**

Situações difíceis. E duras. Estás a ver um jovem com 20 anos... Lembro-me do primeiro Natal que passei na clandestinidade. A passear nas ruas de Lisboa. Estava na clandestinidade desde Setembro de 45. No Natal estive nessa farmácia. Sei que a família toda vai jantar a um restaurante no Natal. E eu vou para a rua para não ficar ali, e ando a passear nas ruas a comer umas sandes. E a lembrar-me das filhoses que a minha mãe fazia... Mas não contes isso, que não tem interesse...

**Tem...**

O que tem interesse, em relação ao MUD Juvenil, é salientar o seguinte. Enquanto que o fascismo nunca conseguiu atrair a juventude - a Mocidade Portuguesa, que era uma organização paramilitar, parafascista, a que os estudantes eram obrigados a pertencer, nunca conseguiu ser uma força mobilizadora -, o

MUD Juvenil, que aparece em 46, lança-se em 47 na realização da Semana da Juventude, que teve uma projecção enorme.

**Ilegalizado o Movimento de Unidade Democrática pelo governo fascista em 1948, o MUD Juvenil manteve-se até 1957. Que razões determinaram essa persistência? Isto apesar das prisões, centenas delas são referidas no documento apresentado na reunião do CC de 1952...**

O Governo ilegalizou o MUD em 48. Para alguns jovens, a ideia era de que, se o MUD tinha sido ilegalizado, o MUD Juvenil não tinha condições de se manter como movimento legal. E deveria também aceitar a imposição do governo.

**Essa era a posição do Mário Soares...**

Essa era a posição do Mário Soares e de alguns outros. Por parte do Partido e da maioria dos jovens, havia a ideia de que o MUD Juvenil era autónomo. Outros, que queriam controlar o MUD - de tendência liberal, ou republicana, digamos assim, sempre consideraram o Juvenil como apêndice do MUD. Nós considerávamos o MUDJ como movimento autónomo, unitário, da juventude democrática e progressista. Inteiramente de acordo com o MUD e em participarmos nas suas realizações, mas não aceitando qualquer enfeudamento.

Se não continuássemos, era caso para dizer que abdicávamos completamente da luta.

O Mário Soares diz no livro da Maria João Avellez que o António Macedo, em 48, teve a ideia "genial" de, a partir do momento em que o MUD estava ilegalizado, se arranjar um candidato às eleições presidenciais, transformando-se a estrutura do MUD na estrutura de apoio ao candidato. Isto é mais do que simplificar o que se passou. Embora ele depois reconheça que havia quem defendesse a candidatura do Cortesão ou a do Norton de Matos, e que foi o MUNAF, com o PCP, que apoiou o Norton de Matos. Não foi o António Macedo que teve a ideia "genial". Havia a intenção de continuar por outras vias a luta, tão legal quanto possível, aproveitando as condições objectivas e subjectivas para desenvolver o movimento de massas e a luta pelas liberdades democráticas.

O Mário Soares diz no livro que ele apareceu como secretário da candidatura do Norton de Matos como se fosse uma coisa natural que viesse do MUDJ. Ora o que acontece é que, inicialmente, na candidatura do Norton de Matos, um tal Sertório Marques da Silva aparece a querer representar a juventude socialista, que não existia. É os jovens do MUDJ concentraram-se na sede do Norton de Matos e reclamaram ao candidato um representante seu na candidatura. Mas não é o Sertório Marques da Silva, que não tem nada a ver com a juventude democrática. É o MUDJ que deve designar o seu representante, como único movimento democrático com implantação nacional. Foi assim que o Mário Soares participou e foi designado para a candidatura.

**Não data daí a ruptura do Mário Soares com os comunistas.**

Mas começa aí. O Mário Soares não aceitava o perigo de ser preso por ser membro de um movimento clandestino. Recuou. Ele e outros. Foi uma ruptura que se foi acentuando progressivamente entre aqueles jovens, e os que, com o apoio do PCP, defen-



**“No espaço de um ano, este movimento projectou-se para as principais regiões do País, na base de acções reivindicativas ou envolvendo-se nas de outras camadas da população e em iniciativas das mais variadas, sobretudo políticas. Isto só era possível porque correspondia a anseios e aspirações profundas da juventude.”**

Foi uma verdadeira escola de formação de quadros revolucionários. Que se projectaram muito para além do movimento. E muito para além, até, de Portugal. Temos vários dirigentes comunistas. O Carlos Costa, o Ângelo Veloso, o Carlos Aboim Inglez, o Aurélio Santos, o Domingos Abrantes, a Maria da Piedade Morgadinho, o Ilídio Esteves, o António Abreu (Pai), o Areosa Feio, o Hernâni Silva, o João Honrado. Isto sem falar no Mário Soares, no Salgado Zenha e noutros mais de outras tendências. E estou a falar em apenas alguns...

Dos principais movimentos de libertação das antigas colónias, há dirigentes que foram presos como militantes do MUD Juvenil. São os casos do Agostinho Neto, do Lúcio Lara, dirigente do MPLA e do governo angolano, do Vasco Cabral, da Guiné-Cabo Verde, do Marcelino dos Santos, de Moçambique.

Até tens este documento da Comissão Central do MUDJ, com a data de Outubro de 53, "Carta aos Jovens Coloniais de Lisboa", que fala da estada de jovens de Moçambique, de Angola, de Goa, da Guiné, de S. Tomé e de Cabo Verde, em festivais mundiais da juventude. E refere a certa altura "Reconhecemos aos povos das colónias portuguesas o direito à sua independência nacional!". Isto em 53!

**Recordas-te da Semana da Juventude que agora se vai comemorar?**

Foi uma Semana enquadrada numa realização desencadeada a nível internacional pela Federação Mundial da Juventude Democrática. Em Portugal, envolveu numerosas iniciativas - passeios, excursões, confraternizações, exposições de arte - por exemplo na Sociedade Nacional de Belas-Artes, que foi encerrada nessa altura.

Isto estendeu-se à margem sul, à zona de Sintra, em Lisboa houve várias realizações, em Coimbra, no Porto. E no Algarve houve a jornada de Belamandil, com milhares de pessoas, chegou a meter a GNR, tanques, os fascistas ficaram astudadíssimos...

Parante estas acções, o fascismo desencadeia uma acção repressiva em que é presa toda a Comissão Central do MUD Juvenil, menos eu, que me encontrava numa situação semiclandestina. Mas imediatamente a Comissão é substituída por outra, provisória. E a seguir começam a ser presos jovens às centenas, em todo o País. Mas se uma comissão que era presa, no dia seguinte aparecia uma comissão provisória, para continuar a luta.

**Tu próprio, dirigente do MUD Juvenil, foste um dos mais jovens dirigentes do Partido nessa época. Qual foi o teu percurso?**

Eu entrei para o Partido - para a FJCP, mas nessa época era a mesma coisa - com 16 anos, em 1941, no período da reorganização, na altura em que as tropas nazis invadiam a União Soviética, um período negro em que se pensava que o nazismo ia dominar o mundo inteiro. Entrei para o Partido em Vila Franca de Xira, a minha terra, trabalhava já na sapataria desde os 14 anos, onde era mais operário do que empregado.

Com 20 anos, vim para funcionário do Partido. Em 1945. Em 48, fazia parte da Direcção Regional de Lisboa, juntamente com o Manuel Rodrigues da Silva, o Soeiro Pereira Gomes e o António Dias Lourenço.

Em 49, fui cooptado para membro suplente do Comité Central, com 24 anos. E em 1952, com 27 anos, era membro do Secretariado do CC. Até ter sido preso, em Dezembro de 1961.

**E já agora, que falamos de juventude. Como vês, hoje a necessidade do rejuvenescimento do Partido?**

Sabes que isso não é uma tarefa de hoje ou de amanhã. A necessidade de rejuvenescimento é uma constante. E que há sempre que dar atenção à firmeza ideológica e política dos quadros e não nos basearmos apenas naquilo que eles possam parecer. Mas sem audácia na promoção de quadros jovens não há a necessária renovação do Partido.



## Intervenção de Carlos Carvalhas

# O Partido que somos



## Para assinalar os 75 anos do PCP Grande comício no Palácio de Cristal

**C**ulminando uma série de comícios, jantares e outros actos comemorativos em todos os distritos do Norte, realizou-se no passado domingo um grande comício na ampla nave do Palácio de Cristal. Só no distrito do Porto, as comemorações, iniciadas no próprio dia de aniversário - 6 de Março - com um jantar promovido pelo Sector Intelectual do Porto, reuniram já milhares de militantes e amigos do Partido em Felgueiras, Freamunde, São Pedro da Cova, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso e Paredes. Em Rio Tinto, o almoço, que contou com cerca de trezentas pessoas, teve a presença do camarada Carlos Carvalhas.

Se há uma nota comum a todas estas iniciativas, ela é de uma transbordante alegria, visível nas bandeiras, nas canções, nas longas saudações que uniram jovens e menos jovens e a firme convicção na justeza da luta desenvolvida coerentemente pelo Partido desde há 75 anos.

Foram também a alegria e a força da convicção, a confiança e o orgulho por um incomparável património de luta em prol da Liberdade, de melhores condições de vida e da transformação da sociedade, que estiveram presentes no comício do Palácio, nas vozes e aplausos que sublinharam todas as intervenções.

Depois das canções de Ivo e Jorge Lomba, da Grândola e do «Hino do MFA», tocados pela Banda de São Pedro da Cova, dos versos de Ary dos Santos e de Neruda, ditos por Acácio Carvalho, entrevistaram o camarada Osvaldo Mata, em nome da JCP, e o professor José Morgado. Durante o comício, inscreveram-se no Partido seis novos militantes.

Na mesa estiveram presentes delegações das Direcções Regionais do Partido, da JCP, os deputados José Calçada, João Amaral e Honório Novo, os camaradas Carlos Costa, Henrique de Sousa e Edgar Correia, da direcção do Partido.

Somos um Partido que se orgulha de ter contribuído para a tomada de consciência de classe e para a formação cívica e política a milhares e milhares de explorados e oprimidos e de ter vinculado sempre a liberdade aos valores da justiça social. E somos, sobretudo, um Partido que continua a olhar em frente para o futuro do nosso país, para a apresentação de medidas e propostas, para superar os problemas com que estamos confrontados, detentores de um importante projecto para Portugal e prosseguindo todo um vasto e exigente esforço de reflexão, actualização e renovação.

E, num quadro de lucidez e de espírito crítico, continuamos a afirmar a fidelidade a ideais, valores e objectivos cuja validade continua fortemente ancorada nas realidades do mundo contemporâneo e numa visão humanista da evolução da sociedade. O socialismo, a democracia e o humanismo são para nós indissociáveis.

E dizemos luta pela democracia, pelo socialismo, por Portugal porque o modo de produção capitalista não é fórmula última do progresso humano. O capitalismo quer se lhe junte o adjectivo de «selvagem» ou «civilizado» continua a estar marcado pela dominação, pela exploração e opressão sociais da maioria da população do Planeta, pela miséria mais cruel, convivendo lado a lado com a maior riqueza, mesmo nas sociedades mais opulentas.

O objectivo central do capital é o lucro e não o ser humano. Ainda na sexta-feira, dia 8 de Março, aquilo que em princípio deveria ser encarado como uma boa notícia, desencadeou uma verdadeira tempestade.

De facto na penúltima sexta-feira, as estatísticas oficiais indicavam que a economia americana tinha criado 705 000 novos empregos, no mês de Fevereiro. Era uma boa notícia. Mas como é que os chamados mercados, leia-se «capital financeiro e especulativo», reagiram a este aumento do emprego?

Os especialistas bolsistas viram nesta notícia o sinal de que face a estes bons números, as taxas de juro poderiam subir, que se poderiam vir a verificar reivindicações salariais e com elas tensões inflacionistas. A opinião correu. Resultado: a Bolsa de Wall Street caiu a pique, logo seguida da Bolsa de Londres, Milão, Paris, Frankfurt e de todas as Bolsas financeiras do planeta, inclusive da quase fictícia Bolsa de Lisboa! O pânico percorreu, assim, no último fim-de-semana, o mercado bolsista e planetário, uns milhões mudaram de mão ao mesmo tempo que no chamado Terceiro Mundo outras tantas crianças faleciam por fome ou por doenças, facilmente curáveis.

E tudo isto que é uma vergonha para a humanidade, passa-se à beira do terceiro milénio, numa época de importantes avanços científicos e técnicos.

Poderemos, nós, ficar indiferentes a isto?

O ser humano não poderá valer mais que a especulação financeira e viver num mundo mais próspero, mais equilibra-

do, mais justo e mais respeitador do ambiente? Não há alternativa à exploração, à opressão e à alienação? Nós pensamos que sim e por isso continuamos a luta juntamente com outros povos e com outras forças democráticas, revolucionárias e progressistas.(...)

### O desemprego vai aumentar

O PS procura mascarar a sua orientação de fundo e alargar o horizonte temporal das expectativas benévolas, através de algumas medidas pontuais positivas e através de um discurso em que pesa a retórica social, mas que não tem qualquer tradução prática.

Ainda no fim-de-semana passado, em reunião de socialistas europeus em Sintra, o Primeiro-Ministro afirmava, enfaticamente, que na União Europeia não pode haver filhos e enteados e que a política de «emprego é tão prioritária como a moeda única».

Mas o PS sabe perfeitamente que a marcha forçada para a moeda única através dos critérios monetaristas conduz à contracção da economia e a mais desemprego.

A criação de emprego e a marcha neoliberal para a moeda única são incompatíveis. Acrescentar uns votos piedosos sobre o social, dissociando-o das consequências dos critérios de Maastricht é atirar poeira para o ar, que é uma especialidade dos socialistas portugueses e europeus.

Aliás, muitos dos que estiveram em Sintra são os mesmos que estiveram, através dos representantes dos seus governos, dois dias depois, na reunião em Bruxelas (Ecofin) onde foi decidido não aprovar a proposta da Comissão, de encaminhar fundos não utilizados para projectos e iniciativas que pudessem ter efeitos positivos sobre o emprego, com o argumento de que tal proposta é contraditória com a disciplina orçamental. E curiosamente sobre isto o Ministro das Finanças nada disse na reunião. É caso para perguntar: então as preocupações manifestadas em Sintra para a comunicação social registar perderam-se no avião para Bruxelas?

É uma evidência que não se pode afirmar de uma maneira credível querer que a Europa se preocupe com a criação de empregos e o progresso social se, não há um ataque resolutivo à lógica devastadora do lucro pelo lucro, do dinheiro pelo dinheiro, do primado às políticas monetaristas e neoliberais.

Com esta política, as falências e o desemprego vão aumentar e o PS assume uma pesada responsabilidade pela instabilidade social que ela trará inevitavelmente.

Hoje já estamos com uma taxa real de desemprego de mais de 10% e já se estima que daqui até ao fim do ano cerca de 250 trabalhadores por dia ficarão sem emprego. Isto é inaceitável.

E não é com o «blá, blá» nem com retórica dialogante, nem com o anúncio de programas e mais superprogramas





## EM FOCO

propagandísticos para combater o desemprego, no estilo do cavaquismo, que todos os anos apresentava um e sobretudo antes dos actos eleitorais, que se dá resposta a este grande flagelo social. Dá-se resposta com mudança de política. Dá-se resposta, defendendo e valorizando a produção nacional, aproveitando os nossos recursos, aumentando o investimento privado e alargando o mercado interno. Dá-se resposta promovendo as actividades produtivas e não as actividades financeiras, especulativas e parasitárias. Dá-se resposta dando prioridade à economia nacional e não aos critérios de Maastricht.

Por isso, reafirmamos que não há mudança nem política de esquerda quando, por exemplo, o Orçamento de Estado mantém a mesma estrutura, as mesmas injustiças sociais, os mesmos benefícios fiscais de milhões de contos às actividades especulativas e financeiras, o mesmo programa de privatizações e quando desacelera o investimento público nas funções sociais do Estado e que por isso mesmo é viabilizado pelo CDS/PP com os elogios rasgados de Ferraz da Costa e outros representantes das Confederações do grande patronato.(...)

## O que nos preocupa

Começa a ficar cada vez mais claro, quem quer seguir a velha política, a política de concentração de riqueza e quem defende uma nova política, uma política humanista, de justiça social e de desenvolvimento. Mas também começa a ficar mais claro a quem serve a política do CDS/PP, mais desmascarada a sua demagogia anti-Maastricht e o seu populismo ao serviço dos grandes senhores do dinheiro.

É necessário dar combate a estas orientações. Por isso, afirmamos que a concretização das esperanças criadas na sociedade portuguesa pela derrota da direita exige, não atitudes de expectativa e de passividade, mas antes, que prossiga e se amplie a reclamação de uma nova política, na base de um activo exercício dos direitos democráticos e do desenvolvimento de um grande movimento de opinião, de protesto, de iniciativa e de luta.

E não há, na nossa atitude, nenhuma má vontade, nenhuma intransigência, nem qualquer oposição sistemática em relação ao governo PS. Nem nenhuma intromissão nessa polémica tão transcendente e zorrinha sobre a «alma do PS», ou nesse tão complexo e profundo pleito acerca de uma cabeça de burro, ou nessa disputa à volta da permanência de um vereador em rebelião com o Presidente do Município portuense, ou ainda acerca de um anunciado jantar de desagravo do conflito entre um Secretário de Estado e o seu Ministro. Não há na nossa atitude nenhuma má vontade, nem nenhuma intromissão ou tomada de posição sobre se estamos perante uma «guerra total» ou perante um «tiro no pé». Estas não são as questões que nos preocupam, embora já não sejamos indiferentes em relação ao espectáculo da luta pelos «tachos», que pudicamente alguns lhe chamam «jobs», depois de tanto apregoarem o primado da competência.

O que nos preocupa e o que há na atitude do PCP é, essencialmente, a sua fidelidade às aspirações de mudança, e a sua crítica, que não é feita com gosto, a uma política que corresponde aos interesses egoístas do grande capital financeiro e aos objectivos claramente perfilhados pelos partidos de direita. Essa é que é a questão.

Nem vale a pena que se insista no velho truque de dizer que seriam a intransigência ou o sectarismo do PCP que estariam a «empurrar» o PS para a direita.

Como as experiências governativas do PS em 76-79 e em 83-85 mostraram exuberantemente e como a experiência de agora está a confirmar, o PS

nevera precisou de ser empurrado para a direita por ninguém, pela simples razão de que lá foi parar pelas suas próprias opções e vontade e para lá caminhou pelos seus próprios pés.

A nossa principal acusação ao PS não é, evidentemente, a de, em quatro meses, não terem resolvido os graves problemas nacionais.

Não. A nossa acusação principal é outra: é a de que, em quatro meses, não haver domínio efectivamente decisivo da política nacional - isto é, daqueles que são verdadeiramente estruturantes e irão condicionar mais fortemente a evolução da vida nacional - em que o PS tenha definido e posto em prática uma orientação realmente diferente da seguida pelos governos do PSD.

Falamos da questão determinante da política de integração europeia e da questão maior da defesa da produção nacional e do presente e futuro da nossa agricultura, das nossas pescas, da nossa indústria.

Falamos da melhoria dos salários, pensões e reformas e em geral das condições de vida da população, da justiça social.

Falamos dos direitos dos trabalhadores e do combate aos despedimentos, a desregulamentação e a precariedade do trabalho.

Falamos da defesa do interesse público e nacional na organização e na política económica e da rejeição do seu controlo pelo grande capital e pela especulação financeira.

Falamos do desemprego, que foi um dos temas mais evocados pelo PS na sua campanha eleitoral e que não só tem continuado a aumentar como a prosseguir tal política, ainda vai crescer mais.

Falamos da defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde e da defesa e valorização da escola pública.

Nestas e noutras matérias, que são pontos nodais da política nacional, o que se vê não é mudança mas a pura e simples continuidade das opções e das políticas que o povo e o país sofreram ao longo dos últimos 10 anos, aqui e além agravadas, aqui e além escondidas atrás de densas cortinas de palavreado e de sofisticadas operações mediáticas que, mais cedo que tarde, acabarão desgastadas e desacreditadas.

Porque mais portugueses acabarão por compreender que o Governo do PS protesta muito em Portugal, para português ver, contra decisões da União Europeia prejudiciais a Portugal, mas os resultados são em geral os mesmos - ou seja, zero - caso não se protestasse, porque em boa verdade não tem nem vontade, nem convicção, nem autonomia para bater realmente o pé à União Europeia e para usar realmente os meios de pressão de que Portugal pode dispor.

Porque mais portugueses acabarão por perceber que o Governo enche a boca de palavras sobre «diálogo» e «concertação» mas só está verdadeiramente disponível para ouvir e se entender com os que - como a CIP e a UGT - estão prontos a ser cúmplices da sua política.

Porque mais portugueses acabarão por perceber que o Governo fala de «sensibilidade social» e debita palavras muito magoadas sobre as injustiças sociais, mas abdica de um verdadeiro combate às suas causas e apenas se dispõe, e ainda assim de forma muito limitada, a alguns paliativos de carácter mais ou menos caritativo.

Os rasgados elogios e o apoio entusiástico do grande capital ao Governo do PS e as concepções e projectos que este tem avançado

em domínios como as privatizações, a legislação laboral e a segurança social colocam-nos o dever de alertar para um perigo real.

Trata-se da séria probabilidade de o grande capital e de sectores de direita poderem estar a pensar que é o PS, porque acaba de chegar ao Governo, porque conquistou recentemente um expressivo apoio eleitoral e porque ostenta o protector nome de partido Socialista, que melhor pode levar por diante tudo aquilo que, de pior, os governos do PSD e de Cavaco Silva, desgastados, enfraquecidos e desacreditados, não conseguiram fazer ou já não tiveram forças ou tempo para fazer.

A este respeito, seria bom que os dirigentes do PS meditassem em duas coisas essenciais:

- a primeira é que este «filme» já correu em Portugal com desastrosos resultados para o povo e o país, mas também com um amargo desfecho para o PS que, após ter andado a fazer o trabalho de «buldozer» da direita, nem por isso esta lhe ficou grata e não deixou de, na primeira oportunidade, de lhe tirar o tapete e de o substituir no Governo;

- a segunda é a de que a repetida afirmação do PCP de que não faz política nem a favor de rótulos nem contra rótulos é para ser levada a sério e que, por isso, não pode o PS ter a mais pequena dúvida de que se prosseguir por esse caminho encontrará uma enérgica, firme e decidida oposição de esquerda por parte do PCP, que não olhará a quem está a fazer essa política, mas sim, ao seu carácter intolerável e que nesse combate estará seguramente acompanhado por muitos eleitores do PS que não gostarão de ver os seus votos usados para a imposição de uma política que quer ir mais longe do que o PSD conseguiu. (...)

## O que é moderno e tem futuro

O que é moderno e tem futuro, não é querer entrar no terceiro milénio com os direitos dos trabalhadores e os direitos sociais dos cidadãos reconduzidos ao nível do princípio do século XX, mas defender o património histórico de direitos duramente alcançados pela luta dos trabalhadores e dos povos ao longo deste século e promover o seu reforço e alargamento.

O que é moderno e tem futuro, não é uma União Europeia dominada pelos países ricos e comandada pelas transnacionais, com dezenas de milhões de desempregados e de pobres, onde um só especulador pode ganhar numa só noite mil milhões de dólares mas onde, num só dia, milhares e milhares de trabalhadores perdem o seu emprego, mas sim, uma Comunidade de verdadeira cooperação e desenvolvimento onde a «coesão económica e social» não seja uma figura de retórica, mas um objectivo real a concretizar.

O que é moderno e tem futuro, não é a liquidação da soberania de Estados e nações a favor de instâncias supranacionais e do agravamento de desonrosas sujeições e dependências, mas a corajosa afirmação do valor das identidades e das soberanias nacionais num quadro de uma activa e multiforme cooperação internacional fundada no direito, na justiça, na igualdade, no respeito pelo direito dos povos à liberdade, ao bem-estar e à independência.(...)





## EM FOCO

## Álvaro Cunhal no comício em Évora

## Lutar na rua é um

# Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura

«Isto vai ser um grande comício», ouvi dizer a um camarada que contemplava com visível satisfação a chegada dos militantes e simpatizantes ao Teatro Garcia de Resende, em Évora. De facto, uma boa meia hora antes do comício começar, já o hall do belo teatro estava cheio de gente, que alegremente conversava, trocando efusivos cumprimentos de amigos reencontrados naquela tão especial ocasião — o 75º aniversário do Partido.

A festa começou, na noite de sexta-feira passada, com a actuação do grupo «Coincências» que interpretou canções de José Afonso, Fausto e vários outros temas populares.

Pouco depois, Diamantino Dias, da DOREV e do Comité Central, apresentava a mesa do comício onde estavam delegações da comissão concelhia, das organizações regionais alentejanas, do Organismo Inter-regional do Alentejo, da JCP, bem como o deputado Lino de Carvalho e o presidente da Câmara de Évora, Abílio Fernandes, José Soeiro, da Comissão Política e, por fim, Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP.

O primeiro discurso da noite pertenceu a Ana Baião, da JCP, fortemente apoiada pela meia plateia de jovens que agitavam bandeiras vermelhas, fazendo jus às palavras da oradora que logo a seguir sublinhou o constante reforço da organização juvenil no distrito.



podem gabar «dos tempos em que estiveram ligados à ditadura fascista». O mesmo não se passa com os comunistas para quem, segundo explicou, o passado de 75 anos de luta é motivo de orgulho, porque tal como no presente a sua luta sempre foi feita com a classe operária e com os trabalhadores.

E é assim que a luta do PCP vai prosseguir no futuro: «os comunistas lutarão sempre pelos direitos fundamentais das populações, estaremos sempre com os desfavorecidos», garantiu o dirigente comunista a uma assistência de mais de 500 pessoas que o interrompeu frequentemente com aplausos e vivas ao PCP.

Alertando para a necessidade de assegurar as características fundamentais da democracia alcançada com o 25 de Abril, Álvaro Cunhal chamou a atenção para os perigos que representa a revisão das leis eleitorais, cujo objectivo é conduzir a sociedade portuguesa a uma bipolarização forçada entre os dois maiores partidos.

Álvaro Cunhal

Acção  
Revolucionária,  
Capitulação  
e Aventura

Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

edições  
Avante!

## A paixão do PS

Ana Baião falaria depois dos problemas da juventude destacando as dificuldades na educação, sector onde «foram defraudadas as expectativas» geradas no período eleitoral pelo PS. A jovem ironizou dizendo que «a paixão do PS acabou por ser, como todas as paixões, efémera».

O desemprego e a necessidade de partir para outras regiões do país em busca de trabalho foram outros aspectos abordados por Ana Baião que defendeu a regionalização do Alentejo, não como solução mágica mas como um caminho para uma sociedade mais justa.

Logo a seguir, uma delegação da JCP entregou um peculiar «presente» a Álvaro Cunhal, que mais tarde na sua intervenção qualificaria, simbolicamente, como uma grande acontecimento. Tratava-se da inscrição de 12 novos militantes jovens ao PCP.

## Não nos resignamos

Antes da intervenção final de Álvaro Cunhal, Raimundo Cabral falou em nome do Organismo Inter-regional do Alentejo, recordando a luta antifascista e o papel determinante dos militantes comunistas na conquista da liberdade e da democracia.

Dessa história gloriosa, Raimundo Cabral destacou a militância abnegada de homens e mulheres, muitos dos quais foram violentamente assassinados pela polícia fascista.

O dirigente deteve-se ainda no período da Reforma Agrária, contrapondo-o à actual situação de reconstrução do latifúndio que novamente trouxe o desemprego e a miséria para o Alentejo.

Elogiando o trabalho realizado pelas autarquias e o seu contributo para o desenvolvimento da região, o orador admitiu que existe mais diálogo com o actual Governo, mas faltam medidas concretas. «De conversas está o povo farto», disse, reclamando de seguida uma nova reforma agrária e uma política coerente para combater o flagelo do desemprego que atinge mais de 40 mil pessoas no Alentejo.

## O passado é motivo de orgulho

A encerrar o comício, Álvaro Cunhal começou por anotar que «para muitos não é cómodo falar do passado» porque não se

## Conferência em Faro

# «Nenhum outro na sociedade po

O novo Centro de Trabalho do PCP em Faro ficou apinhado de gente que quis ouvir e participar na conferência-debate sobre «O papel do PCP na sociedade portuguesa», proferida por Álvaro Cunhal e integrada no ciclo de iniciativas promovido pela DORAL para comemorar os 75 anos do Partido.

Foi um debate vivo que se desenrolou por mais de três horas sobre a história e o importante papel do Partido — o único que organizadamente combateu a ditadura durante 48 anos, como sublinhou Álvaro Cunhal. Logo no início da sua intervenção realçou o papel activo dos comunistas que ao longo dos 75 anos de actividade sempre tiveram como objectivo fundamental defender a classe operária e os trabalhadores numa organização livre de quaisquer pressões e com uma linha política de grande independência. E porque o PCP não é um partido que «esteja no presente sem ter um passado», ao longo do debate muitas verdades históricas foram referidas principalmente aquelas que são hoje objectos de campanhas de omissão e de calúnia. Álvaro Cunhal falou daqueles que hoje, por se sentirem mais seguros, já admitem ter participado em processos conspirativos, quando antes sempre negaram a versão dos factos que o PCP sempre denunciou. E realçou a diferença, pois que no PCP sempre houve uma política verdade e de auto-responsabilização, em que «assumimos a responsabilidade das ideias, das propostas e dos actos».

Nenhum outro Partido tem na sociedade portuguesa o papel do PCP, seja em momentos da sua história ou do presente, o qual é reconhecido por todos, frisaria Álvaro Cunhal.

## Com a juventude ao nosso lado

O debate trouxe para a discussão temas de actualidade e em resposta a uma pergunta da assistência, sobre a ligação do PCP aos



# direito

## A arma da verdade

Mais adiante, depois de salientar que o PCP propõe soluções capazes de fazer sair o país da grave crise em que se encontra, Álvaro Cunhal deixou claro: «Tomamos a responsabilidade daquilo que fazemos e dizemos. A verdade é uma das grandes armas da nossa luta.» Neste sentido, reafirmou a posição de defesa do sector empresarial do Estado condenando as privatizações, para depois insistir na necessidade de uma nova reforma agrária: «Podemos admitir que a terra continue abandonada? Pode admitir que essa seja a solução?», perguntou o dirigente.

Sublinhava assim que o PCP, «sem fechar os olhos às experiências» do passado, não é como outros partidos que mudam de ideias ao sabor dos interesses dominantes. E recordou a este propósito que os programas do PS e do PSD consagraram a reforma agrária e as nacionalizações e que pouco tempo depois aqueles partidos tudo fizeram para liquidar aquelas conquistas de Abril.

Álvaro Cunhal disse mais à frente que a força do PCP vem do passado, e que ninguém pode tirar aos comunistas a sua confiança no futuro, numa sociedade melhor, sem exploradores nem explorados.

Nesta linha, realçou a inscrição de 12 jovens no PCP, cujas fichas lhe tinham sido entregues no início do comício: «A juventude aproxima-se de nós e nós confiamos na juventude» disse.

Distinguindo duas áreas de intervenção do Partido - a institucional e a luta de massas -, Álvaro Cunhal afirmou, já a finalizar o seu discurso de improviso, que «a rua é um direito constitucional» e um lugar privilegiado para o povo se manifestar e lutar pelos seus interesses, contrariando assim a ideia de que o único lugar para fazer política é a concertação social ou a Assembleia da República.

O comício terminava em festa, mas não sem que antes Diamantino Dias anunciasse que as contribuições recolhidas entre os presentes ultrapassaram 134 mil escudos.

■ CN



## Partido tem o papel do PCP portuguesa»

jovens, Álvaro Cunhal sublinhou a necessidade de haver uma perspectiva correcta para se olhar a juventude mostrando-se contrário à sua instrumentalização. «Nós não queremos os jovens atrás de nós, mas ao nosso lado», diria mais adiante, depois de afirmar que hoje há cada vez mais jovens que se preocupam com a sua forma de estar na vida, o que contraria a imagem que se pretende dar de uma geração sem objectivos e dissociada de valores.

Na discussão sobre a desastrosa situação económica do País, num momento mundial de grande incerteza, foi lembrada a posição dos comunistas que sempre se pronunciaram contra a União Europeia, mesmo antes do 25 de Abril e alertaram para as suas graves consequências. Hoje, estas poderão ser agravadas se o Governo insistir numa política de direita e de reconstituição capitalista, com a recuperação dos grandes grupos monopolista e, a nível institucional, com a revisão do sistema eleitoral. Uma ofensiva contra a democracia que no entanto não toma possível ao capitalismo resolver as suas contradições.

No que se refere à modernização, essencial ao desenvolvimento do país, ela não pode ser paga pelos trabalhadores à custa de direitos tão duramente conquistados, como se está a verificar por exemplo na luta pelas 40 horas, cujo aspecto essencial está a ser mascarado por conceitos como a flexibilização e polivalência.

Álvaro Cunhal abordou ainda a questão da aceleração das privatizações, a falta de aproveitamento das riquezas nacionais e ainda o facto de como o Estado se tem descurado das suas obrigações sociais, designadamente com a privatização da saúde e do ensino.



Esta sessão em Faro integrou-se no programa das comemorações dos 75 anos do Partido no Algarve, onde o aniversário é motivo para o convívio e festa mas também para reflexão sobre as tarefas e a luta dos comunistas.



## Em Beja O elogio da Juventude

Cerca de 50 pessoas participaram, em Beja, no passado sábado, no jantar comemorativo do 75º aniversário do PCP, que contou com a presença de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do Partido. O entusiasmo que a iniciativa despertou foi tal que muitos militantes simpatizantes não conseguiram lugar no salão repleto da Cooperativa de Habitação «Lar para Todos».

No final do jantar-convívio, falou primeiro Ana Rita, dirigente da JCP bejense, que focou sobretudo os problemas do ensino, expressando a insatisfação dos estudantes face à política do Governo do PS, que não resolve os problemas que mais afectam os jovens.

Usou depois da palavra António Vitória, membro do Comité Central e responsável da DORBE, que defendeu a concretização da regionalização, manifestou solidariedade com os mineiros de Aljustrel em luta pelos seus postos de trabalho, criticou a política de direita prosseguida pelo Governo do PS e exigiu medidas para travar o desemprego e relançar o desenvolvimento no Alentejo, nomeadamente o prometido plano de emergência para a região.

Álvaro Cunhal falou depois fazendo o elogio da juventude: «Este partido também aprende com os jovens, com a sua reflexão e afirmação próprias.» O Presidente do Conselho Nacional traçou um breve historial dos 75 anos de luta do PCP, com a classe operária, os trabalhadores e o povo, sublinhando o contributo que os comunistas portugueses deram para o derrube do fascismo e a construção da democracia. Terminou reafirmando a convicção na justeza das ideias defendidas pelo Partido, salientando: «É por isso que nos 75 anos do PCP não aparecemos como muitos já queriam que aparecéssemos - um partido moribundo, condenado à morte próxima - mas sim um partido cheio de vitalidade, cheio de força e confiança. E assim continuaremos!»



## EM FOCO

# No lugar certo

**A**S COMEMORAÇÕES do 75º Aniversário do PCP – pelo significado de que se revestem e pela dimensão e amplitude que têm assumido – estão a incomodar muita gente. É natural: este tempo, comandado por uma vaga de antivalores, não pode ver com bons olhos a existência de um partido que persiste em suportar o seu projecto, a sua actividade, o seu funcionamento interno nos mais nobres valores humanos.

Este tempo de gato por lebre, que impinge como último grito de modernidade ideias, projectos, políticas e práticas tresandando a bafio, não admite a existência de um partido que se bate por uma democracia de facto moderna porque simultaneamente política, económica, social e cultural; este tempo que reduz e limita cada vez mais a intervenção e participação dos cidadãos fingindo, hipocritamente, o contrário, não suporta a existência de um partido que concebe e se bate por uma democracia representativa e participativa; este tempo de regresso a velhos passados incomoda-se e irrita-se face à existência de um partido portador de um projecto novo de humanismo revolucionário; este tempo que enaltece e paga bem a troca-tintas, a viracascas, a arrependidos, não tolera setenta e cinco anos de coerência e de verticalidade; este tempo de indignidade à solta e de cobardias camufladas não se compadece com 75 anos de dignidade assumida, de coragem exercida; enfim, este tempo que já decidiu e decretou e anunciou não sei quantas vezes a morte e o funeral do PCP, não se conforma com o facto – óbvio, incontestável – que é a presença viva, actuante, interveniente deste partido que, comemorando agora os seus 75 anos e, incontestavelmente, o mais jovem, o mais moderno, o mais actual de todos os partidos nacionais. Custa aos donos deste tempo que seja assim? Custa. Muito.

dominante valorizar as qualidades dos ex-comunistas, dos tráfugas, dos arrependidos do comunismo e diminuir e apoucar os comunistas.

Nessa visita ao Couço, Inês Dentinho, talvez por imperativo fisiológico, debruçou-se profundamente sobre os urinóis e retretes existentes naquela localidade, merecendo-lhe particular atenção, só ela saberá porquê, um urinol subterrâneo localizado num largo onde outrora existira uma igreja.

E tantas e tamanhas foram as graças e as insinuações a propósito do referido urinol que, por um lado, a reportagem acabou por ficar fortemente impregnada do cheiro típico de prosa vertida em tais circunstâncias e, por outro lado, um grupo de coucenses (entre os quais tenho a honra de estar incluído) resolveu homenagear a repórter baptizando aquele espaço de serviço público com o nome de «Urinol Inês Dentinho».

Mas voltemos ao presente: as comemorações do 75º Aniversário do PCP. Este ano a distinta pécépóloga do «Independente» decidiu (ou alguém a mandou) ocupar-se do Comício do Pavilhão Carlos Lopes. E lá foi.

Conta-nos a própria que se deslocou ao Pavilhão na firme intenção de ir assistir a uma missa de uma tribo em vias de desaparecimento. Alguém a há-de ter programado nesse sentido o que obviamente lhe facilitou a tarefa.

«Independente» (salvo seja), Pécépóloga emérita, tem dedicado ao PCP e aos comunistas portugueses alguns dos mais notáveis textos produzidos em língua portuguesa (passe a expressão) sobre esta temática. Ficou célebre uma sua reportagem sobre o Couço, aqui há uns anos atrás, se não estou em erro numa altura em que era tarefa essencial da comunicação social

Este tempo, comandado por uma vaga de antivalores, não pode ver com bons olhos a existência de um partido que persiste em suportar o seu projecto, a sua actividade, o seu funcionamento interno nos mais nobres valores humanos.

si própria, informando, desrespeitou todos, desinformando. Em vez de jornalista foi propagandista de ideias feitas. Em vez de ser humana, racional, inteligente, foi *robot*.

E foi assim que, na presença de centenas de jovens comunistas, a arguta observadora descobriu centenas de «ex-pioneirinhos» para logo a seguir concluir luminariamente que «o Partido não cresce mas reproduz-se». Não cedo à tentação de comentar no mesmo tom tal conclusão. (Fica para a próxima, que oportunidades não hão-de faltar...)

E foi assim, igualmente, que uma coisa tão simples e tão natural como é a realização de uma recolha de fundos entre os participantes no comício, para pagar as despesas do mesmo, mereceu à divertida repórter a seguinte inteligente observação: «as senhoras, o método e os envelopes são iguazinhos aos

pedidos de renúncia quaresma, que noutros domingos surgem à porta de todas as igrejas». Mais uma vez não cedo à tentação de produzir o comentário que tal pedaço de prosa merecia. Inês apresentou-se como uma genuína representante de jornalista-tipo da nova ordem comunicacional: ignorante, inculta, insolente, com um profundo desprezo pelos leitores, com uma profunda, total fidelidade aos donos da desinformação organizada. Paz à sua alma.

Mais «séria» foi a abordagem feita ao 75º aniversário pela revista «Valor» – valor, no singular, para que não haja confusões com outros perigosos valores situados nos antípodas da dita revista.

Em editorial digno do tempo do fascismo, a «Valor» aponta réus, exige julgamentos e condenações, e critica o facto inadmissível de não se terem ainda levantado as vozes autorizadas «para condenar o papel perverso e retrógrado que (o PCP) exerceu no passado recente da História nacional».

E levanta a sua própria voz fulminando o PCP pela sua responsabilidade na «agitação social, no incentivo à criação da onda de que havia portugueses de primeira e de segunda, no incentivo à estupidificação, nas nacionalizações e por aí fora...».

Ficamos assim a saber que a agitação social não resulta de uma política anti-social mas apenas dos instintos perversos do PCP; que entre as centenas de milhares de crianças atingidas pelo trabalho infantil se encontram os netos e os bisnetos dos senhores Champallimaud, Belmiro de Azevedo, etc.; que as privatizações não constituem um autêntico saque de bens do Estado e uma fonte de aumento do desemprego, mas são um benefício para o país e para os trabalhadores; e que a luta contra as injustiças sociais, as desigualdades, a exploração e por uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem exploradores nem explorados constitui um incentivo à estupidificação...

E, para além de constataremos o real valor da «Valor», ficamos ainda a saber que há valores que a «Valor» não entende e nunca entenderá. Paz à sua alma, igualmente. E comemoremos o 75º Aniversário do PCP, que se orgulha, com razão, do seu passado. Porque se orgulha também do seu presente. E que, desde 1921, está no lugar certo, no seu lugar: com a democracia e com a liberdade, ao lado da classe operária, dos trabalhadores e do povo.



■ JOSÉ CASANOVA

Membro da Comissão Política



Exemplo disso é a forma como alguns órgãos da comunicação social dominante têm vindo a tratar as comemorações do 75º Aniversário: uns utilizando o humor e conseguindo, apesar disso, divertir-nos; outros divertindo-nos apesar do tom sério que utilizam; todos perfeitamente integrados nas baías apertadas da nova ordem comunicacional, ou seja: assumindo-se como fiéis cumpridores de superiores directrizes desinformativas, exibindo abundante ignorância e sectarismo, ostentando profunda desonestidade intelectual.

Veja-se, por exemplo, como foi tratado, pelo «Diário de Notícias» e pelo «Público», o Comício do Palácio de Cristal. Ambos os jornalistas de serviço deram largas à sua veia humorística. E, enquanto o DN, divertidíssimo, falava do «entusiasmo que transbordava das bancadas do Palácio de Cristal», o «Público», rebolando-se de riso, garantia que «o entusiasmo de outros tempos é que não se viu». Mas há melhor: divertido, divertido a sério, é um texto que aí apareceu sobre o Comício do Pavilhão Carlos Lopes.

Inês Dentinho é jornalista (digamos assim) do semanário

Foi assim que pôde escrever, inconsciente da lastimável figura a que se sujeitava: «Parti à procura de uma raça rara» e «leve comigo uma curiosidade antropológica que apenas as tribos genuínas conseguem inspirar. Sabia que a resistência de tal povo só pôde ser conseguida com fé e ascese.» Como se confirma a repórter já tinha decidido previamente – ou, se não ela, alguém por ela – o que teria de ver no Pavilhão Carlos Lopes

Assim sendo bastava-lhe apenas encaixar a realidade-comício-do-PCP na «realidade» decidida à secretária do seu jornal. E como a primeira não se ajustava à segunda (da mesma forma que a dignidade não cabe na indignidade), a repórter foi obrigada a forçar as coisas... até se estatelar ao comprido na insolência, na ofensa e no ridículo.

Em vez de olhar para as pessoas que estavam no Pavilhão e descrevê-las, viu-se ao espelho e retratou-se a si própria. Em vez de criticar o PCP pelo seu passado, pelo seu presente, pelo seu projecto (e tinha todo o direito a fazê-lo), garatujou uma boçal caricatura. Em vez de descrever o Comício relatou um dia no seu local de trabalho. Em vez de respeitar os leitores e a



## EM FOCO

# PIDDAC

## A grande desilusão!

O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 1996, ansiosamente aguardado pelas regiões mais carenciadas do País, revelou-se uma enorme desilusão. As zonas que, havendo votado socialista com o objectivo de acabar com a política de direita do PSD, depositavam grandes esperanças no Governo do PS, sentem-se agora defraudadas.

À apresentação do Orçamento de Estado, e consequentemente do PIDDAC, seguiu-se um coro de protestos que vai aumentando à medida que a sua análise vai sendo aprofundada.

Independentemente das posições já assumidas pelos deputados comunistas, diversas organizações do PCP analisaram e discutiram as verbas para as respectivas regiões. «Inaceitáveis» ou «insuficientes» são as palavras que invariavelmente surgem, encerrando discussões ou antecedendo propostas de alteração.

### AVEIRO

A Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional de Aveiro, informa em nota à comunicação social que, ao analisar o conteúdo deste documento, considerou que ele não contemplava algumas das aspirações e necessidades mais sentidas da região.

No sentido de que ficassem inscritas diversas obras e projectos tidos como mais importantes para o distrito, os comunistas de Aveiro sugeriram ao Grupo Parlamentar do PCP que elaborasse um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado. Foram elaboradas seis propostas, subscritas pelo deputado João Amaral:

- o aproveitamento hidráulico e a regularização do Rio Vouga;
- o alargamento do IP5 e o reforço da sua segurança;
- a execução dos troços do IC1, Vagos/Aveiro e Angeja/Maceda;
- a execução da variante à EN 222, entre Stª Maria da Feira e Castelo de Paiva;
- a recuperação e defesa da Barrinha de Esmoriz (lagoa de Paramos);
- a defesa da costa, em relação ao avanço do mar, no litoral norte do distrito.

Lamentavelmente, diz a DORAV, estas propostas foram recusadas em Comissão Parlamentar, com o voto contra do PS e do CDS/PP e a abstenção do PSD.

### BRAGANÇA

O PIDDAC/96 para o distrito caracteriza-se «por contemplar muitas esmolas mas poucas medidas de fundo» e as obras nele constantes «transitam praticamente todas do ano anterior», afirma a Direcção da Organização Regional de Bragança, numa conferência de imprensa que promoveu para divulgação da sua posição sobre a matéria.

Na análise crítica que faz, a DORBA chama a atenção para algumas questões como o IP2 e o IC5, que não são contemplados, e a redução de verbas para obras já programadas como é o caso dos Quartéis da GNR de Izeda e de Carrazada, do Arquivo Distrital e do Centro de Saúde de Mogadouro.

Os comunistas de Bragança, tentando minorar as graves insuficiências do PIDDAC, apresentaram ao Grupo Parlamentar do PCP um conjunto de propostas de infra-estruturas que consideram fundamentais para a sua região.

### CASTELO BRANCO

Em comunicado, a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco analisa os investimentos previstos e conclui que com este OE «as expectativas foram frustradas, as promessas esquecidas». O aumento que as palavras de um deputado socialista eleito pelo distrito de Castelo Branco faziam antever - 20 por cento em relação a 95, ou seja, mais de 2 milhões de contos - não passa, afinal, de uns simbólicos 0,3%, ou seja, cerca de 34 mil contos.

Segundo a DORCB, áreas tão importantes como a habitação, as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento económico e o ambiente não foram sequer contempladas; o Regadio da Cova da Beira e a Construção da Barragem do Sabugal, que aguardavam os milhões anunciados por um secretário de Estado, não contam também com qualquer verba; na área da Saúde, a construção do Hospital Distrital da Covilhã, que no PIDDAC de 95 tinha previsto para 1996 uma verba de quase 3 milhões de contos, conta, afinal, com pouco mais de 1 milhão; as acessibilidades são praticamente ignoradas, sendo atribuídos 100 mil contos apenas à IP2; o Ensino e a Educação, apesar de um pouco mais bem tratados, possuem verbas que não respondem às carências existentes; a Cultura mantém-se a parente pobre, com 120 mil contos inscritos.

«Com este OE e este PIDDAC, o interior continua esquecido e marginalizado», continua a DORCB. E interroga-se: «Será que [os deputados eleitos pelo PS] irão transformar as reivindicações e as promessas

de ontem em silêncios cúmplices de hoje?»

### COIMBRA

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, por seu lado, em conferência de imprensa, diz que «a contenção atingiu em cheio o distrito de Coimbra», verificando-se uma diminuição de verbas de cerca de 630 mil contos em relação a 1995. O distrito de Coimbra «perde peso no OE» e «não recupera de anos anteriores», afirma.

Os sectores mais atingidos, no parecer da DORC, são os transportes e comunicações, a Educação e o Desporto, a Cultura, o património histórico e o Ambiente, a Saúde - e a obra do Mondego que «cai a pique». E apresenta nove prioridades para o distrito que, embora «não modifiquem o sentido negativo e insuficiente este OE», são seguramente realistas e viáveis.

Uma central de camionagem para Coimbra, a aquisição e recuperação do Cine-Teatro Sousa Bastos para fins culturais, a Instalação da Reserva Natural do Paul do Taipal, um programa de despoluição dos rios Alva, Alvoco, Seia e Cortal, conjugado com a construção de novas captações de água, a construção do Parque de Campismo junto às ruínas de Conímbriga, a construção do Pavilhão gimnodesportivo de Souselas e a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Penacova, são algumas obras e acções que a DORC considera «indispensáveis». A aprovação da verba que, entretanto, propõe para a sua concretização (que não atinge os 630 mil contos de que a região de



Coimbra foi despojada) representará, diz, «um avanço na resolução dos problemas das populações» do distrito.

Segundo a DORC, face à «inacreditável passividade do PS, PSD e PP», fica «absolutamente claro que só o PCP levantou a sua voz em defesa do distrito de Coimbra».

Por seu lado, o Sector Camponês da DORC, em reunião de quadros para analisar a situação dos agricultores e da agricultura do distrito, concluiu que o Governo está a «procurar controlar a inflação fundamentalmente à custa do sector Agro-Alimentar». A verba para o investimento agrícola desce 30 por cento - 41 milhões de contos - e a continuação das Obras do Mondego, com menos 11,5 por cento do que em 95, irá desacelerar, comprometendo o desenvolvimento agrícola da região.

### ÉVORA

«O Orçamento do Estado/96 fica muito aquém das necessidades da região» e «não aponta nem para o crescimento económico nem para a criação de emprego» - concluiu a Direcção da Organização Regional de Évora numa reunião de quadros dos principais organismos e sectores de actividade do distrito.

No que diz respeito ao PIDDAC, a DOREV constatou que as verbas nele previstas para o Alentejo (Beja, Évora e Portalegre) sofrem um decréscimo da ordem dos 900 mil contos, 160 mil dos quais são retirados ao distrito de Évora.

E interroga: «Por que razão não estão orçamentadas», verbas para alguns dos grandes projectos não concluídos, como «a construção das Barragens dos Minutos (Montemor-O-Novo), Veiros e Frei Joaquim (Estremoz); concretização do Plano Rodoviário e consequências no distrito; Pavilhões Polidesportivos, Pista de Atletismo (Évora) e Terminal Rodoviário?»

A DOREV repudia as cedências do Governo PS ao patronato - CIP, CAP e CCP - e apela ao cumprimento das promessas feitas, nomeadamente de elaboração de um Programa de Emergência para o Alentejo.

A Comissão Concelhia de Borba, corroborando a posição da DOREV, emitiu também um comunicado onde considera que «com este Orçamento a economia da região continua a regredir, o desemprego aumenta, o despovoamento e a desertificação acentuam-se».

### PORTALEGRE

Por seu lado, a Direcção da Organização Regional de Portalegre manifesta em documento a sua preocupação face a dois factos de «particular relevância para o distrito», o primeiro quais diz respeito ao PIDDAC e à diminuição das verbas nele previstas. Considera a DORPOR que o Governo, com esta atitude de obediência cega aos ditames de Maastricht, revela uma total insensibilidade quer em relação aos problemas da região quer às assimetrias de desenvolvimento do País, defraudando às expectativas das populações de Portalegre.

A DORPOR, em articulação com o Grupo Parlamentar do PCP, «tudo fará» para que «sejam incluídas no OE para 1996 algumas verbas destinadas a ultrapassar algumas das mais prementes carências do distrito. Entre elas, destacam-se a IC 13 (entre Portalegre e Alter do Chão e ligação à Vila do Crato); a IP 2 (variantes de Alpalhão, Fortios e Gáfete); os Quartéis de Bombeiros de Avis, Gavião, Monforte e Fronteira.

### VILA REAL

O Orçamento de Estado para 1996 mereceu também uma tomada de posição da parte da Direcção da Organização Regional de Vila Real que, para o efeito, realizou uma conferência de imprensa.

«É um orçamento que agrava os desequilíbrios regionais do desenvolvimento (...) pois são as regiões menos desenvolvidas do interior as mais atingidas pela diminuição do investimento público que lhes é destinado», considera a DORVIR.

A drástica e incompreensível redução de verbas em sectores prioritários e estratégicos, e os cortes em serviços e áreas já instaladas, afectam, no parecer dos comunistas do distrito de Vila Real, sectores particularmente importantes para o desenvolvimento económico da Região.

A DORVIR destaca, entre outros, os sectores Ferroviário, Mineiro, Agricultura e Ensino que OE não contempla. E adianta que a recuperação da Linha do Corgo-Vila Real-Chaves e a reactivação da exploração das minas de Borralha (Montalegre), Vale das Gatas (Sabrosa) e Jales (Vila Pouca de Aguiar), por exemplo, são obras urgentes que reactivariam os sectores Ferroviário e Mineiro, ajudariam a combater o desemprego e a desertificação, criariam mais riqueza.

### LOURES

Um comunicado do Executivo da Comissão Concelhia de Loures, considerando inadiável uma nova política de investimentos centrais, defende a alteração da actual proposta de PIDDAC, de forma a garantir a concretização de alguns importantes projectos para o concelho.

Entre os projectos fundamentais para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida e de trabalho de concelho que os comunistas defendem, destacam-se:

- a abertura nas várias freguesias de Centros de Saúde, de esquadras da PSP e Quartéis de Bombeiros;
- a construção do Hospital Distrital de Loures;
- a recuperação de Bairros e loteamentos de origem ilegal;
- o Programa extraordinário de Realojamento da Quinta do Mocho;
- o prolongamento do Metropolitano Odivelas/Loures.

### SANTIAGO DO CACÉM

«O estado de degradação em que se encontram algumas das estradas nacionais que servem o Município de Santiago do Cacém, designadamente a EN 121 (Ermidas-Santiago)» e o prejuízo que o estado das mesmas acarreta para a economia e bem-estar das populações, merecem também a preocupação dos comunistas.

Em comunicado, «a Comissão Concelhia do PCP reivindica, com carácter de urgência, que o Governo inclua no Orçamento do Estado para a Junta Autónoma das Estradas a verba necessária à reconstrução dessas estradas».



## EM FOCO

# As mulheres têm de reagir contra A precariedade no emprego

■ Maria do Carmo  
Tavares

**N**as últimas décadas, deram-se evoluções muito importantes em termos de integração e participação da mulher na sociedade. Um dos aspectos mais marcantes dessa evolução é a presença da mulher no mercado de trabalho. Através dessa presença - que lhe permitiu dar passos decisivos no sentido da sua emancipação -, a mulher conseguiu independência económica e, conseqüentemente, um estatuto social.

As últimas décadas marcaram uma profunda ruptura com um passado em que se fazia uma profunda divisão do trabalho. A mulher cabiam-lhe as tarefas de casa e até as actividades agrícolas, muitas vezes consideradas tarefas domésticas. Aos homens cabia uma actividade profissional.

Enquanto em 1960 a taxa de actividade feminina era de 13,6 por cento, em 1995 era de 42,4.

A sua presença numa actividade profissional abriu-lhe novos horizontes, deu-lhe consciência, capacidade de lutar, de reivindicar direitos, contribuir decisivamente para a mudança de mentalidades.

Tendo em conta o papel que a mulher tem na nossa sociedade e na educação dos filhos verifica-se que as novas gerações, os filhos dessas mulheres que entraram em grande número no mercado de trabalho e que tiveram um papel decisivo na emancipação e na luta pela igualdade, hoje são rapazes e raparigas com outra mentalidade e que esgrimem o seu futuro a todos os níveis de ensino e no mercado de trabalho.

De facto, é relevante a presença da mulher no ensino.

No ensino superior, as mulheres são mesmo maioritárias, representando mais de 55 por cento do total.

Há um rápido crescimento da formação nas profissões científicas e técnicas que décadas atrás era privilégio exclusivo dos homens.

O que é dramático é que a elevação e formação académica não têm correspondência a nível de emprego. Estamos a ficar perante um desemprego qualificado.

O processo revolucionário do 25 de Abril teve um papel decisivo nos avanços registados em termos de emancipação, igualdade e participação.

Há, entretanto, aspectos em que não se conseguiu evoluir. Houve mesmo retrocessos, tendo em conta que as políticas praticadas por diversos Governos foram anti-sociais e alimentam o conservadorismo e o obscurantismo.

Essas políticas incentivaram o patronato a encarar a mulher como uma mão-de-obra barata e a secundarizá-la nas relações laborais.

As mulheres ainda são vítimas de discriminações salariais, vêem dificultado o acesso a cargos de direcção e de chefia, são secundarizadas na formação profissional e continuam a ser preferidas em muitos sectores tipicamente femininos.

O desemprego atinge-as com mais incidência. A precarização do emprego atinge particularmente as mulheres, nomeadamente através do trabalho domiciliário e do emprego a tempo parcial que já atinge mais de 11 por cento das trabalhadoras assalariadas.

## O afastamento da mulher do mercado de trabalho provocaria retrocessos profundos

O patronato e os governos da UE têm como solução para os graves problemas de desem-

prego, que provocaram com as suas políticas económicas, o afastamento da mulher do mercado de trabalho.

Duma forma mais ou menos camuflada, relacionam a participação activa da mulher no mercado de trabalho com o elevado desem-

prego e com a crise na família.

Neste ataque, têm-se congregado as ideias neoliberais e as alas mais conservadoras da Igreja.

Acusam a mulher do aumento de divórcios e das famílias monoparentais e da desagregação da família.

Culpabilizam as mulheres de fenómenos existentes na sociedade, pelo facto de elas quererem, justamente, ocupar o lugar a que têm direito e não quererem ser cidadãos de 2ª, vivendo na dependência económica, sem direitos e sem intervenção activa na sociedade.

O que dignifica os cidadãos na nossa sociedade é, sem dúvida nenhuma, o trabalho.

Hipocritamente essas forças tentam culpabilizá-las por novos e preocupantes fenómenos que minam as sociedades, quando a verdade é que são as suas políticas que os geram. A desumanização das sociedades, a perda de valores e de referências, a degradação do ensino e da educação, o desalento, a falta de perspectiva e de confiança no futuro, o estímulo ao individualismo e ao consumismo, a falta de emprego e de políticas sociais que permitam enfrentar o futuro com confiança, o desemprego em massa, a promoção do homem e da mulher de sucesso e do salve-se quem puder é que são responsáveis por fenómenos como a marginalização de largas camadas e exclusão social, a pobreza, a droga, o aumento da prostituição, o suicídio e o aumento de doenças mentais.

Acusam-na de estar pouco tempo com a família, do pouco tempo que reserva aos filhos, mas os mesmos que a acusam propõem, com todo o desplante, acabar com o descanso semanal de 2 dias ao fim-de-semana e prolongar os horários de trabalho.

O Acordo Económico a Curto Prazo assinado pelo Governo, UGT, CCP, CIP e CAP, quando propõe a flexibilização dos horários, está a dizer que muitos filhos vão ficar mais tempo sozinhos em casa ou nas creches e infantários à espera dos seus pais. Por-

que os seus pais podem ver prolongados os seus horários durante semanas e semanas, conforme os interesses do patronato.

Estas medidas são claramente contra a família e seu convívio e contribuem para a sua desarticulação.

Que hipócritas são todos estes senhores!

Está claro que, com este ataque que fazem, culpabilizando nomeadamente as mulheres, pretendem resolver várias questões. Uma delas é culpabilizar as famílias e a sociedade em geral por todos os males e desresponsabilizar as políticas que fazem para o aparecimento desses fenómenos.

Visam ainda a desresponsabilização social do Estado, reduzindo as despesas com infra-estruturas sociais.

Outra é levar, duma forma bem subtil, a mulher a abandonar a sua profissão e por isso estimulam a concessão de licenças prolongadas para as mulheres cuidarem dos filhos e dos idosos e tentarem mostrar as virtualidades do trabalho a tempo parcial.

Também o Acordo Económico a Curto Prazo deste ano prevê a incentivação do trabalho a tempo parcial, afirmando que esse incentivo é dado «num quadro de combate ao desemprego e a precariedade e de aumento do grau de liberdade das famílias e de adaptabilidade das empresas».

Estas medidas podem suscitar alguma adesão, face ao quadro que está criado de instabilidade e de «crise» da família, mas com tais políticas pôr-se-ia em causa progressos que têm sido conquistados em termos de igualdade no trabalho entre homens e mulheres. A mulher trataria da casa e dos filhos (a tempo parcial) e passaria a constituir mão-de-obra ainda mais precária e barata. O emprego feminino seria mais segregado, pois ficaria mais confinado a trabalhos menos qualificados, mal pagos e sem perspectivas de carreira.

Um estudo da Comissão das Comunidades Europeias, datado de 1993, concluiu que este tipo de emprego «não só reforça a segregação do emprego como tem o efeito complementar de aumentar a diferença entre as mulheres afectadas e outros membros da população activa». Onde quer que ocorra o emprego a tempo parcial, ele reforça a concentração das mulheres, confinando-as a um aumento ainda mais limitado de empregos e profissões.

A acentuada precarização do trabalho e o afastamento da mulher do mercado de trabalho traria a desprotecção social. O acesso à Segurança Social, seria mais difícil; tendo em conta que os direitos estão intimamente ligados às contribuições e aos períodos de garantia e de profissionalidade. No futuro ou teriam

reformas mais baixas ou nem sequer teriam acesso a elas, assim como todas as prestações substitutivas de salários.

As mulheres não podem aceitar e têm de reagir a este cerco que lhe pretendem fazer, porque isso representaria um grande retrocesso para a sociedade.

É uma ilusão pensar-se que o problema do desemprego se resolve tirando as mulheres do mercado de trabalho. O mesmo se diga da promoção do emprego a tempo parcial, como é bem demonstrado pela experiência em vários países.

A redução do desemprego exige medidas que garantam o crescimento económico; que reduzam a duração do trabalho, tendo em conta a elevação da produtividade; que aumentem a qualificação dos trabalhadores.

A luta pela igualdade de direitos no trabalho e na sociedade tem que prosseguir. O que é necessário é uma maior partilha entre homens e mulheres das responsabilidades familiares, maiores apoios à família no sentido de lhes dar mais estabilidade pois ela é uma das instituições fundamentais da sociedade.

A Comissão Junto do CC para os Problemas e Luta das Mulheres lançou, há cerca de um ano, uma folha informativa com o objectivo de criar um espaço de informação e troca de experiências entre as várias organizações do Partido, no que se refere à problemática feminina.

Trata-se de um documento com uma tiragem reduzida que visa, fundamentalmente, apoiar os organismos e quadros das Direcções Regionais e das Comissões Concelhias nesta frente de trabalho.

A saída, neste mês de Março, do terceiro número de «Informação Mulher» - nome que se deu a essa folha informativa - mostra que a regularidade que inicialmente havia sido prevista - trimestral - não tem sido cumprida. Para esta insuficiência, tem contribuído não só as numerosas tarefas que entretanto se têm colocado às(aos) comunistas (designadamente a Festa do Avante, as eleições legislativas, as eleições



Folha Informativa da Comissão Junto do C.C. para os Problemas e a Luta das Mulheres

## MARÇO - as Mulheres e o Partido

Março é um mês de profundo e duplo significado para as mulheres comunistas: a 6 de Março comemorou-se a fundação do Partido Comunista Português e a 8 o Dia Internacional da Mulher.

O PCP cumpre 75 anos de vida. De vida e de luta! De facto, o PCP nasce da necessidade sentida pelo proletariado, rural e urbano, pelas camadas exploradas e desfavorecidas da população, pelas mulheres, pelos jovens, por sectores da intelectualidade progressista, da existência de um partido que representando os legítimos interesses - os justos anseios destas classes

presidenciais e... o 8 de Março!), como o facto de este trabalho continuar a assentar num reduzido número de quadros que esta folha, precisamente, visa aumentar.



Informações importantes foram já divulgadas nos números entretanto editados. A participação das diversas organizações do Partido representará, contudo, uma

geral descem às respectivas comissões par# delas não mais emergir. Mesmo quando vão para a frente e por acção decisiva dos deputados comunistas dão origem a leis, há sempre qualquer impedimento para a sua entrada em vigor. É o caso do PL 362/V, apresentado em 89 pelos comunistas, que deu origem em 91 à Lei Garante da Protecção às Mulheres Vítimas de Violência, ainda por regulamentar. Até 1 de Outubro de 1995, o PSD estava no Governo e detinha a maioria absoluta na Assembleia da República. Aprovava ou reprovava a seu bel-prazer, sem ter em conta as posições dos outros partidos e indiferente às consequências de tal prática política. A partir de 1 de Outubro é o PS que está no Governo e a direita - PSD e PP - estão em minoria na Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PCP, honrando os compromissos eleitorais dos candidatos da CDU, apresentou com carácter de urgência, logo no

forma de enriquecimento quer da informação fornecida quer das trocas de experiências que proporcionar. Aguardam-se contributos!



■ António Filipe

## Regularização extraordinária de imigrantes

# De boas intenções está o Governo cheio

**A** Assembleia da República vai debater na próxima semana várias iniciativas legislativas (do PCP, do PEV e do Governo) que têm como ponto comum a abertura de um novo processo de regularização extraordinária dos cidadãos que se encontram a residir em Portugal sem autorização legal. O PCP, honrando compromissos eleitorais assumidos, propõe a realização de um processo de regularização que, corrigindo as graves deficiências que conduziram ao fracasso do anterior - levado a cabo pelo Governo PSD em 1992 -, tenha à partida condições para ser bem sucedido.

Largas dezenas de milhares de cidadãos estrangeiros, na sua esmagadora maioria originários de países de língua oficial portuguesa, vivem em Portugal em situação ilegal. Emigraram para Portugal como milhões de portugueses emigraram para o Brasil, para a França, para o Canadá ou emigram ainda hoje para a Suíça ou a Alemanha. Para fugir à miséria, para ganhar os meios de subsistência que não encontram nas terras de origem. Muitos vieram juntar-se a familiares que de há muitos anos cá viviam. Outros vieram aliciados por redes de imigração ilegal que alimentam de mão-de-obra barata o mercado de trabalho clandestino. São explorados por quem lhes promove a entrada em Portugal e por quem os emprega por baixos salários e sem direitos. Na sua maior parte trabalham nas obras, muitos em grande obras públicas, símbolo e orgulho do cavaquismo. Vivem em bairros clandestinos onde poucos mais cidadãos entram, verdadeiros «guetos» suburbanos, onde uma vasta população laboriosa vive paredes meias com a criminalidade, com o tráfico de droga, com as rusgas policiais. Pagam todos pelos crimes de alguns.

Promover a adequada integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, conferindo-lhes direitos de cidadania e respeitando os seus valores culturais próprios, é um dever que o Estado Português deve chamar a si, em benefício de toda a comunidade nacional. Permitir que os cidadãos, que trabalham honestamente entre nós, possam legalizar a sua situação e a dos seus familiares e assim ter acesso a cuidados de saúde, à educação dos seus filhos ou a habitação condigna, é algo com que todos - e não apenas os próprios - beneficiam. Claro está que o processo de legalização não realiza só por si estes objectivos de integração social, mas é um primeiro e necessário passo para que esses propósitos possam ser atingidos.

### Um reconhecido fracasso

O processo de regularização extraordinária de imigrantes iniciado pelo Governo PSD em finais de 1992 e concluído no início de 1993, foi um reconhecido fracasso. Segundo cálculos insuspeitos, cerca de 40.000 cidadãos que poderiam ter legalizado a sua situação, não o fizeram. Não admira que assim tenha sido. O processo de regularização foi um verdadeiro campo de obstáculos que muitos não conseguiram superar. Mas o Governo sabia-o, e apesar das intenções mil vezes

manifestadas de tudo fazer para que o processo fosse bem sucedido, a verdade é que nada fez para que o fosse de facto.

O período de regularização foi excessivamente exíguo (quatro meses). O processo foi pressimamente divulgado. Os locais de recepção de requerimentos foram em número dramaticamente reduzido (apenas três em toda a grande Lisboa). As exigências de prova para efeitos de regularização

eram de difícil concretização (como provar a residência continuada desde há vários anos em território nacional?) se não mesmo impossível (como fazer para que uma entidade patronal passe uma declaração para um trabalhador clandestino apresentar às autoridades?). As associações de imigrantes não foram devidamente envolvidas no processo. Não foram consideradas as especificidades próprias dos agregados familiares de povos com outras culturas que não a nossa. Não foi atribuído efeito suspensivo ao recurso de decisões de indeferimento da regularização.

### Propostas do PCP

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresen-

representante dos imigrantes. Propõe que, designadamente através da colaboração com as autarquias locais, seja assegurada pelos Governos Civis a existência de locais descentralizados de recepção de requerimentos. Propõe que os efeitos da regularização sejam extensivos ao agregado familiar do requerente. Propõe que o recurso que seja apresentado de uma decisão de indeferimento de um processo tenha efeito suspensivo até trânsito em julgado. Propõe ainda que sejam atribuídos apoios específicos às associações representativas dos cidadãos imigrantes com vista à sua participação directa no processo de regularização tendo em conta as suas possibilidades privilegiadas para intervir junto dos seus potenciais destinatários.

### De boas intenções...

Se é verdade que o actual Governo do PS se tem afadigado a apresentar a abertura de um novo processo de regularização de imigrantes como uma das suas bandeiras pré e pós-eleitorais, pondo inclusivamente altas figuras da Administração Pública como o Alto Comissário para os Imigrantes ou o Director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a propagandear como lei vigente uma Proposta de Lei que ainda nem sequer foi discutida, a verdade é que a Proposta que o Governo apresentou à Assembleia da República fica muito aquém do que seria legítimo esperar de quem tanto prometeu.

Assim, se a Proposta governamental corrige alguns aspectos negativos do processo anterior (propondo designadamente um prazo mais alargado ou propondo a consideração específica do problema dos menores), é um facto que muitas das deficiências apontadas à legislação aprovada pelo PSD ficam por corrigir e que outras situações problemáticas são incompreensivelmente cr-iadas.

Não se compreende, por exemplo, que as condições de acesso à regularização sejam mais restritivas que as de 1992 e que em vez de existir uma discriminação positiva para os cidadãos originários dos países de expressão portuguesa exista uma discriminação negativa para os restantes. Não é aceitável que, enquanto em 1992 os requerimentos podiam ser apresentados em todos os Governos Civis e nas delegações do SEF (o que se revelou muito escasso), a nova proposta de Lei só preveja expressamente a entrega dos requerimentos ao SEF. Tal como não é aceitável que este mesmo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que tão más provas tem dado no seu relacionamento com os cidadãos estrangeiros, veja os seus poderes no processo amplamente reforçados, ao ponto de poder por sua própria iniciativa e critério recusar a admissão de requerimentos, não os enviando sequer à Comissão competente para decidir. De pouco serve invocar o facto de se prever a inclusão de representantes dos imigrantes nessa Comissão quando os seus poderes resultam diminuídos no confronto com os novos poderes atribuídos ao SEF. De resto, os mecanismos de defesa dos requerentes resultam severamente diminuídos: prazos de 10 dias para recorrer da não aceitação do requerimento pelo SEF; informação por via adital da proposta de indeferimento, com prazo entre 5 a 10 dias para o requerente se pronunciar (se souber a tempo); ausência de efeito suspensivo do recurso de decisão final de indeferimento. Quanto ao apoio à divulgação do processo e à participação das associações de imigrantes, nada de nada na Proposta de Lei.

Dira o Governo do PS, como disse o do PSD, que a proposta de Lei terá deficiências que a prática dos serviços se encarregará de corrigir. É claro. De boas intenções está o Governo cheio.



tu atempadamente propostas que permitiram corrigir estas situações e conduzir de forma adequada o processo de regularização. O PSD sempre recusou com o argumento de que as insuficiências da lei seriam colmatadas por uma prática facilitadora por parte dos serviços que, na verdade, nunca se verificou.

O PCP retoma agora essas propostas. Propõe que seja dada a possibilidade de regularização a todos os cidadãos que tenham entrado em Portugal antes de 1996 e que disponham de condições para assegurar a sua subsistência através de uma actividade remunerada, podendo tal actividade ser comprovada através de declaração de entidade patronal, de sindicato, ou mediante prova testemunhal. Propõe que a decisão quanto à regularização seja entregue a uma Comissão que integre um



## Saco de gatos...

O PS não está apenas a braços com o insidioso Zorrinho, está a transformar-se, cada vez mais, num saco de gatos. A zaragata sobe de tom. Ele é o episódio da carapuça da cabeça de burro da «Acção Socialista» que o Narciso Miranda enfiou e pôs ao rubro os grandes chefes do Norte, levando à suspensão do jornal. Ele é a luta entre os grandes chefes do Sul pelo controlo da FAUL. Ele é a guerra da Câmara do Porto entre os dois Gomes, com o Fernando a pôr na rua o Fernandes. Ele é a bulha interminável no Ministério da Economia entre o ministro Bessa e o

secretário de Estado Santos. Ele é a «conspiração» dos platformistas. Ele é a inveja dos «históricos» em relação aos independentes. Ele é, por trás de tudo isto, a frenética corrida aos «tachos». E por que não intervém Guterres? Não pode ou, como bom desportista de bancada, gosta de assistir à pancadaria, que aparentemente reforça o seu poder? Só que no País se vai perguntando com insistência: pode haver um governo minimamente estável assente neste saco de gatos?

### ... e gatos ao sacco

Onde também pulam os

# PONTOS CARDEAIS

«gatos» é no PSD. Mal ouvimos dizer que Marcelo Rebelo de Sousa convidou Santana Lopes para «almoçar», salta a informação de que o dito cujo «fez saber» que não quer «aparecer em almoços e jantares», isto numa boca de cena que esconde, na profundidade dos bastidores, acusações de traição como as do ex-líder da Distrital de Braga do PSD, Frenando Alberto Ribeiro da Silva, a denunciar Marques Mendes por «traição e deslealdade», no meio de cozinhados a deitar mais fumo que a caldeira dum vulcão.

Enquanto isto, o historiador Antunes, nos intervalos do seu ciclópico labor de averiguar o salazarismo na intimidade, vai espalhando sorrisos à volta sem perceber que ninguém lhe passa cartão, enquanto Pinto Balsemão, o «militante nº 1», ameaça ir ao Congresso escavar o cavaquismo de vez. O saco é grande... e os gatos não param de lhe saltar para dentro.

### A ameaça dos «hiper»

Interessante foi a ameaça da associação dos



hipermercados em despedir 4000 trabalhadores, caso se concretize a redução do horário de abertura das grandes superfícies ao domingo das actuais seis para cinco horas. Se

apenas uma hora a menos dá um tal prejuízo equivalente a 4000 postos de trabalho, é caso para perguntar que lucro obtêm os hipermercados em cada hora em que estão abertos. Deve ser assustador...

### «Rapaz esperto»

Saindo à liça a propósito do vergonhoso comportamento de Joaquim Letria no programa de rádio «Cobras e Lagartos» - que esta semana desembocou na inevitável rescisão do contrato e o fim do programa -, Pedro Rolo Duarte perpetró uma prosinha no *Diário de Notícias* onde defende que a única falha de Letria foi dizer o que disse numa rádio estatal - se o fizesse numa emissora privada, tudo estaria bem. E dá como exemplo caucionador o que se passa nos EUA, onde estas emissões «existem em todas as "esquinas" e são tanto mais ouvidas quanto mais agressivos e explosivos são os seus realizadores». Ou seja, para o arejado plumitivo, temos três cristalinas evidências: Uma, de que tudo o que se faz nos EUA é que é bom, mesmo que seja um vômito onde se agride e insulta a inteligência e as próprias pessoas. Outra, de que a propriedade privada dos meios de comunicação social desobriga os seus detentores de quaisquer peias ou responsabilidades, sejam elas deontológicas, éticas ou morais. Terceira, de que as bestialidades racistas e os insultos cobardes proferidos por Letria não (lhe) merecem qualquer reparo. Aqui está o que Letria era capaz de chamar «rapaz esperto».

## PONTOS NATURAIS

### Primeiro as senhoras

O PCP realizou o seu Encontro Nacional, que reuniu delegados de todo o país. Manuel Monteiro reuniu-se, familiarmente, com uma dúzia de senhoras do seu partido. Tempo dedicado pelo telejornal ao encontro: 1 minutos e 45 segundos; à reunião das senhoras: 1 e 53. Tempo na SIC dedicado ao encontro: 1 e 28; à reunião das senhoras: 1 e 34. Conclusão: primeiro, estão as senhoras...

### Os burros

Peça no telejornal. Iniciativa turística no Algarve: passeio pelo interior, a pé, com os burros a transportar ferramentas e mantimentos. Diz-se que foi um êxito, aquela aventura à descoberta do Algarve perdido. Garante a repórter: - Turistas alemães e burros portugueses: a combinação perfeita para umas férias diferentes. Assim vamos na burricada europeia. E lembrar-me eu que demos novos mundos ao mundo!

### Uma história de contras

Mãe Lontra é um modelo de dedicação e sacrifício. E como brinca com o seu bebé,

qual por baixo, qual por cima, mas sempre atenta, sempre cuidadosa. Ao menor sinal de fadiga, levanta-o ao lume de água, deixa-o repousar breves minutos. Não o abandona um instante que seja. São vários os predadores apreciadores da carne tenra da lontrinha. Mas, agressiva, Mãe Lontra mete-os em respeito. Lá virá tempo em que terá de o deixar sozinho. Dois minutos, não mais. O tempo suficiente para ir aos fundo do mar, trazer-lhe os saborosos mariscos. Lontrinha precisa de comer muito. Está na idade. Mas lontra macho fica à espreita. Quando Mãe Lontra volta com os mariscos dá pela ausência da Lontrinha. O macho tinha-a raptado e põe tudo em pratos limpos: ou ela lhe passa a comida que foi buscar, ou nunca mais vê o bebé. Mãe Lontra não tem alternativa. Resta-me acrescentar que tudo isto se passou na costa da Califórnia. Não há dúvida que os «gangsters» tiveram bons professores. (Ou bons alunos?)

### Do meu arquivo

«Às vezes interrogo-me com o comportamento de políticos aqui ou acolá que projectam a ideia de que a sua idade é insegura. Ora se os estrangeiros pensam que Portugal é seguro, e se eles projectam a ideia de que a sua cidade é insegura, é porque com certeza estão a contribuir para que os seus visitantes não venham à sua cidade. «Nunca vi aqui o dr. Alberto João Jardim, político inteligente nessa matéria, a

sabedor, a projectar-se a ideia de que a Madeira é um local inseguro. Mesmo que ele tivesse aqui o seu pequeno problema, o que ele faria, estou certo, era falar com as forças de segurança, era falar com a PSP, era falar com a Judiciária, mas nunca vir dizer em público que a Madeira era insegura. No dia em que ele fizesse isso, estava a convidar os turistas a não visitar a Madeira, que é aquilo que com certeza estão a fazer aqueles presidentes de Câmara que dizem que em Portugal a sua cidade tem insegurança e tem violência. Eu, se fosse munícipe dessas cidades, não deixaria de criticar violentamente um presidente de câmara que não tem a noção daquilo que é fundamental para o progresso da sua própria cidade.

(Professor Cavaco Silva, na Madeira)

### Terá de haver outra razão

Reportagem no telejornal sobre o dinheiro falso. Cada vez as notas são mais perfeitas, à medida que a tecnologia avança. Pois. Há-de vir tempo em que já não será possível distinguir entre um dólar bom e um dólar falso. Para o capitalismo serão as três badaladas e um balde de cal. Crime perfeito: alguém que morre às suas próprias mãos. Então, o dinheiro não terá qualquer valor. Terá de haver outra razão para produzir e para trabalhar. Se fôssemos pensando nisso?

*Mário Castrius*





## COMÍCIO EM AVEIRO

no Centro Cultural e Congressos  
Sábado, 23, às 16h  
com a participação de

**CARLOS CARVALHAS**

Espectáculo com o Grupo «Cor da Lua»

### Coruche

Sexta-feira, 22, às 21h30, Auditório Municipal  
Debate com

**ÁLVARO CUNHAL:**

«75 anos de luta pela Democracia, pelo Socialismo, por Portugal»

### Lisboa

Convívio de Trabalhadores Comunistas  
da Função Pública de Lisboa  
com a participação de

**Carlos Carvalhas**

Terça-feira, 26, às 18h30, no CT Vitória

### No Espaço Cultural Vitória

Ciclo de conversas  
com quem fez e faz a história do PCP  
(até Maio)

1. Acção clandestina e luta de massas  
com Blanqui Teixeira, Carlos Brito,  
Edgar Correia, Sérgio Vilarigues  
Sexta-feira, 22, às 21h30
2. Continuar o combate nas cadeias. As Fugas  
Sexta-feira, 29, às 21h30

### Distrito de BRAGA

GUIMARÃES - Jornada de convívio domingo, 24: provas de atletismo a partir das 9h30, almoço-convívio na Cantina do Ciclo de Creixomil, às 12h30, com a participação de Agostinho Lopes; animação musical durante a tarde, com Dino Freitas e outros artistas vimaranenses.

FAMALICÃO - Sessão comemorativa na Casa da Cultura, com Agostinho Lopes: sábado, 23, às 21h30

VILA VERDE - Sessão promovida por PCP e JCP locais, com Agostinho Lopes: sábado, 23, às 16h  
Exposição evocativa dos 75 anos do PCP: patente em Braga (átio do Teatro Circo, até dia 24) e em Famalicão, na Casa da Cultura (dias 25, 26 e 27)

### Distrito de BRAGANÇA

MIRANDELA - Debate: «O momento político e as propostas do PCP» (sobre Trabalho, OE, Regionalização, etc.), com Emídio Ribeiro: no salão da Junta de Freguesia, domingo, 24 às 17h; às 19h30: Jantar-convívio no rest. «Universo», também com Emídio Ribeiro (Inscrições: Tel. 078.22391 e 073.23365).

### Distrito de CASTELO BRANCO

FUNDÃO - Jantar-convívio com a participação de Domingos Abrantes no rest. «O Casarão»: sexta, 22, às 20h.

### Distrito de COIMBRA

COIMBRA - Debate sobre Desporto de Competição na Junta de Freguesia de Eiras, com Veiga Trigo e Carlos Rabaçal: sexta, 22, às 21h.

Espaço PCP na Av. da República: abertura do Espaço e de exposição evocativa na segunda-feira, 25, às 19h30, com jantar volante às 20h (Inscrições no CT). Dia 27: Concerto da JCP (às 22h30)

Recital de piano pelo Prof. Fausto Neves no Teatro Paulo Quintela (Faculdade de Letras), com peças de Schubert e Debussy: quarta-feira, 27, às 21h30.

### Distrito de FARO

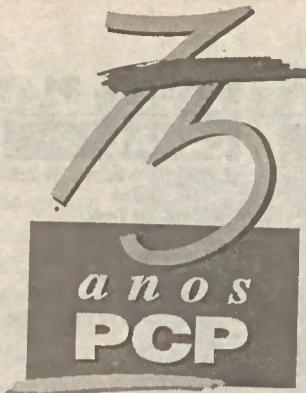
TAVIRA - Jantar-convívio no Rest. «Alcatruz», em Sta. Luzia: sexta, 22, às 20h30.

ALJEZUR - Convívio em Odeceixe, no CT - sábado, 23, às 20h  
ALBUFEIRA - Jantar no Rest. «O Algarve» - sábado, 23, às 20h  
SILVES - Almoço na Escola Preparatória - domingo, 24, às 13h  
CASTRO MARIM - Almoço no Rest. «A Barragem» - domingo, 24, às 13h

### Distrito de LISBOA

LISBOA - Debate no CT da Ajuda: «PCP - Presente e Futuro», com Vítor Dias: sábado, 23, às 15h30.  
AGUALVA-CACÉM - «Problemas da Juventude» - 5º colóquio do ciclo dedicado ao Aviv. do PCP, com a participação de Bernardino Soares: sexta, 22, às 21h30, no Centro de Trabalho.  
VILA FRANCA DE XIRA - Almoço-convívio em Póvoa de Sta. Iria com Octávio Teixeira: sábado, 23, às 13h, no Centro de Trabalho local. Almoço-convívio em A-dos-Loucos com a

## AGENDA



### Pela Democracia Pelo Socialismo Por Portugal

participação de Carlos Carvalhas: domingo, 31 (Inscrições nos CTs do concelho de Vila Franca e pelo tel. 063.23979)

### Distrito de SANTARÉM

COUÇO - Almoço-convívio no CT, com Henrique de Sousa: sábado, 23, às 13h

### Distrito de SETÚBAL

SETÚBAL - Exposição evocativa dos 75 anos do PCP no Edifício Arrábida: inauguração sábado, 23, às 15h, seguido de convívio dos trabalhadores da CRSS

ALMADA - Debate na Junta de Freguesia de Almada: «Os comunistas no mundo de hoje - Situação do Movimento Comunista, Operário e Progressista», com Albano Nunes: sexta, 22, às 21h30. Almoço no CT do Pragal - domingo, 24, às 13h

BARREIRO - Plenário-convívio no Santoantonense Futebol Clube, Santo António da Charneca: sábado, 23, às 15h. Almoço-convívio no Restaurante «Colon», Lavradio: domingo, 24, às 13h (Inscrições: tel. 2044983) Exposição evocativa dos 75 anos do PCP: patente nos Penicheiros até hoje, dia 21 (das 15 às 20h e das 21 às 23h)

## COMÍCIOS COMEMORATIVOS

O 75º aniversário do PCP será ainda assinalado ao longo do mês de Março nos seguintes comícios:

Coimbra - 29 de Março

Alpiarça - 30 de Março

### Carlos Carvalhas hoje em Beja

O Secretário-geral do PCP, acompanhado de uma delegação do Partido, desloca-se hoje à Oiveja/Feira do Alentejo 96, que visitará a convite da sua Comissão Organizadora, a partir das 17h.

## Solidariedade com CUBA!

Passeio cicloturista - Almada-Setúbal

promovido pelos núcleos de Setúbal e Almada da Assoc. de Amizade Portugal-Cuba

Domingo, 24 - Partida às 9h de Almada (Pç. S. João Baptista)

### Festa Cubana

no CT do PCP de Algueirão, promovida pela JCP

Domingo, 24, às 15h - Leva um brinquedo!

### Ciclo de Cinema Cubano na Incrível Almadense

promovido pelo Núcleo de Almada da Assoc. de Amizade

De 16 a 23 Março (entrada livre)

JCP



Lisboa - Debate sobre questões de Organização no Distrito  
Dia 23, às 14h30, no CT Vitória

Amadora - Debate sobre Ensino Secundário

Dia 24, no Auditório da Câmara Municipal

MUD JUVENIL

CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO

ALMOÇO CONVÍVIO  
DE ANTIGOS ADERENTES

23 DE MARÇO

RESTAURANTE MONTES CLAROS  
MONSANTO - LISBOA

Aberto à participação de familiares, amigos  
e pessoas de todos os grupos etários

Informações/inscrições:

(01) 848 87 24 (01) 410 29 67

(01) 849 27 18 (02) 617 61 37

(084) 537 28 (039) 264 82



MUD Juvenil

## Assembleias e plenários

### Mora

4ª Assembleia da organização concelhia  
Sábado, 23, às 15h, na Casa da Cultura

### Fuzeta

Assembleia da organização da freguesia  
Domingo, 24, às 10h, na Junta de Freguesia  
com a participação de Carlos Luís Figueira  
Almoço-convívio às 13h

### Lisboa

4ª Assembleia da Célula da EDP  
Sábado, 23, às 14h30, no CT da Av. Duque de Loulé  
com a participação de Jorge Pires

### Lisboa

2ª Assembleia da Célula  
do Associativismo Médico  
(Sector Saúde da ORL), com Edgar Correia  
Sábado, 23, das 10 às 18h

### Porto

Sexta, 22, às 21h30, no CT da Boavista  
Reunião Geral de Militantes da ORP  
com a participação de  
Jerónimo de Sousa

### Covilhã

Sábado, 23, às 15h, no CT  
Reunião de Quadros sindicais comunistas  
do Distrito de Castelo Branco  
com a participação de  
Domingos Abrantes

### Almada

Plenário de trabalhadores comunistas da Autarquia, com entrega dos cartões 96/97: hoje, 21, às 18h, no CT concelhho.

### Barreiro

Plenário de militantes do Sector Ferroviário, com José Abreu: hoje, dia 21, às 17h30, no CT concelhho.

### Belas

Plenário de militantes e convívio, com a participação de Helena Medina: sábado, 23, às 16h, na JF.

### Carcavelos

Plenário de militantes da freguesia, preparatório da Assembleia da ORL: sábado, 30, às 15h30, no CT de Carcavelos.

### Lisboa

Plenário da célula da Voz do Operário: hoje, dia 21, às 18h, na V.O.  
Plenário da organização de freguesia de Olivais: dia 27, às 21h, no CT dos Olivais.

Debate na Ameixoeira sobre Associativismo, com Carlos Rabaçal: no CT da Ameixoeira, dia 25, às 21h30.

### Loures

Plenário de militantes de Sto. Antão do Tojal: hoje, às 21h30, no CT.  
Plenário de militantes de Sta Iria de Azóia: dia 22, às 21h30, no CT.  
Plenário de militantes de Apelação: dia 22, às 21h30, no CT.  
Plenário de militantes de CSM de Loures: dia 27, às 17h45, no Refeitório da CM

### Matosinhos

Reunião de militantes de Guifões - sábado, 23, às 17h, na Esc. Primária de Passos Manuel, com a participação de Serafim Brás.

### Montemor-o-Novo

Plenários em S. Brissos (na Escola), Cabrela (no CT) e Silveiras (na Escola) - todos no dia 22, às 21h

### Queluz

Plenário de reformados da freguesia: dia 22, às 15h, no CT do PCP.  
Reunião plenária de militantes de Massamá/Queluz, na delegação da JF (junto ao Pq. Salgueiro Maia): hoje, dia 21, às 21h30.

### Rio de Mouro

Plenário da célula da CM/SMAS, com Clarinda Nogueira: hoje, dia 21, às 18h, no CT de Rio de Mouro.

### Setúbal

Reunião de militantes de Anunciada, S. Julião, Sta Maria: sábado, 23, às 15h, no CT do Ed. Arrábida.

### Sintra

Plenário de militantes das freguesias de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho: quarta-feira, 27, às 21h30, no CT de Sintra

### Torres Vedras

Plenário de eleitos em todos os órgãos autárquicos do concelho, com a participação de Jorge Cordeiro.



TELEVISÃO

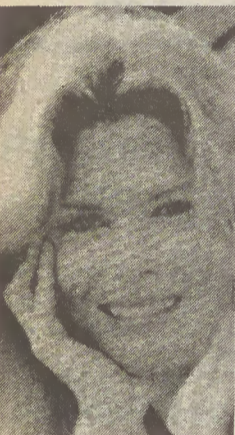
Quinta, 21

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.35 Que Rica Vida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil / Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
18.05 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.10 Tudo pelos Outros
22.05 Sinatra (1º epis.)
23.05 Murphy Brown
23.35 24 Horas
00.05 Remate
00.50 Cirano de Bergerac
(Filme de Michael Gordon, EUA-1950. Ver Destaque)

TV 2

15.30 Patinagem Artística (Mundiais)
16.30 Desporto de A a Z



Murphy Brown: meia hora a não perder, à quarta-feira

17.45 Rua Sésamo
18.15 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Musical: «Beat Special II»
20.10 Campos de Fogo
21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.50 As Paredes Têm Ouvidos
(Filme de Jean Girault, Fr.-1974. Comédia)
00.30 Ver Artes
00.55 Musical: «Gala Musical no Casino Solverde»

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Uma Mulher de Armas
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Trapalhões
22.15 Marina, Dona Revista
23.15 A Noite da Má Língua
00.30 Último Jornal
00.50 Trabalho É Asneira
(Filme de Peter Hall, EUA-1967. Comédia)

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez P'rá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.45 California Dreams
18.35 MacGuyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Ladrão que Veio para Jantar
(Filme de Bud Yorkin, EUA-1973. Comédia)
23.50 TVI Jornal
00.35 Rua Jump, 21

Sexta, 22

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.35 Que Rica Vida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.40 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil / Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
18.00 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.35 Isto É o Agildo
22.30 Crimes em Nebrasca
23.20 24 Horas
23.50 Remate
00.10 Doctor Jivago
(Filme de David Lean, EUA-1965. Drama)

TV 2

15.30 Patinagem Artística
16.30 Motociclismo
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Arte em Imagens
19.25 Artes e Letras - «Lara»
21.00 Irmãs
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.55 Actual Reportagem
24.00 A Aventura
(Filme de Michelangelo Antonioni, It/Fr-1960. Ver Destaque)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Uma Mulher de Armas
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Malucos do Riso
22.15 Camilo e Filho
22.45 Táxi
23.45 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.25 Playboy

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez P'rá Uma
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.25 Informação
17.50 California Dreams
18.35 MacGuyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Perversa Sedução
(Filme de Frederick King Keller, EUA-1983. Drama)
23.40 Grande Plano
00.20 TVI Jornal
01.00 Rua Jump, 21



Sábado, 23

CANAL 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.55 Clube Disney
12.20 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.10 Polícias do Futuro
16.05 Rumo a Avonlea
16.55 A Filha de Rosie O'Grady
(Filme de Robert Butler, EUA-1950. Comédia Musical)
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Benfica-Porto
22.45 Parabéns
01.15 24 Horas
01.50 Fitas Loucas
(Filme de Stanley Donan, EUA-1978. Ver Destaque)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.10 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
14.30 Atalanta 96 - «Atletismo»
16.00 Desporto
18.40 Para Além do Ano 2000
19.35 A Revolta de Sittingbull
(Filme de Lesley Selander, EUA-1951. «Western»)
20.55 Trio de Quatro
22.00 TV2 Informação
22.05 Seis Histórias
23.05 Remate
23.20 Jogo Falado
24.00 O Fim do Mundo na Nossa Cama Habitual numa Noite de Chuva
(Filme de Lina Wetmuller, It/EUA-1978. Ver Destaque)

SIC

09.00 Buéréré
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Luna Parque
15.00 Top Sic
16.15 Caça ao Tesouro
17.30 Luna Parque
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
00.35 Último Jornal
00.50 Viper - Operação Secreta
(Filme de Peter Maris, EUA-1988. Acção)

TVI

09.40 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Ténis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.15 Doutores e Engenheiros
17.35 Piratas em Bikini
(Filme de John Rich, EUA-1967. Musical)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.05 Mundos Diferentes
(Filme de Peter Werner, EUA. Ficção Científica)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Confesso
(Filme de Alfred Hitchcock, EUA/1953. Ver Destaque)

Domingo, 24

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 86-60-86
15.05 A Lei de Burke
16.00 Os Jovens Cowboys
16.55 Memórias de Sherlock Holmes
17.45 Robocop
18.40 Mr. Bean
19.05 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Quem É o Que?
21.50 Paixões
22.45 Casablanca
(Filme de Michael Curtiz, EUA-1943. Ver Destaque)
01.00 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
11.25 O Homem e a Cidade
11.55 Regiões
13.00 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Patinagem Artística
15.55 Jornada na Dois
18.45 Futebol: Guimarães-Bele-nenses
20.50 O Reino do Ló (1ª parte)
22.00 TV2 Informação
22.05 A Ilha das Gaivotas
23.00 Domingo Desportivo
00.35 A Casa dos Segredos e das Mentiras
(Telefilme de Paul Schneider, EUA-1992. Drama)

SIC

09.00 Buéréré
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Uma Mulher de Honra II
15.00 Aventuras de Bruce Lee
15.30 O Guarda-Costas
16.30 Walker, o Ranger do Texas
17.30 Jogar em Casa
18.00 007 - Alvo em Movimento
(Filme de John Glen, Gr.Br.-1985. Acção/Espionagem)
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Chuva de Estrelas
22.50 Aquele Verão
(Filme de Martin Davidson, EUA-1978. Romântico)
00.45 Último Jornal
01.00 O Vale da Honra
(Filme de Andrew V. Laglen, EUA-1965. Ver Destaque)

TVI

09.30 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhó Popular
17.10 O Jogo do Ganso
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 O Pai da Chefe
21.10 Raio Azul
22.20 O Pepino
(Filme de Paul Mazursky, EUA-1993. Comédia Dramática)
23.55 Últimas Notícias
00.10 Hunter

Segunda, 25

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 Que Rica Vida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.55 Nova Oportunidade
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 A Grande Noite dos Oscars

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Não Me Lembro, Era Pequeno
19.10 O Templo dos Deuses
20.15 Martin Chuzzlewit
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «The White Room»

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.30 Notícias
17.45 Renascer
18.55 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.30 007 - Risco Imediato
(Filme de John Glen, Gr.Br.-1987. Ver Destaque)
00.55 Último Jornal
01.10 Flash Back

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.50 Novos Ventos
11.25 Rumores
12.00 Fado, Fadinho
12.50 Dez P'rá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 California Dreams
18.35 MacGuyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Vida Continua Amanhã
(Filme de Roger Young, EUA-1993. Drama)
00.05 TVI Jornal + Primeira Fila
01.15 Rua Jump, 21

Terça, 26

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.35 Que Rica Vida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.40 A Mulher do Sr. Ministro
22.20 Noite dos Oscars (compacto)
00.05 24 Horas
00.35 Remate
00.50 O Perseguidor
(Ver Destaque)

TV 2

16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Contos a Óleo
19.10 De Boa Saúde
19.30 Rotações
20.45 24 Horas para a Morte
21.20 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.55 Ópera: «Satie e Suzanne»
00.10 A Par e Passo

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Sonhar Acordado
01.20 No Fim do Mundo

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez P'rá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 California Dreams
18.35 MacGuyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Medo Dentro de Casa
(Telefilme de Robert Iscove, EUA-1990. Drama)
23.50 TVI Jornal
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Rua Jump, 21

Quarta, 27

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 Que Rica Vida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.40 A Mulher do Sr. Ministro
22.20 Noite dos Oscars (compacto)
00.05 24 Horas
00.35 Remate
00.50 O Perseguidor
(Ver Destaque)



«Sinatra», a biografia (autorizada?) de «The Voice»: à quinta-feira no Canal 1

15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.50 Futebol: Itália-Portugal
22.00 Roseira Brava
22.50 A Lei das Ruas
00.15 24 Horas
00.30 Remate
01.00 O Juiz Sou Eu
(Filme de Richard T. Heffron, EUA-1982. Policial)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
17.55 Futebol: Portugal-Grécia
19.45 A Descoberta do Mundo
20.30 Uma Cidade, Dois Mundos
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.55 Documentário: «Álcool e Morte»
23.50 Musical - «Ritmos do Mundo» - IV

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Barba e Cabelo
22.15 Casos de Polícia
23.30 Decadência
00.35 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 Olhó Popular
12.50 Dez P'rá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGuyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.35 Fora de Jogo
22.50 Os Novos Intocáveis
23.50 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Rua Jump, 21

Oscars 96 no Canal 1: directo na segunda, compacto na terça. Entre os nomeados, Mel Gibson e o seu «Braveheart», «O Carteiro de Pablo Neruda» e, mais uma vez, Anthony Hopkins



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Cyrano de Bergerac

(Quinta, 00.25, Canal 1)

Brrrrrrr!, dizia ele, o Cyrano, ao falar com os seus botões e ao olhar para o seu nariz. Como conseguir os favores do amor da bela Roxane, quando a isso certamente o impediria tamanha protuberância? A belíssima peça de Rostand, que mais tarde havia de ser objecto da sua melhor adaptação ao cinema (por Jean-Paul Rappeneau), tem aqui a sua segunda versão: um filme que, não tentando por um momento disfarçar a sua espectacular origem *hollywoodiana*, veio a revelar-se bem mais credível do que seria de esperar, com uma estupenda criação de José Ferrer no papel principal.

## A Aventura

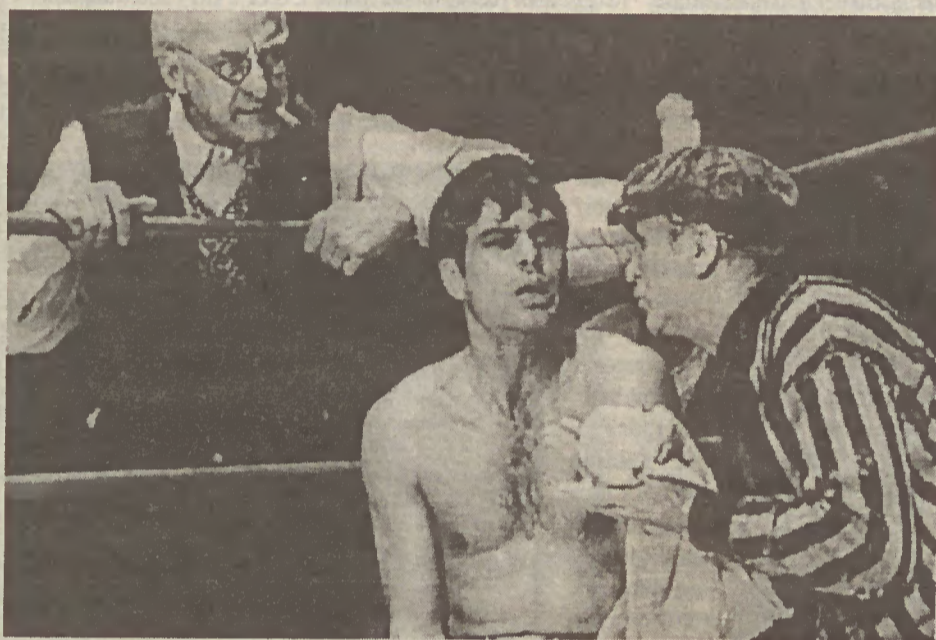
(Sexta, 24.00, TV 2)

Já não é a primeira vez que somos atraídos pelas referências consultadas a propósito de filmes desconhecidos ou apagados da memória. Foi o que aconteceu na semana passada, por exemplo, com mistelas intragáveis ou filmes inábeis aos quais aqui fizemos referências muito pouco cautelosas: por exemplo *A Noite do Cometa* ou *A Rapariga de Los Angeles* (ambos transmitidos pela TVI) e, mesmo, *007-Operação Tentáculo*, não tanto pela insistência nas risíveis e datadas ridicularias anticomunistas, mas pelo surpreendente envelhecimento dos processos e o ar caquético de Roger Moore ou Louis Jour-

autoria de um crime após ter ouvido em confissão quem o cometeu; mas o problema é que, mais tarde, é ele próprio acusado desse crime enquanto se confronta não apenas com o seu próprio passado mas ainda com a obrigação de calar o *segredo de confissão*. Uma história que adivinharíamos a matar nas mãos de um Hitchcock, por exemplo. Pois é. O que acontece é que foi mesmo o velho mestre que pegou no argumento e... acabou por realizar um dos seus filmes menores, embora nele possamos encontrar mesmo assim muitos momentos de grande cinema. Quem diria? Convenhamos, no entanto, que Montgomery Clift e Anne Baxter também não ajudaram muito...



Um fotograma de «A Aventura», filme de Michelangelo Antonioni



George C. Scott, Harry Hamlin e Red Buttons, numa cena de «Fitas Loucas», de Stanley Donen

dan, às voltas com a tintagem dos cabelos e os incontornáveis «bicos de papagaio»! É por isso que, escaldados, nesta semana de novo bem fraca quanto à programação cinematográfica, aqui apenas mencionamos fitas em relação às quais praticamente nenhuma dúvida exista, quer quanto às qualidades esperáveis quer quanto às reticências que não espantam. No primeiro caso está, como é natural uma das obras mais marcantes de Michelangelo Antonioni que nos fala do itinerário sentimental de seres que a solidão faz aproximar e afastar, fora do tempo e por momentos apartadas dos fingimentos hipócritas da sociedade.

## Doutor Jivago

(Sexta, 00.10, Canal 1)

No segundo caso está *Doutor Jivago*. Por entre os trémulos das «balalaikas» no inefável tema de Lara e um Omar Sharif sempre a verter abundantes lágrimas por causa dos complicadíssimos apuros (amorosos e outros) em que se envolve, esta adaptação de David Lean do romance de Boris Pasternak, ao mesmo tempo que procura ser um retrato fiel da distorcida visão deste último sobre a Revolução de Outubro, ainda por cima privilegia o lado sentimental de um melodrama que se desenrola por entre os fortíssimos e decisivos acontecimentos de 1917 na Rússia czarista. Sofrendo, em geral, de um frio perfeccionismo que não deixa de exibir, mesmo assim, o saber da encenação e da montagem - mais tarde exuberantemente comprovado nessa peça de cinema-arte-espectáculo que foi *Lawrence da Arábia* - *Doutor Jivago* fica, ainda, a longa distância de obras que permanecerão entre as maiores na cinematografia do seu realizador: *Breve Encontro* ou *Oliver Twist*.

## Confesso

(Sábado, 01.05, TVI)

Naturalmente que o destaque vai, em primeiro lugar, para o engenho e as potencialidades dramáticas do argumento: um padre fica a saber da



Montgomery Clift e Anne Baxter, intérpretes principais de «Confesso», um filme de Alfred Hitchcock



Omar Shariff e Geraldine Chaplin, numa sequência de «Doutor Jivago», de David Lean



Dooley Wilson, Humphrey Bogart e Ingrid Bergman, numa sequência inesquecível de «Casablanca», de Michael Curtiz

## Fitas Loucas

(Sábado, 01.50, Canal 1)

Continua sem se perceber o que mudou de fundamental no «serviço público» de televisão. Também no domínio da programação cinematográfica: criminosamente desperdiçado às duas da manhã - quando, com vantagem, poderia ser apresentado em horário bem mais aconselhável como substituição a algumas das mixórdias com que este canal continua a presentear-nos - *Fitas Loucas* é um filme extremamente original saído da imaginação de um realizador brilhante como é Stanley Donen. Homenagem crítica ao cinema dos anos 30 que começava a «aprender a falar», o próprio filme reproduz a situação que então se vivia nas salas de cinema com duplo cartaz: primeiro, um filme a preto-e-branco sobre o mundo do box, ao melhor estilo *filme de série B*; depois, o *trailer-anúncio* de um filme sobre a aviação, que o espectador nunca chega a ver; finalmente, depois de um imaginário intervalo para o xixi e o cigarro, vem o *filme* a cores, uma comédia musical cheia de canções e de bailados! Em

ções deste filme sublime, visto e revisto dezenas de vezes por várias gerações de espectadores de cinema? Como descrever, por exemplo, essa riquíssima personagem desempenhada por Humphrey Bogart, aparentemente neutral no meio da refrega, mas revelando-se no momento próprio à altura das grandes decisões? Ou as outras figuras carismáticas dos principais intérpretes (Ingrid Bergman, Claude Rains, Paul Henreid) desta história centrada nos duros anos da II Guerra Mundial e da luta contra o nazi-fascismo? Será possível não ficar rendido à solução dramática «evidente» de fazer encarnar nas várias personagens concentradas no pequeno espaço daquele clube de Casablanca os representantes de todas as partes e sensibilidades envolvidas no conflito? Nunca será demais aconselhar uma nova visão de um filme aparentemente banal mas que, por todo um conjunto de coincidências e circunstâncias objectivas e subjectivas, de forma inesquecível ficou a marcar a História do Cinema.

## O Vale da Honra

(Domingo, 01.00, SIC)

Durante a guerra civil americana, um fazendeiro perde a mulher e é obrigado a tomar conta sozinho dos seus seis filhos, mas um deles é raptado pelos nortistas. Considerado fortemente marcado pelo academismo de uma realização sem mácula, dizem as referências que o filme se vê com agrado, sobretudo pela boa reconstituição de um período tão intensamente contraditório e dramático. Boas interpretações de James Stewart, Doug McClure, Patrick Wayne e Katharine Ross.

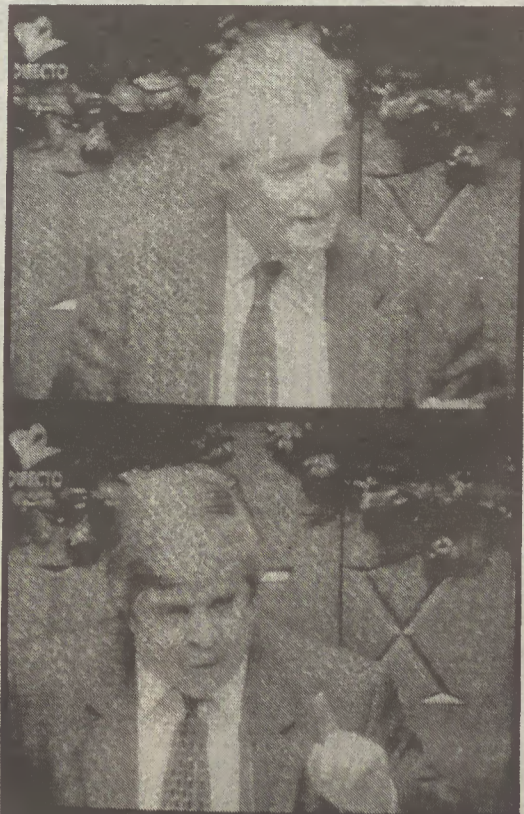


## TELEVISÃO

■ Francisco Costa

# Televisão aos quadradinhos

**A** falta de qualquer relevante matéria para análise na nossa crónica de hoje - já que visivelmente atravessamos uma «época de saldo» em vésperas da arrancada de algumas anunciadas novidades de princípio de estação -, resolvemos ficar-nos hoje pela recolha de meia-dúzia de «registos magnéticos» a que, nos últimos tempos, o espectador atento não pode ter deixado de ser sensível.



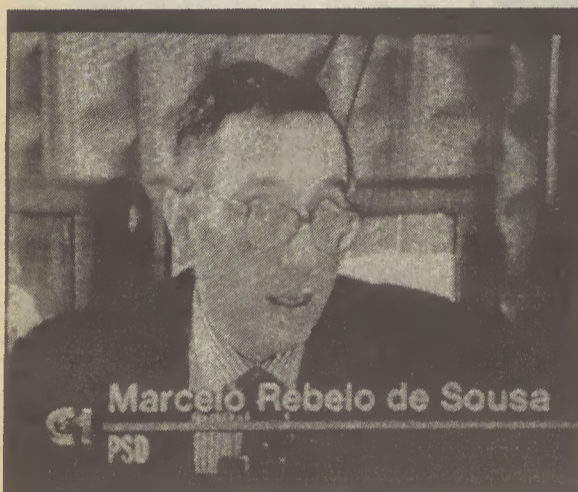
Impossível que foi fixar para a posteridade (dada a incompatibilidade do gravador de vídeo com o incumprimento dos horários) o caloroso e reconhecido aperto de mão entre António Guterres e Manuel Monteiro após a votação do Orçamento Geral do Estado, aqui ficam dois apontamentos de uma (indirecta e saborosa) troca de palavras, extraída das declarações de voto do PCP e do PS:

João Amaral (PCP) - «Por muito longe que tenha ido o revisionismo ideológico dos socialistas portugueses, talvez ainda corem de vergonha quando são obrigados a argumentar que "o que é bom para o Capital, agora há-de ser bom para os trabalhadores". (...) Este é um OGE que tem uma clara "marca de classe", frase que eu espero que, no PS, ainda seja vagamente recordada.» (risos).

Hasse Ferreira (PS) - «Este Governo tem agora mais um instrumento fundamental para governar: é um Orçamento com consciência social. E, quanto à marca, não é um Orçamento "de classe", é sim um Orçamento "com classe".» (gargalhadas)



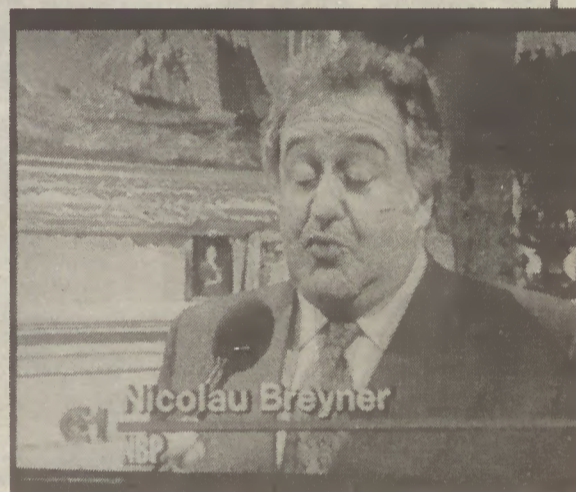
Pelos vistos também preocupada com problemas «de classe» esteve Margarida Marante no último «Crossfire». Na aparente tentativa, certamente interessante para o patronato, de atenuar o «baile» dado por Carvalho da Silva a João Proença no primeiro (e último?) debate público entre CGTP e UGT sobre as políticas sociais do Governo, não deixou de ser curioso assistir a esse outro debate final entre os moderadores Margarida e Miguel, com a primeira a bater-se pelo papel dos que contribuem para a «criação de riqueza»... Muito instrutivo, sem dúvida!



A exemplo da restante comunicação social, a Informação da RTP tem andado muito atenta à rábula (encenada para efeitos mediáticos) das inexistentes candidaturas à liderança do PSD no próximo Congresso. Bem sintomáticas foram, a propósito, duas notícias transmitidas em dias seguidos tendo como personagem central o inefável Marcelo Rebelo de Sousa. A propósito da primeira - com direito a mais de uma câmara! - o repetidamente afirmado não-candidato matou vários coelhos de múltiplas cajadas: filmado, ao microfone da TSF, enquanto analista-examinador

(qualidade em que - é público - recebe bruto cachet) mas também apresentado, na legenda da televisão, como membro do PSD, estatuto - esse sim - verdadeiramente desinteressado, «o professor», como agora é cada vez mais tratado, lá foi fazendo a sua campanha eleitoral. Mas, na segunda notícia, já na qualidade de «Professor Universitário», o mesmo Marcelo, na mesma RTP, lá deixava escapar como quem não quer a coisa, numa lição frente a alunos de visita à AR, que tinha «muitas saudades daquela casa». Falto-lhe acrescentar: como líder da bancada do PSD...

Nem mais nem menos! O Telejornal de 2ª. feira passada dava conta, em larga reportagem, do início da rodagem de "Estátua de Sal", mais uma telenovela portuguesa (a sexta!) produzida por... Nicola



Breyner. «O mar e os pescadores são o elemento central da história, depois de a ruralidade ter sido a base de "Roseira Brava"» - assim rezava o empenhado texto da notícia. Embora não se perceba muito bem o que é que isto trará de substancialmente diferente à programação da RTP nesta época de anunciada renovação e mudança, o ponto de vista de NB, ouvido pelo microfone, é que foi clarinho como água: «Nós devemos vender, entre aspas, e focar tudo o que temos de mais genuíno (...) somos um povo rural e um povo de pescadores.»

Como é difícil, ao povo, ganhar a vida...

A propósito da esforçada labuta para ganhar a vida, verdadeiramente comovente foi, ainda, a conferência de imprensa de Joaquim Letria, também na 2ª feira, a propósito da suspensão do seu programa «Cobras e Lagartos», da RDP/Antena 1. Argumentando que estava a ser vítima de uma cabala política e dando ironicamente os parabéns «a quem montou e dirigiu a operação e a executou», Letria quis fazer esconder que a escalada da intolerável provocação partira, afinal, dele próprio! Aliás, quem não se lembra do quantitativo (vindo a público) da indemnização a receber em casos destes cautelosamente prevista no arranjinho contratado com a anterior Administração?!



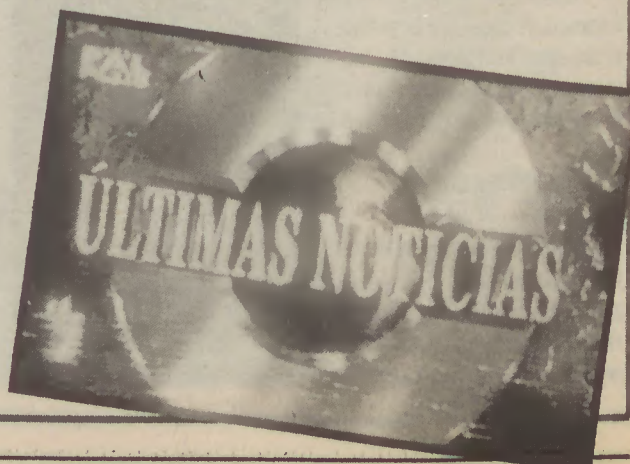
Lembram-se de quando a Informação do Canal 1 nos metia pela casa dentro, todos os dias, o analista Nuno Rogeiro? Era no tempo da outra senhora, claro, em que, para disfarçar, às vezes alternavam com o Cáceres Monteiro... Agora, o novo tom que está a dar são os comentários, sempre brilhantes e inteligentes, de José Manuel Fernandes, sub-director do «Público». É que, para a «nova maioria», sempre é melhor esta espécie de Cáceres-Monteiro-de-luxo!



Assunto muito badalado esta semana foi, também, o problema do cavalo castelhano, pelos vistos autorizado pelo Ministério da Agricultura a cobrir as éguas lusitanas da coudelaria de Alter do Chão! Houve demissões e tudo e protestos, muitos, vindos de vários lados, sobretudo de um: foi ver as caras, actuais ou históricas, das figuras que apareceram no TJ de sábado passado. Entre elas, logo fomos descobrir esta! Da sua longa crónica já se sabia muito... mas estávamos longe de adivinhar as suas preocupações acerca do «puro sangue latino». Sai um pasodoble!



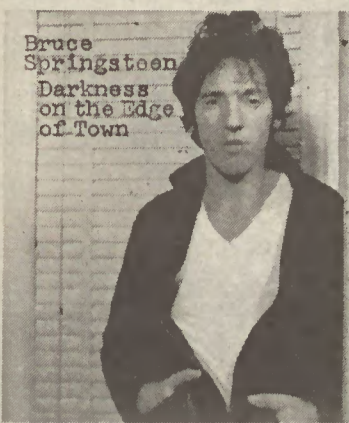
No início era o Verbo... e a TVI teve mais olhos que barriga: quando apareceu, tratou de montar a sua própria rede de emissores. Agora, as finanças estão pela rua da amargura e no negócio apareceu metida a Telecom. Na TVI está Carlos Monjardino, um dos mãos-largas de serviço às campanhas eleitorais do PS. Diz-se que, assim, o Governo quer contribuir com algum para a preocupante problemática das antenas. É como quem diz: amor com amor se paga. Será que, em vez de jobs for the boys, a divisa passou a ser... funds for the boys?





## ESCAPARATE

## DISCOS



ções imortais como *The Promised Land*, *Factory* ou *Streets of Fire*.

### Colecção completa

Sérgio Godinho, álbuns «Pré-História» e «Campolide», edições em CD da Movieplay.

Um caso similar ao que aqui se conta sobre **Bruce Springsteen**

acontece agora com **Sérgio Godinho**: o lançamento no final do ano passado de um novo álbum, com o registo ao vivo de um espectáculo do cantor, terá estado na base para uma «invasão» das discotecas com edições em compacto de álbuns antigos do cantor. O destaque poderia ir para os discos gravados ainda antes ou «em cima» do 25 de Abril de 1974, como por exemplo o álbum «Pré-Histórias» ou para os editados logo a seguir a 1985, como o disco «Campolide». De preferência deve-se aproveitar a oportunidade para comprar todos e fazer a colecção completa de toda a obra de um músico que há para aí trinta anos consegue surpreender, ser moderno e português.

### Música para trintões

**Bruce Springsteen** / «Darkness on the Edge of Town». Grav.: 1978. Edição: CBS. Edição em CD com a etiqueta Columbia/Sony Records.

**Bruce Springsteen** está para os trintões como **Bob Dylan** está para os cinquentões: ambos conseguiram com os então adolescentes uma relação profunda e duradoura, que acabaria por perdurar ao longo das suas vidas, sempre apaixonada mesmo que oscilando entre o amor e o ódio. Depois do lançamento do último álbum de **Springsteen** pouco antes do Natal, voltaram agora às discotecas os álbuns mais antigos da voz de um sonho americano do lado dos que fazem a riqueza da América, em contraste com os que cantam o sonho americano dos que usufruem dessa riqueza. A sugestão recai para este álbum gravado muito antes da «explosão» para a fama dada por «Born in USA» e onde estão can-



## ÓPERA

### Uma obra-prima do canto lírico

«Madame Butterfly», de Puccini. Solistas: Ludmila Aga, T. Gugusvili, Nicolai Busuioic, Tatiána Nusuioic, Beata Ganzel. Orq. e Coro da Ópera Nacional da Moldávia. Dir.: A. Samoila. Coliseu dos Recreios (Lisboa), 21.03.96, 21.30 horas.



Giacomo Puccini (1858-1924)

Durante a sua estadia em Nagasaki e apesar dos conselhos em contrário do cônsul *Sharpless*, o oficial naval americano *Pinkerton* casa com a jovem *Butterfly*. Depois de disfrutar da disponibilidade inocente da bela esposa, acaba por abandoná-la. Esta, infeliz e banida pela família, tem a seu cargo o filho de *Pinkerton*, o qual, ao fim de três anos, quando de regresso ao Japão, vem casado com uma americana. Não suportando tal afronta, *Butterfly* suicida-se e *Pinkerton*, subjugado ao peso da sua culpa, parte levando a criança. É este o resumo do libretto de uma das mais populares e sublimes óperas de **Giacomo Puccini**, que hoje ainda pode ver e ouvir na segunda e última récita apresentada no Coliseu dos Recreios. Se conseguir arranjar bilhetes!

## RADIO

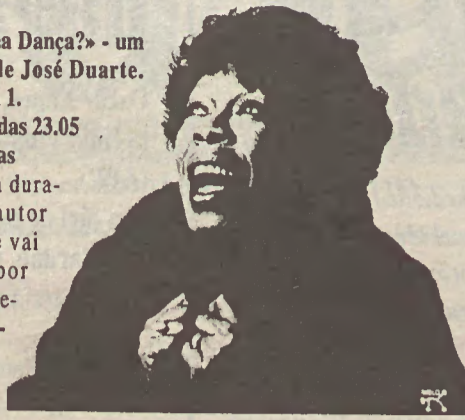
### Uma vida a (en)cantar

«A Menina Dança?» - um programa de José Duarte. RDP/Antena 1.

Sábados, das 23.05 às 01.00 horas

Com uma duração que o autor anuncia «se vai prolongar por meses», começou **José Duarte** a apresentar no programa

«A Menina Dança?», com aquele jeito insinuante e descontraído a que habituou os ouvintes, uma biografia (acompanhada da discografia integral gravada para a editora Mercury nos anos 50 e 60) da grande cantora **Sarah Vaughan** - uma das vozes que estabeleceram as traves-mestras do canto feminino no Jazz. A biografia é extraída do livro «Sassy - The Life of Sarah Vaughan», escrito por **Leslie Gourse**. Recomenda-se.



### O prazer da boa música

«Ritornello» - um programa de Teresa Manzoni e Jorge Rodrigues. RDP/Antena 2. Dias úteis, das 18.10 às 20.00 horas.

Dando sempre a ouvir algumas páginas famosas da Grande Música acompanhadas por uma excelente e coloquial locução, vai todos os dias úteis para o ar, no importante horário das 18.10 às 20.00 horas, «Ritornello», um interessante programa de divulgação da música clássica. A

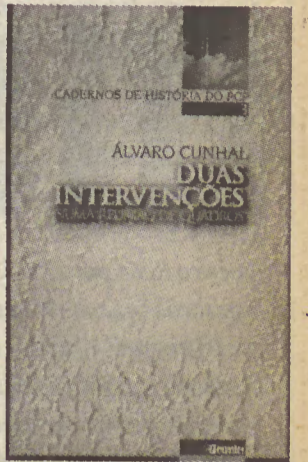


escolha musical, variada e abrangendo vários gostos, estilos e épocas (sem cair na tentação de resvalar para a aglomeração acrítica dos populares favoritos) é, também por isso, inteligente. E os textos, curtos mas sem concessões, são inteligíveis, apresentados em forma de conversa. Um programa cuja companhia é difícil recusar e que se aconselha vivamente, por exemplo, a quem vem a ouvir telefonia no carro, nas enchentes de regresso a casa.

## LIVROS

### Duas intervenções

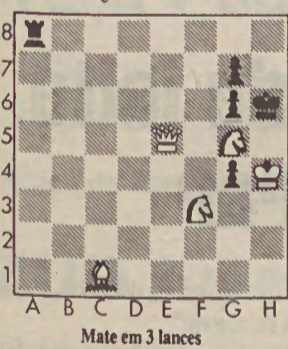
Já aí estão dois livros que as edições *Avante!* acabam de lançar no âmbito das comemorações do 75º aniversário do PCP. Um deles, com o número três da colecção *Cadernos de História do PCP*, publica «Duas Intervenções numa Reunião de Quadros», e é da autoria de **Álvaro Cunhal**. Estas duas intervenções do Presidente do Conselho Nacional do Partido, na altura, Secretário-geral, foram proferidas numa reunião de quadros, realizada em Lisboa, na Soeiro Pereira Gomes, em Março de 1991, quando se comemoravam os 70 anos do PCP. A primeira intervenção, que se centra na história do Partido, desde a fundação



em 1921, sobre o breve tempo de legalidade e, depois, organizando a luta clandestina que iria durar até ao 25 de Abril de 1974, aprofunda os aspectos essenciais da identidade do PCP e da sua actividade revolucionária, dos seus projectos e objectivos para a sociedade portuguesa. A segunda intervenção, na sequência da primeira, responde a questões então colocadas pelos participantes na reunião. Para além do valor intrínseco destes textos, é interessantíssimo lê-los tendo em conta o tempo que passou - e que afinal não foi assim tão longo - entre as intervenções de **Álvaro Cunhal** e a publicação deste livro.

## XADREZ

DLII - 21 DE MARÇO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X013-A  
Por: SAMUEL LOYD [SAM LOYD]  
Saturday Courier, 9.VI.1855 (S. Loyd, 1841)  
Pr.: [6]: Ps. g4, g6, g7 - Bb1 - Ta8 - Rh6  
Br.: [4]: Cs. f3, g5 - Dc5 - Rh4



Mate em 3 lances

SOLUÇÕES DO Nº DLII

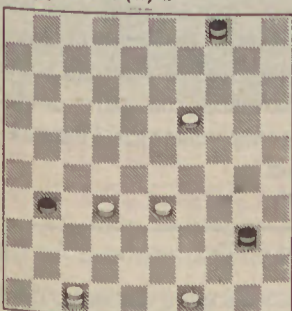
Nº 1996X013-A [S.L.]: 1. Dc8!, Bc2; 2. Dh2!, -; 3. Rg3 #

A. de M. M.

## DAMAS

DLII - 21 DE MARÇO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D013-A  
Por: HENRI CHILAND - França, 1968

Pr.: [3]: (4)-31-(40)  
Br.: [5]: 19-32-33-(47)-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLII

Nº 1996D013-A [H. Ch.]: 1. 32-27, (31x22) 2. 19-13, (4x18); 3. 33-28, (22-33); 4. 47x1, (40-45\*); 5. 49-40!

A. de M. M.

## INTERNET



### Música para todos os gostos

Se V. gosta de música (e ainda por cima se não é esquisito nem sectário), aqui tem um endereço - [http://allmovie.com/amg/music\\_ro.html](http://allmovie.com/amg/music_ro.html) - que lhe dá acesso a uma excelente, volumosa e bem documentada base de dados sobre música de todos os estilos - «AMG/All-Music Guide». À sua disposição tem várias modalidades de procura: por título de álbum, por nome de artista (primeiro nome ou apelido), etc. Mas há outras subdivisões que lhe permitem apurar ainda mais a busca: por «mapas» musicais, por ensaios sobre música, por edições ou reedições discográficas e, naturalmente, por géneros musicais. Mais ainda: se V. o desejar, o pessoal do AMG agradece que sejam acrescentados novos nomes de artistas ou de discos. Como a música portuguesa está pouco ou nada representada (só demos pela *Amália* e pelos *Madredeus* - já que, o *Eusébio*, não consta que cante!) sugerimos-lhe que envie para lá informações. Boa viagem!

## TEATRO

### AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. Tel. 2004540. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. ÓPERA DO MALANDRO, de Chico Buarque, direcção de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe

### CASA DAS ARTES

Porto. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45. COISAS DE FOLGAR - FARSAS DE ANRIQUE DA MOTA, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

### CONVENTO DOS INGLESINHOS

Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANHO, encenação de Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum

### CONVENTO DE S. FRANCISCO

Portalegre, Pç. da República. Tel. 22942. 3ª, 4ª, 5ª e sáb. às 21.30, dom. às 15.00. ARISTIDES, O CÔNSUL QUE DESOBEDECEU, de A. Moncada Sousa Mendes, adapt. de J. Mascarenhas e V. Pires, pelo Teatro de Portalegre

### TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa)

### TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel.

7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço

### TEATRO CIRCO

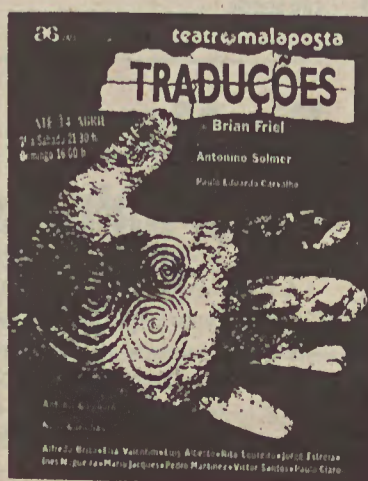
Braga. Tel. 29423. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. LUX IN TENEBRIS, de Bertolt Brecht, pela Comp. de Teatro de Braga

### TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRADUÇÕES, de Brian Friel, encenação de António Solmer, pelo elenco do Teatro da Malaposta

### TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL



### TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PORTUGAL, ANOS QUARENTA, de Luiz Francisco Rebelo, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

### TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. RAZÕES E CORAÇÕES, a partir de Gil Vicente, encenação de Vítor Gonçalves

### TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. O PODER DO DINHEIRO, encenação de Graziella Galvani, com Fernanda Alves, Luís Madureira e Jeff Cohen (até 17 de Março)

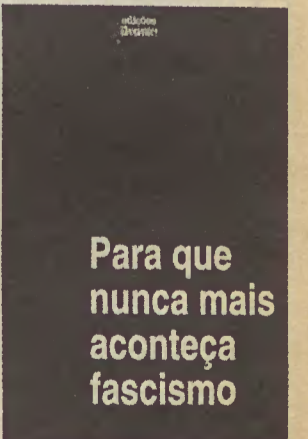
### TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. AONDE ESTÁ VOCÊ AGORA?, de Regiana Antonine

### Para que nunca mais aconteça fascismo

O outro título publicado pelas edições *Avante!* e de que hoje damos notícia é o livro, abundantemente ilustrado, «Para que nunca mais aconteça fascismo».

Um tema que, 50 anos passados sobre o fim da 2ª Guerra Mundial e sobre a derrota infligida ao nazismo alemão e ao fascismo italiano, sobre a vitória dos Aliados e a libertação de milhões de pessoas e de muitos países vítimas



do jugo hitleriano, é, infelizmente, de grande actualidade. De novo, com efeito, as forças do fascismo levantam a cabeça e se multiplicam no mundo os focos de guerra, graves crises económicas e sociais a que não escapa o nosso continente. Num tempo em que alguns pretendem esforçadamente falsificar a História, branquear o fascismo e os seus crimes, esta edição contribui para avivar a memória. Porque o esquecimento não é bom conselheiro...



## ÚLTIMAS

# A TALHE DE FOICE

## Dificuldades

Depois do verdadeiro sucesso mediático que foi o caso da pasta preta da birra de Manuel Monteiro, só um milagre poderá transformar o próximo congresso do PSD num acontecimento nacional. O que é uma injustiça, diga-se de passagem. Primeiro, porque o Manelinho nem sequer foi original. Tivesse havido quem registasse o evento para a posteridade e poderia hoje provar, sem margem de dúvida, que a invocação da palavra de honra sempre suscita, que aqui há uns aninhos largos fiz precisamente a mesma coisa, ainda que com distintos resultados, num fatídico dia em que uma professora de trabalhos manuais de duvidosa criatividade decidiu rejeitar, com escandalizada indignação, uma versão muito original de sua excelência o presidente da república almirante Américo Rodrigues Tomás, que, num rasgo de inspiração (que, modestia à parte, ainda hoje considero genial), decidi incluir na ilustração destinada à exposição anual da escola, devidamente travestido de pipi-das-meias-altas, rodeado de criancinhas transbordando de felicidade nos seus fatinhos de marujo.

Depois de acesa discussão, em que todos os meus argumentos a favor da liberdade de expressão, da criatividade artística, da legitimidade infantil de estar nas tintas para os jogos de poder, etc., etc., foram rejeitados, fui tomada de súbita fúria, atirei com tintas e pincéis, lápis de cor e cadernos, tesouras e apara-lápis, borrachas e paus de giz para dentro da pasta, por acaso castanha, que nessa altura o preto era território inexpugnável da viuvez e da orfandade, das freiras e dos padres, e abalei porta fora a engolir lágrimas de raiva e disposta a privar para todo o sempre o mundo em geral e a escola em particular das minhas incompreendidas aptidões artísticas. Fossem outros os tempos e teria regressado em ombros, aclamada como uma heroína, ao invés de ser humilhantemente apanhada logo ao virar da esquina por uma empregada em estado de alerta pelos berros da professora e levada ao director para resposno e missa cantada sobre o devido respeito aos símbolos da Pátria, posta de castigo durante dois meses por uma paternidade pouco dada a queixas, exposta à chacota duma turma impiedosa que só desistiu do epíteto de pipi-das-meias-altas depois de sangrentos combates que multiplicaram castigos até às férias grandes. O sortudo do Manelinho frequentou outros colégios, outros tempos, outros meios de comunicação, outros hotéis, outras turmas. Por isso saiu de pasta e voltou em ombros, com a comunicação social toda atrás, escrevendo para a história da política nacional uma página (acidentalmente) inédita da vitória dos murros na mesa.

Ao PSD pouco resta agora para igualar o êxito. Mesmo que Marcelo Rebelo de Sousa chegue ao congresso de zepelim, Freire Antunes disfarçado de Torre do Tombo, ou Pacheco Pereira tão elegante como Ferreira do Amaral, o PSD não conseguirá bater a expectativa criada com a retirada esbracejante e irada de Monteiro.

Talvez, só talvez, se o verdadeiramente inesperado acontecer. Assim como Macário Correia aparecer na Feira de pacote de detergente em punho a defender a estratégia do sai sujo entra branco, acompanhado à guitarra por Mendes Bota e à viola por João Jardim, e numa conferência de imprensa orquestrada por Mota Amaral anunciarem ao país e ao mundo a gestão colegial do PSD com retiros periódicos para reflexão.

■ AF

## Prémio da APE para Óscar Lopes

Óscar Lopes, escritor e crítico literário, foi distinguido com o prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores (APE).

Um júri de nove membros votou por unanimidade a atribuição do galardão, pela sua actividade de investigação da História da Literatura durante mais de meio século.

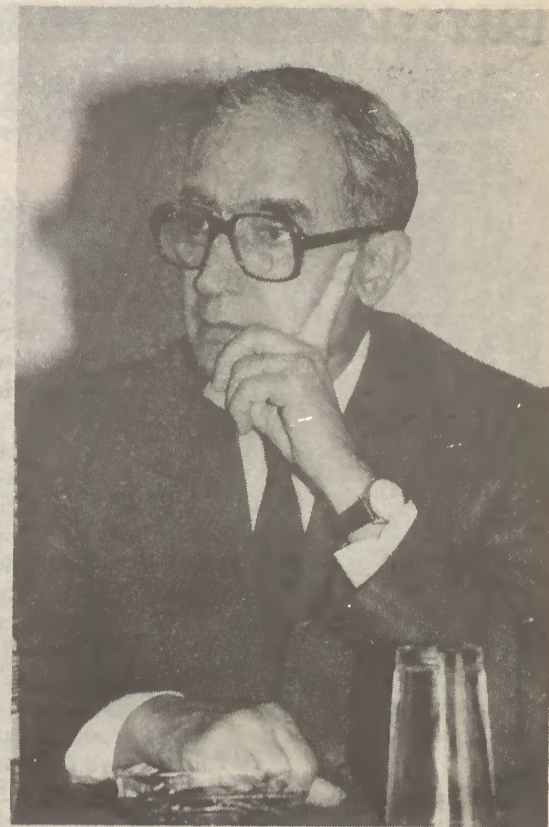
O prémio, outorgado nas edições anteriores a Miguel Torga, José Saramago e Sofia de Mello Breyner Andersen, será entregue em data a anunciar.

Óscar Lopes, militante do PCP desde 1954, iniciou a sua actividade literária muito cedo.

Em 1955, quando estava preso pela PIDE, na Rua do Heroísmo, Porto, deu à estampa, de parceria com António José Saraiva, a "História da Literatura Portugue-

sa", com mais de milhar e meio de páginas e, pelo menos, meio milhão de exemplares vendidos, em sucessivas edições.

Licenciado em Filologia Clássica pela Universidade de Lisboa, tirou também os cursos de Histórico-Filosóficas em Coimbra e do Conservatório de Música do Porto.



O desejo de seguir a carreira universitária teve de ser posto de parte e mesmo a sua docência no liceu foi sendo limitada pelo "cerco" da PIDE.

Preso em 1955, foi primeiro impedido de ensinar literatura e, mais tarde, também Filosofia, ficando limitado à docência do Latim e Grego.

Entretanto, todos os requerimentos para ensinar na Universidade foram ignorados e acabou por só poder ensinar Português às crianças do primeiro ciclo.

Após o 25 de Abril, uma assembleia geral dos alunos exigiu que Óscar Lopes fosse chamado para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto: finalmente, assumia o cargo de professor catedrático.

É ainda autor de "Entre Fialho e Nemésio", "Uma Arte da Música e Outros Ensaios", "Os Sinais e o Sentido", "As Grandes Ideias de Camões", "Oliveira Martins e as Contradições", "Realistas e Parnasianos", "Ler e Depois" e "Modo de Ler".

## Qualidade de vida das mulheres em debate em Vila Franca

"Área Metropolitana de Lisboa - que qualidade de vida para as Mulheres?" - foi o tema de um Forum realizado ontem, em Vila Franca de Xira, pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM). Uma iniciativa que se insere na preparação do V Congresso desta organização, a realizar em Maio próximo.

Neste Forum, o MDM pretendeu, sobretudo, realçar publicamente, e junto das autoridades competentes, a necessidade de maior atenção às políticas de promoção dos direitos das mulheres e de melhoria da sua qualidade de vida e de trabalho, e simultaneamente estimular as mulheres a assumirem maior protagonismo na defesa dos seus direitos.

Abrangendo 18 municípios, a Área Metropolitana de Lisboa concentra hoje mais de um quarto da população do país, sendo responsável por quase metade da produção global nacional.

Entretanto, o quotidiano da sua população é marcado por múltiplos problemas, em particular pela degradação do ambiente urbano e pela marginalização social.



MDM luta por maior protagonismo das mulheres

## Ponte de Lima

# Postos de recolha de leite em risco de encerrar

O possível encerramento de postos de recolha de leite e algumas salas de ordenha colectiva, pela "Agros" e a "Coopalima", no concelho de Ponte de Lima, é condenado pela comissão para o trabalho camponês junto da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo (DORVIC) do PCP como uma medida económica e socialmente errada.

"A produção de leite canalizada para os postos de recolha e para as salas de ordenha colectiva, é oriunda de pequenos produtores que têm no leite a fonte de rendimento que lhes permite fazer face às despesas do dia-a-dia", sublinha a nota da DORVIC do PCP, pelo que "retirar este rendi-

mento é o mesmo que retirar o salário aos trabalhadores por conta de outrem".

Também no plano económico, as medidas agora anunciadas são consideradas como erradas. Por um lado, porque se perdem "cotas leiteiras", o que irá contribuir para a diminuição da cota leiteira portuguesa. Por outro, porque estão a ser desprezadas "outras soluções técnica e economicamente recomendadas para minorar os custos a montante, como por exemplo a refrigeração dos postos de leite" que agora se pretende encerrar.

A DORVIC conclui afirmando não poder "apoiar medidas que, motivadas pela concorrência desleal dos grandes grupos económicos internacionais, desvirtuem os objetivos e as características do movimento cooperativo, de que a componente social é inseparável".

## Dia Mundial contra Discriminação Racial

A Frente Anti-Racista assinala o "Dia Mundial Contra a Discriminação Racial", que decorre hoje, através da realização de diversas iniciativas de convívio e de debate e ainda, em conjunto com o Sindicato da Construção Civil de Lisboa e a Interjovem/CGTP-IN, diversas acções de contacto com os trabalhadores imigrantes em Portugal.

De entre as iniciativas em curso, destacam-se, o contacto com trabalhadores imigrantes da EXPO 98 e distribuição de um documento sobre o processo de regularização extraordinária; debates, distribuição de documentos e animação musical em Setúbal, Seixal, Almada e Barreiros.



5603199000445